













F. NOBRE DE LACERDA

---

# A DECADE REPUBLICANA



Toda a marcha humana  
é uma aspiração da liberdade ; esta é o verdadeiro  
apoio, o estímulo, a razão de  
ser de uma sociedade.

GRAÇA ARANHA.  
(Chanaan)



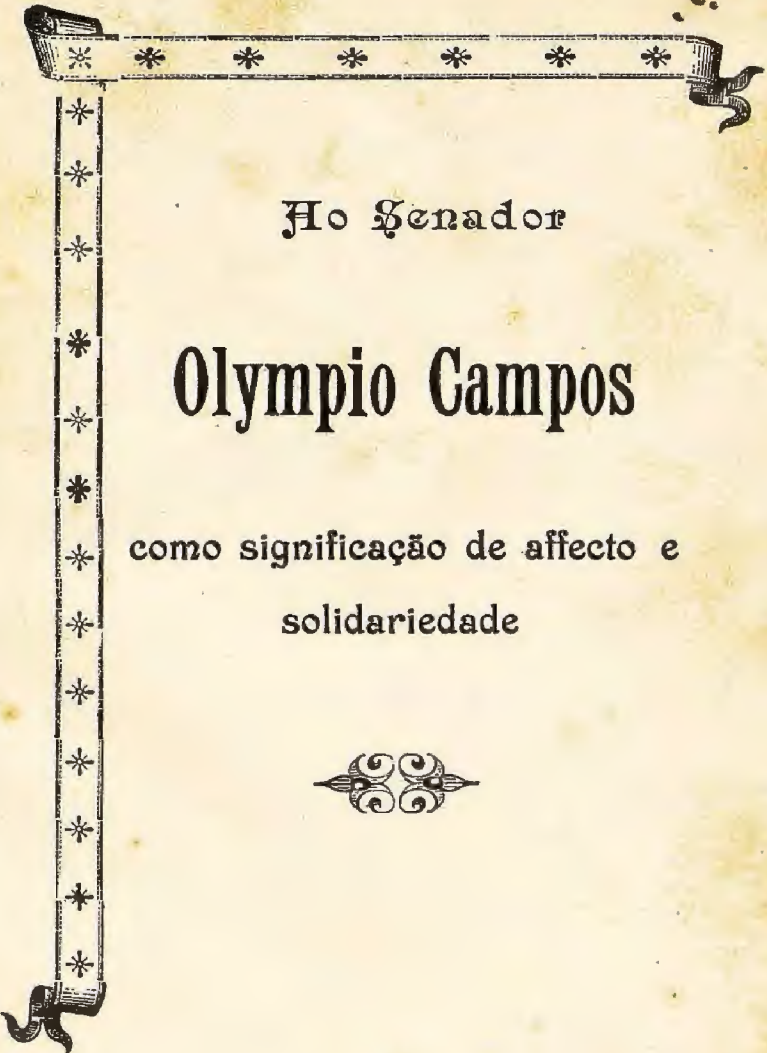
EDITOR—ANTONIO XAVIER DE ASSIS  
IMPrensa MODERNA.  
Rua da Aurora, 65—ARACAJU'

---

1906



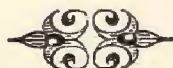




Ho Senador

# Olympio Campos

como significação de affecto e  
solidariedade



WS. 113663





Ao meu cunhado

e bonissimo amigo

DOUTOR

Manoel Nobre

como tributo de amizade fraternal.







## AO LEITOR

ESTE livro se compõe de chronicas escriptas para o «O Estado de Sergipe».

Enfeixei-as em volume unicamente para satisfazer a amigos que a isto me concitavam e nada mais.

Ahi ficam ; o leitor benevolente que vá supprindo as lacunas que encontrar.

26—1—906.

*Nobre de Lacerda*

---







# INTRODUÇÃO

## I

Idéa republicana no Brazil. Trêze de Maio de 1888 como factor de quinze de Novembro de 1889.

O espirito de revolta para a conquista da liberdade no Brazil remonta a uma epocha quasi immemorial.

Quem lançar um olhar retrospectivo para o movimento social da nossa patria verá, com certeza, que essa aspiração para a democracia fôra sempre um sonho afagado por quantos arroteavam o campo das doutrinas liberaes.

Pode-se mesmo affirmar que o idéal republicano nasceu com o primeiro brasileiro.

Quasi um seculo antes que os nossos patricios, estudantes em Coimbra e Montepellier, se congregassem para trocar idéas sobre o estabelecimento do regimen republicano no Brasil, em Oliinda, Bernardo Vieira de Mello, na manhã de 10 de Novembro de 1710 «de espada a cinta e de olhos vivificantes do sol do Equador, ergueu o brado magnanimo da independencia republicana; o primeiro levantado nas terras da America»; (1) o que lhe valeu uma serie de inenarraveis supplicios por parte dos tyrannêtes que Portugal nos mandava a governar; supplicios que sò terminaram com a morte desse heroe nas infectas prisões do Limoeiro.

Se nos quisermos remontar a um tempo mais

(1) Dr. Maximiano Machado.

longínquo ainda, iremos descobrir esse prurido de independencia nos quilombolas da Republica dos Palmares, em 1630, e, pouco mais tarde, nos religiosos de Pernambuco, pertencentes á custodia de Santo Antonio do Brasil, os quaes, em 1649, muito se esforçaram por tornal-a independente da Provincia de Portugal.

«Que bons patriotas, diz o commendador A. Joaquim de Mello, não eram os seus padres que assim preparavam e começavam em sua esphera ecclesiastica o que Pernambuco e todo o Brasil, cedo ou tarde deveriam realizar quanto á sua total existencia politica ! »

Vem de molde falar aqui da sublevação do Maranhão, em 1684, da qual fora chefe Mancel Beckam, que a 25 de Fevereiro desse mesmo anno, secundado por seu irmão Thomaz e outros, fez eleger uma junta governativa, na qual se fizeram representar as classes então predominantes na sociedade—clero, nobreza e povo.

Entre as medidas adoptadas por esta junta, figuravam como primaciaes a da rescisão do contracto do «Estanco» e a da expulsão dos padres jesuitas.

O «Estanco» era uma empresa ou companhia com o privilegio de somente ella poder comprar os productos agricolas e industriaes da colonia ; vender os que viessem da metropole e fazer a importação de escravos do continente africano, tendo tambem a seu cargo toda a navegação de cabotagem.

Esse privilegio tinha a duração de vinte annos



e fôra autorizado por alvará regio de 12 de Fevereiro de 1682.

Semelhante concessão constituia uma antemural a qualquer emprehendimento por parte dos naturaes do Paiz, por isso que implicava a supressão completa da liberdade do commercio e da industria, unicos factores do progresso colonial.

Dahi o enthusiasmo com que foi acolhida aquella rebellião, ao lado da qual collocou-se, desde logo, a maioria do povo. Se bem que essa sublevação não tivesse por objectivo a instituição do regimen republicano, como é patente dos termos da notificação (2) que os seus dirigentes fizeram aos jesuitas no dia 18 de Março daquelle anno, visava, em todo caso, uma dada somma de autonomia; fôra politica em seus intuitos, o que tanto basta para mostrar que a independencia no Brasil era o sonho constante de seus filhos.

E, quando mais não seja, ella tem o merito de ter sido a primeira que em terras brasileiras se levantou para disputar umas tantas franquias; porquanto a dos Palmares, a que já me referi e que a precedeu, não tivera outro idéal além da liberdade individual: fôra personalissima—apenas a revolta do captivo contra a tyrannia do barbaro senhor.

O meu intuito é unicamente assignalar o caracter liberrimo do brasileiro, pelo que deixo de acompanhar essa rebellião nos seus menores detalhes, para limitar-me a informar aos leitores que, vencida ella, foram os seus principaes cabeças presos e condemnados á morte; mas que esta sentença

---

(2) Esta notificação se encontra no Jornal do Timor de J. F. Lisboa.



só teve execução quanto a Manoel Beckman, que foi enforcado no dia 2 de Novembro do citado anno de 1684; porquanto os demais conseguiram o perdão da realza.

Triumphou o despotismo, mas o sangue derramado por esse patriota fecundou a semente que, espalhada pelo vento impetuoso das idéas liberaes, foi abrolhar em Olinda com Bernardo Vieira de Mello, em 1710.

Algumas outras tentativas foram feitas no mesmo sentido, mas todas ellas em pura perda, ora por inefficacia dos meios empregados, ora pela traição de brasileiros indignos deste nome.

O Brasil colonial vivia em continuo estado de ebullição revolucionaria.

E' esta a lecção que recolhi da historia, a cujo testemunho hei pedido valioso subsidio.

Dez annos precisamente após aquelle rasgo patriótico de Bernardo Vieira de Mello, propondo a seus pares a instituição da *República ad instar dos venesianos*, rebentou em villa Rica, com repercussão em Ribeirão do Carmo, uma revolução capitaneada pelo marechal de Campo Paschoal da Silva Guimarães, a qual teve como principal promotor Felippe dos Santos.

Históriadores ha que negam a essa revolução o character republicano; entretanto o conde de Assumar, então governador da capitania, prestando informações sobre esse movimento sedicioso, ao governo geral do Estado, diz que descobriu em um dos seus cabeças o desejo de proclamar á Republica. (3)

Tivesse ou não ella o intuito que lhe quiz em-

---

(3) Domingos Codeceira.

## VII

prestar o representante da reallesá, a verdade é que veio constatar esse espirito liberal do brasileiro, de que mais de uma vez tenho fallado.

Esta sedição, que na mesma noite em que appareceu, contou com a adhesão de duas mil pessoas, foi facilmente jugulada.

Os seus principaes chefes foram presos e remettidos para Portugal como degradados, a excepção de Felipe dos Santos que, no dia 16 de Julho de 1720, fôra trucidado na praça publica ás patas de cavallo bravios. (4).

Segundo refere o professor Villa Lobo, foram estas as ultimas palavras desse martyr :—«Jurei morrer pela liberdade, cumpro minha palavra».

## II

A provação porque passaram os nossos patriotas nessas tentativas contra o despotismo da dynastia bragantina, amorteceu-lhes o animo por largo tracto de tempo, até que por fim, surgiu em Ouro Preto em 1789; um grupo de inconfidentes, composto na sua totalidade do que havia de mais selecto nas armas, artes e lettras naquella florescente Capitania.

Este grupo é contemporaneo dos estudantes de Coimbra e Montepellier.

As oppressões, as violencias e tantas outras medidas arbitrarías postas em pratica pelo governo despotico de Luiz da Cunha de Menezes, secundadas pela influencia que então exerciam nos espiritos cultos as conquistas da revolução franceza, deram

---

(4) Domingos Codeceira.



## VIII

logar a essa conspiração que na pia baptismal da hi toria tomou o nome de Conjuração Mineira.

A' frente deste movimento de rebeldia ás idéas dominantes, contavam-se homens notaveis pelos seus talentos e integridade de carecter, como Claudio Manoel da Costa, grande advogado e grande poeta, Thomaz Antonio Gonzaga, o mavioso vate da Marilia de Dirceu, Ignacio José de Alvarenga Peixoto, que pelo seu saber juridico fôra encarregado de redigir os decretos e leis da nascente republica e Joaquim José da Silva Xavier, o *Tiradentes*, sublime redemptor da nacionalidade brasileira do peccado nefando da realeza.

Nas reuniões desses inconfidentes para discutirem as bases da nova nocionalidade, ficou assentado que a capital da senhada republica seria em S. João d'El-Rey, que a sua bandeira teria um indio quebrando grilhões e por lemma a legenda—«libertas quæ sera tamen», e que uma Universidade seria fundada para diffundir o ensino de que tanto careciam os brasileiros, dos quaes raros conseguiam provar do fructo dourado e sapido de Minerva.

Só os ricos é que podiam transpor as raiaes coloniaes para, longe da patria, enriquecer o espirito com o cabedal inexhaurivel da sciencia.

Resam as chronicas do tempo que Tiradentes fôra escolhido para obter armamento e angariar o apoio do povo do Rio de Janeiro á revolta, que teria sido triumphante se a semente deixada por Judas não tivesse germinado na consciencia de um dos conspiradores.

Estava tudo preparado, aguardando-se apenas a decretação de qualquer medida vexatoria por parte do governo, que justificasse aquelle movi-



mento armado, quando a 15 de Março do citado anno de 1789, já no governo do Visconde de Barbacena, o coronel Silverio dos Reis denunciou a conspiração, sendo logo suspenso o imposto do quinto do ouro, conhecido pelo nome de derrama, imposto odioso que ia servir de pretexto para a revolução e presos todos os conjurados.

Em fins de 1790 foram iniciados os processos e a 18 de Abril de 1792 decretada a execravel sentença que condemnou á morte os mais salientes vultos da conjuração (5).

Entretanto o unico que passou por essa dura provação foi Tiradente, que subiu á força a 21 do mesmo mez e anno.

Claudio Manoel da Costa, um dos condemnados, suicidou-se no carcere, preferindo, como Catão, a morte por esse meio a ver suffocada a mais nobre e legitima das aspirações de sua patria.

Escrevendo sobre a prioridade de Pernambuco nas idéas de independencia e liberdade no Brazil, o venerando patriota Domingos Codeceira, em apoio ao dizer do commendador Norberto de Souza e Silva, aventou que Tiradentes se revelara covarde na hora extrema do supplicio por ter beijado com humildade os pés do carrasco, quebrando, dest'arte, a corôa de glorias que devia cingir-lhe a fronte de immortal. Christo recebeu com um beijo a bofetada do phariseu impenitente. E ninguem descobriu nesse assomo piedoso do Redemptor do mundo os symptomas radicaes da covardia.

Essa humildade de Tiradentes se explica perfeitamente em face da tradição.

Era dever imposto pelo cerimonial daquella

---

(5) Dr. J. M. Macêdo.

epocha de barbaria e ignorancia, aos condemnados á morte pelo crime de lesa magestade, a reclusão ao oratorio para reconciliarem-se com Deus e a genuflexão diante do executor para mostrarem aos contemporaneos e posteros que morriam abraçados aos sãos principios de piedade e de perdão pregados pelo inspirado unigenito de Maria.

E quando mesmo assim não fosse, o que ao illustre historiador se afigurou um crime de lesa-altruismo outros reputarão um acto digno de admirar-se, porquanto ainda uma vez Tiradentes mostrou-se uma organização privilegiada, um individuo acima da craveira commum da especie humana.

Com o sublime *rabbi* da Gallilèa elle tem este ponto commum de affinidade: morreu perdoando aos seus algozes, mas deixando derramado no solo féracissimo da patria o germen donde cem annos mais tarde devia brotar a arvore gigantesca da Republica a cuja sombra se abrigam todas as liberdades.

Que epitheto então deve merecer no conceito do velho historiador o procedimento do valoroso patriota Antonio Henrique, heroe da revolução de 17, que, na hora da morte, abraçou amorosamente as pernas do carrasco?

Accrescenta o citado historiador que essa conspiração não passara de um sonho de poetas; entretanto a respeito Oliveira Martins assim se pronuncia:

«No mesmo anno em qua a revolução rebentou em França, ia rebentar a revolução em Minas (1789).

«O Brazil proclamar-se-ia republica independente, a exemplo dos



## XI

Estados-Unidos da America septentrional.

«Xavier, o Tiradentes, Maciel do Rio, Freire de Andrade eram os chefes da conspiração que abortou.»

Pagaram no patibulo a sua audacia, mas com a morte conseguiram aliviar os soffrimentos da população e definir o pensamento nacional, maduramente elaborado no seculo anterior.»

Bello sonho esse, sonhado em leito de P'ro-custo ! !

A essas scenas de sangue e banditismo, praticadas em nome da Lei e da Justiça, seguiu-se completa inercia nas relações politicas da colonia, até que um acontecimento de certa ordem veio despertar o espirito publico para de novo mergulhal-o no mesmo marasmo aterrador.

Convulsionada toda a Europa com a politica de conquista impulsionada pelo genio immortal de Bonaparte e apavorado D. João VI ante a perspectiva de uma invasão a Portugal, abandonou furtivamente a patria e veio refugiar-se no Brasil, fundando a séde do seu governo no Rio de Janeiro, onde aportou a 8 de Março de 1808.

Trêze annos durou a estadia desse rei no Rio de Janeiro, voltando á patria depois de ter elevado o Brasil a cathegoria de reino, e de tel-o dotado de outros melhoramentos, abrindo os nossos portos ao estrangeiro.

## III

E' uma lei conhecida da physica e que passou



## XII

para o dominio exclusivo dos adagios :—«que depois das tempestades vem a bonança.»

Com effeito, vinte e oito annos se passaram apòs o nobilissimo tentamen desses *mineiros* da democracia, sem que o Brasil sentisse a mais leve commoção no seu mechanismo politico, quando em 1817 explode em Pernambuco uma revolução republicana e separatista motivada, á parte outras razões de ordem politica, pela funda divergencia reinante nas tropas entre officiaes portuguezes e brasileiros, devido ás preferencias que áquelles dava o governo da realesa.

Este levante tomou um caracter muito sério, dando em resultado a deposição do governador, que era então Caetano Pinto de Miranda Montenegro e a proclamação da Republica com o estabelecimento de uma junta provisoria, a qual foi eleita a 7 de Março daquelle anno, suffragada por 15 eleitores, todos elles homens da mais elevada esphera social.

O brado de independencia republicana fôra soltado na vespera desse dia, ás 2 horas da tarde, no quartel do seu regimento, pelo capitão Pedro da Silva Pedroso.

Com a rapidez vertiginosa da electricidade, a lava intensa do patriotismo incendiou, desde logo, o espirito dos brasileiros nortistas e esta revolta contou com a adhesão sincera de Alagoas, Parahyba e Rio Grande do Norte,

De posse do poder, aquella junta, que se compunha dos cinco patriotas Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa, representando o exercito, dr. Luiz José de Mendonça, representando a magistratura, Domingos José Martins, representando

### XIII

o commercio, padre João Ribeiro pessoa Montenegro, representando o cléro, Manoel Corrêa de Araujo, representando a agricultura, tratou logo de augmentar o soldo dos officiaes, mudar o tratamento feudal de *senhor* pelo democrata de *vós, patriota* e adoptar a bandeira da nova republica, a qual, segundo descreve Muniz Tavares, que foi *magna pars* naquelle movimento de rebelião, era assim organisa-da :

«—Eram azul e branca as côres da bandeira, esta dividida horisontalmente em duas partes eguaes pelas duas mencionadas côres, continha no meio da parte branca uma cruz vermelha indicando ser o Brasil consagrado áquelle precioso stigma da humana redempção, na outra parte apparecia recémado o sol em todo o seu esplendor, como constantemente mo tra-se na região Equatorial e rodeado de trez estrellas, symbolo das trez provincias já insurgidas (6).»

A benção da bandeira effectuou-se ás 8 horas da manhan do dia 21 de Março e foi praticado pelo Deão de Olinda, Bernardo Ferreira Portugal, que tambem tomára parte muito activa naquella sedicção.

Para angariar proselytos á causa da liberdade seguiram para a Bahia, com escala por Alagôas, o padre José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido por padre Roma, e para o Ceará o padre Martiniano de Alencar, posteriormente senador do Imperio.

O primeiro, depois de ter sido bem succedido em Alagôas, onde conseguira até a adhesão do proprio commandante das forças alli estacionadas, te-

---

(6) Muniz Tavares. Historia da Revolução de 17.



#### XIV

nente-coronel Antonio José Victoriano, transportou-se á Bahia em uma balsa que para esse fim fretára em Maceió.

Por aviso de realistas vindos deste porto, o Conde dos Arcos teve noticia da proxima chegada á Bahia daqualle emissario, e desde logo tratou de precaver-se no sentido de ser elle preso, mal alli chegasse.

Com effeito, ao approximar-se aquella balsa da praia de Itapoan, no dia 26 do citado mez de Março, foi presentida pela tropa alli adrede postada, e, ao ancorar na noite do mesmo dia, invadida pelos soldados, os quaes effectuaram a prisão desse patriota.

Elle conseguiu, entretanto, inutilisar os papeis relativos á revolução, lançando-os ao mar.

Pode-se apontal-o como a primeira victima desse nobre emprehendimento, por isso que, trez dias após á sua prisão, fôra fuzilado no Campo da Polvora, sem forma regular de processo em que fosse apurada a sua culpabilidade.

O segundo não tivera melhor éxito, porquanto logo ás primeiras manifestações de propaganda que começaram no Crato, logar por elle escolhido para theatro de suas acções, fôra preso e arrastado á cadeia onde soffrera as maiorès cruesas.

Bloqueiados no littoral pelos navios armados em guerra pelo Conde dos Arcos, secundados pela esquadra vinda do Rio de Janeiro ao mando de Rodrigo Lobo, e apertados pela contra-revolução organizada em Villa-Nova e Penedo com as forças do general Cogominho de Lacerda, aquelles patriotas, a despeito mesmo da herculea resistencia que oppuseram, foram batidos e restaurado o governo



real. Ficou, dest'arte, suppressa a autonomia de um povo que forcejava por libertar-se da tutela que lhe queriam impôr.

Desenrolaram-se então as scenas mais hediondas que é dado á humana intelligencia conceber : prisões, atrocidades, espoliações, tudo isto foi posto em pratica contra aquelle punhado de homens que tivera a ousadia de sonhar uma patria livre, sob um governo democrata e são !

Nefandos tempos esses em que o cidadão não tinha o direito de pensar nem de sentir.

Que exemplo de coragem e civismo legaram esses abnegados patriotas á posteridade, ensinando ás gerações futuras que a morte é vida, quando se é victimado em holocausto á liberdade, na defesa de um principio, qualquer que elle seja, concebá-o Napoleão ou adopte-o Torquemada.

A mór parte dos heroes desse feito memoravel da democracia, pagou com a vida tão arrojado commettimento, tendo sido enforcados no Recife uns e fusilados na Bahia outros.

Os restantes conseguiram ser restituídos á patria e á familia, pela amnistia, após quatro annos dos mais duros martyrios.

E assim terminou esse drama sangrento do lendario heroismo brasileiro.

Em sua recente obra «Nos Estados-Unidos» —Oliveira Lima assim se pronuncia :

«A verdadeira revolução republicana, a verdadeira tentativa de autonomia brasileira, durante o periodo colonial, foi a revolução pernambucana de 1817, iniciada por padres, militares e negociantes, sus-

## XVI

tentada e defendida com o sangue de agricultores.»

Este modo de ver está em desaccordo com o sentir do notavel publicista portuguez Theophilo Braga, quando diz :—«era pela fórma republicana que o organismo da nova nacionalidade se manifestava nas convulsões revolucionarias de 1789, 1817, 1822, 1824, 1831, 1835 e 1837.»

Até certo ponto è accetivel a phrase de Oliveira Lima, porque os movimentos já assignalados, comquanto de consequencias funestas para seus autores, não tiveram a expansão e larguesa de vistas do de 1817.

Neste se deu o rompimento, proclamou-se a republica e a independencia nacional, organisou-se todo o seu mechanismo administrativo, politico e militar, decretou-se leis e fiseram-se reformas, teve armas e estandarte, emfim nada faltou para assellar a existencia politica de um povo que se emancipa e constitue um estado politico, autonomo, livre e independente.

Apesar dos soffrimentos a que estiveram expostos esses patriotas durante aquelle negro periodo, a fibra sacratissima da virtude civica, se em alguns amorteceu de todo, em outros se conservou tão intensa como dantes.

## IV

Com o manifesto intuito de continuarem o seu predomínio sobre o Brasil, antevendo talvez a proxima emancipação politica da colonia, as côrtes portuguezas, que se haviam convertido em convenção, centralisando todos os poderes, logo após o re-



gresso de D. João VI, decretaram medidas taes que circumscreviam de uma maneira notavel as attribuições do principe D. Pedro, acabando por annullar todos os actos daquelle rei, demittir o mesmo principe de regente e ordenar a sua volta ao reino, sob o futil pretexto de viajar e instruir-se.

Certo de que a realisação de semelhantes medidas importaria na suppressão das franquias já concedidas ao Brasil, a camara do Rio de Janeiro, secundada pela de S. Paulo e com o apoio do povo, rebellou-se e exigiu do principe a sua permanencia no Paiz, ao que este acquiesceu, mandando dizer, no dia 9 de Janeiro de 1822, por Clemente Pereira que *ficava*: em seguida forçou as tropas portuguezas que se queriam oppôr ás suas deliberações a embarcar e organisou novo ministerio do qual fazia parte José Bonifacio.

Neste ministerio predominava ainda o elemento portuguez, pelo que não foi elle bem recebido pela nação.

Grande era a agitação de animos; vivia-se como sobre comburente Chimborazo.

Pernambuco deu o primeiro exemplo de desobediencia ás ordens emanadas de Portugal: formou em Goyana uma junta provisoria, organisou tropas que marcharam contra o Recife, as quaes, depois de renhidos combates com as forças legalistas, obrigaram Luiz do Rego a capitular e a embarcar para Lisboa sem armas nem munições.

«No Pará e no Maranhão appareceram manifestações pronunciadas no mesmo sentido; a Bahia conservou-se fiel ao governo de Portugal.

«O brigadeiro Luiz Ignacio Ma-



## XVIII

deira de Mello, governador das armas, a havia subjugado pela força, mas não sem protestos de algumas villas do interior».

«Era esse o unico ponto do Brasil que desconhecia a autoridade do principe e se communicava directamente com Portugal» (7).

Não é fóra de proposito lembrár aqui que a Bahia foi talvez a unica Provincia que pretendeu insurgir-se no dia 15 de Novembro de 1889, contra a Republica proclamada e victoriosa !

Dirigia então os seus destinos militares um irmão do generalissimo Deodoro !

Minas e S. Paulo tambem rebellaram-se contra o jugo portuguez.

Na segunda destas provincias as coisas chegaram a um tal extremo, que o povo amotinado depoz o respectivo Presidente e o seu secretari .

No sentido de conjurar essa crise politica, cuja continuação aggravaria cada vez mais a situação melindrosa do Paiz, para alli dirigiu-se D. Pedro, acompanhando de sua casa civil e militar, conseguindo, em breve trecho, conter a exacerbação de animos.

De volta ao Rio recebeu em caminho cartas de José Bonifacio, dando conta das insistentes hostilidades das côrtes portuguezas aos seus actos, e então attendendo que a união com Portugal já não era mais possivel e que a submissão seria o aniquillamento total do seu prestigio e autoridade, deitou por terra as insignias da metropole e alçou o

---

(7) Dr. M. Lopes Machado.

## XIX

brado de independencia, o qual encontrou generoso echo no coração de todos os brasileiros.

Estava realisada a nossa emancipação politica.

## V

Parecerá á primeira vista extranhavel que, tratando da idéa republicana, eu me occupe deste facto que lembra o estabelecimento do mandarinato portuguez no Brasil, entretanto assim não é, porquanto 7 de Setembro de 1822, alem de mostrar em os seus precedentes o nosso espirito de autonomia, marca o inicio de uma éra notavel para a existencia politica do Brasil, pois della decorrem exclusivamente os fundamentos da nossa nacionalidade e os prodomos das idéas politicas vigentes.

E' assim que, falando do advento da Republica brasileira, Theophilo Braga diz :

«E' imperecivel essa obra, porque ella deriva inteiramente da criação da patria brasileira, nascida nas grandes luctas defensivas contra os invasores e conquistadores hollandezes, a qual deu aos individuos esse espirito de autonomia que em 1822 se affirmou pela independencia nacional».

Essa conquista liberal, para a qual tão poderosamente concorrêra aquelle principe, fôra dentro de pouco tempo por elle mesmo annullada.

Uma vez proclamada a independencia da patria brasileira, era mister que se lhe outhorgasse uma carta constitucional. Para este fim foi convocada, por decreto de 3 de Julho do mesmo anno, uma



Assembléa Constituinte, cujas sessões preparatorias começaram no dia 17 de Abril de 1823, abrindo-se solemnemente no dia 3 de Maio seguinte.

Ephemera foi a sua duração, porquanto logo no começo de seus trabalhos ordinarios viu-se cercada por numerosa força de cavallaria e artilheria, a frente da qual se achava o imperante que a mandou intimar para dissolver-se nos termos do Decreto de 12 de Novembro do anno citado.

Deixo de apreciar a causa efficiente dessa dissolução, porque outro é o meu ponto de vista, conforme já tive occasião de dizer.

Esse golpe de Estado com a seriação de factos condemnaveis que o succederam, alvoroçou o Paiz de norte a sul.

A Bahia agitou se, mas conteve-se, ao passo que Pernambuco sublevou-se.

Dirigia então os destinos desta Provincia uma junta que, sentindo-se fraca para conter o movimento sedicioso que estava imminente, se demittiu a 13 de Dezembro de 1823.

Diante disto, foi eleito para governar a Provincia Manoel de Carvalho Paes de Andrade, cujo nome attrahia geraes sympathias, procedendo-se a essa eleição de accordo com a lei de 20 de Outubro do mesmo anno, eleição homologada pelo eleitorado das comarcas de Olinda e do Recife, em 8 de Janeiro do anno seguinte.

Uma longa e bem deduzida representação é dirigida ao Imperador, pedindo a este para approvar essa eleição e logo depois uma deputação foi enviada para obtel-a (8).

Entretanto, sem prestar ouvidos a esses justos

---

(8) A. J. de Mello.



reclamos, o governo imperial nomeou presidente dessa Provincia a Francisco Paes Barretto, um dos membros da junta demissionaria, o qual tenta assumir as redeas da administração.

Manoel de Carvalho, comquanto homem energico e decidido, nada quiz deliberar por si ; reuniu um grande conselho para consultar se devia ou não entregar o governo a Paes Barretto.

A resposta do conselho foi pela negativa.

O primeiro a manifestar-se foi o grande patriota Frei Caneca, que, em voto escripto, mostrou os grandes inconvenientes que decorreriam para a sua terra natal da administração que a ella queriam impôr.

Com effeito, cheio de odios, vendo em cada um dos seus conterraneos um inimigo, pela impugnação que soffria o seu nome, Paes Barretto não podia fazer um governo como seria para desejar-se em taes conjuncturas.

Sem partido que o amparasse, contando exclusivamente com o apoio material das baionetas imperiaes, a sua administração seria uma calamidade, um desastre indiscutivel.

E' preciso ter em grão muito elevado o senso politico, é mistér mesmo possuir essa prudencia e imparcialidade que distinguiram Salomão para resistir ao desejo de vingança que é inato á humanidade.

O individuo que se vê investido da alta missão de governar os seus concidadãos não se pertence ; o odio que por ventura se lhe tenha abrigado no espirito, deve cessar por completo desde aquella investidura. E raros são os que sabem se dominar.

Barretto seria do numero desses ? Não, de certo, respondem os seus precedentes.

Dessa repulsa nasceu a resistencia e o Recife foi bloqueado.

Manoel de Carvalho, coadjuvado por Caneca, Nactividade Saldanha e outros, proclamou no dia 2 de Julho de 1824 a republica com a denominação de—«Confederação do Equador». Estabeleceu-se então a lucta que se tornou encarniçada.

Correligionarios de Barretto conseguem prender Manoel de Carvalho e recolhe-o á fortaleza do Brum, donde consegue elle escapar-se e voltar á Presidencia.

Os republicanos iam, dia a dia, ganhado terreno.

Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piahy acceitaram com alvoroço entusiastico as proclamações de Manoel de Carvalho, adherindo promptamente a esse generoso impulso patriotico.

Uma dessas proclamações terminava assim : «Brasileiros ! pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas : o momento é este : salvemos a honra, a patria e a liberdade, soltando o grito festivo :—«Viva a Confederação do Equador».

Debalde as forças sympathicas á causa do governo tentaram suffocar a revolução ; ella cada vez mais contava com o concurso sincero de patriotas que não mediam sacrificios para sustentar a Republica proclamada.

No mais accêso da lucta o Imperador tentou pôr-lhe um paradeiro, nomeando, em substituição a Paes Barretto, José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.

Este *tertius gaudet* não foi tambem acceito



pelos patriotas e a revolução prosegue de victoria em victoria, até que o general Lima e Silva, communicando-se com Paes Barretto, consegue occupar o Recife, a 12 de Setembro, depois dos mais encarniçados combates.

Manoel de Carvalho, sentindo-se perdido, sem elementos para rechaçar os legalistas, refugiou-se a bordo de uma corvêta ingleza, enquanto que os seus partidarios, guiados pelo espirito arguto e indomavel de Frei Caneca, faziam penosa marcha pelo interior da Provincia, batendo-se aqui e alli com as forças realistas, sempre com o denodo e a galhardia dos que defendem uma causa nobre.

Essa marcha só é comparavel na historia patria, pelos seus multiplos perigos, áquella que effectuou Mathias de Albuquerque, seguido de muitas familias, através caminhos inhospitos, para Porto Calvo, na quadra agitada da dominação hollandeza.

A occupação do Recife pelas forças de Lima e Silva pode-se dizer o golpe decisivo desfechado contra a «Confederação do Equador»; cujos promotores foram perseguidos e presos, a excepção do chefe e do respectivo secretario que conseguiram escapar, sob a protecção do pavilhão inglez.

Manda a justiça historica dizer que o procedimento de Manoel de Carvalho abandonando os companheiros no momento mais angustioso da luta foi incorrecto, pelo que só poderá merecer a condemnação da posteridade.

E' assim que Frei Caneca, nas notas que deixou sobre o seu itinerario e dos companheiros ao Ceará, narra a capitulação das tropas republicanas :

«Estavamos destinados a levantar pela manhã do dia 29 o acam-



pamento, e seguirmos á Villa da Missão Velha, e de lá continuarmos para o Crato a bater uma grande tropa de que tivemos noticia que tinha levantado a bandeira de Portugal, deitando abaixo o estandarte brasileiro, que defendiamos.

Eis que pelas quatro horas da tarde se observou sobre o monte da nossa rectaguarda, em distancia de quasi uma milha, apparecer grande multidão de gente de pé e a cavallo, que logo supposemos inimigo.

O commandante de artilheria José Maria Ildefonso fez logo o seu dever, e com a peça de calibre 6 lhe fez trez tiros; e estendendo os nossos batalhões se foram logo pondo em attitude de combate e linha para fazer-lhes o cerco; ainda houve tiros de fuzil, quando levantandó esses uma bandeira parlamentar, mandou-se cessar toda a manobra e recebemos com toda a urbanidade e acolhimento o parlamentar que trazia um officio do major Lamenha, convidando-nos a capitular e aconselhando-nos a não proseguirmos em tão penosa e arriscada marcha; que voltariamos com elle, como irmãos e amigos ao seio de nossas familias; que encontrariamos no imperador um pai, que nos receberia com clemencia e não como um barbaço sultão.

Com effeito, capitulamos em o dia 29 de Novembro e fomos para o acampamento do major Lamenha, tendo este a precaução de mandar que a nossa tropa fosse indo em pelotões por sua vez, afim de a poder desarmar como fez».

Pasmosa ingenuidade a desses incançaveis patriotas !

De outro modo não se explica essa capitulação quando ainda lhes restavam elementos para a resistencia.

E' dever dos que combatem queimar até o ultimo cartucho, salvo um honroso armistício.

Muito mais activo, muito mais cheio de calor patriotico, foi o lance heroico desse Zumbi, chefe da Republica dos Palmares, que se bateu até exgottar o derradeiro recurso, e, vencido, preferio precipitar-se das anfractuosidades da rocha, na profundeza insondavel dos abysmos, a servir de pasto á sanha canibalesca dos mastins da realaleza.

A historia dessa revolução é a dolorosa historia de uma legião de bravos, o passionario sangrento de Caneca e Racthlife, Agostinho Beserra, Macario e Lazaro Fontes.

Sergipe, onde o ultra-liberalismo encontrou sempre o mais franco acolhimento, confraternizando-se com Pernambuco, deixou-se tambem embalar por esses sentimentos patrioticos e tentou fazer Republica em 1826 e 1828.

A respeito o erudito dr. Felisbello Freire assim se exprime :

«Propagavam pela Provincia idéas republicanas emissarios dos re-

volucionarios de 1824, de Pernambuco.

De norte a sul percorreram-n'a incitando o povo a instituir um novo regimen de governo.

Em Brejo Grande, Antonio José de Albuquerque Cavalcanti e José de Albuquerque Cavalcanti propagavam as novas idéas.

São perseguidos por Bento de Mello Pereira, que desde que rebentou a revolução em Pernambuco, defendia a fronteira do Rio de S. Francisco. A mesma propaganda fez o padre Francisco, em Japarutuba.

Os propagandistas fazem do engenheiro do sargento-mór Francisco Rollemberg, seu ponto de reunião. O movimento no sul foi mais activo.»

Na Estancia, diz ainda este historiador, «fazia igual propaganda o padre Manoel Moreira, que aliás já havia sido preso, em 1824, na occasião em que conduzia de Pernambuco para aquella cidade armamentos e mais petrechos bellicos.»

De um officio do então commandante das armas, dirigido ao Conde de Lages, e que vem ás paginas 279-280, da Historia de Sergipe, pelo mesmo dr. Felisbello, lê-se mais detalhadamente a historia desse movimento democratico.

Deixamos de transcrevel-o por não caber nos moldes deste modesto trabalho.

Na vigencia do 1.º reinado, que terminou com a abdicção de Pedro 1.º em 7 de Abril de 1831, foram essas as ultimas manifestações republicanas



no Brasil ; porquanto a desse dia teve por objectivo apenas um facto exclusivamente dynastico :— a substituição de um imperante por outro.

Durante a menoridade de Pedro II e mesmo depois de sua maioridade, alguns movimentos sediciosos podem ser apontados, mas, excepção feita da chamada *guerra dos farrapos* no Rio Grande do Sul, onde Bento Gonçalves proclamou a Republica de Piratynim, nenhum teve por fim o estabelecimento do regimen democratico.

Foram apenas choques motivados pela divergencia dos partidos imperialistas.

Entre estes podem ser citados : a *guerra dos cobanos*, em Pernambuco, que durou quatro annos ; a do Pará capitaneada por Vinagre e Angelim ; a do Maranhão, pelo cearense João Damasceno ; a do Ceará dirigida pelo coronel Pinto Madureira ; a de Matto Grosso ; a de Minas Geraes, que deu em resultado a deposição do respectivo Presidente, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o immortal jurista do Codigo Criminal de 1830, e os dous do Rio de Janeiro, um dos quaes instigado por Cypriano José Barata, preso então com outros companheiros na ilha das Cobras. Releva destacar deste grupo o movimento revolucionario de Pernambuco em 1848, chefiado pelo immortal brasileiro Nunes Machado, auxiliado por Borges da Fonseca, Pedro Ivo e outros, porquanto tivera intuito muito mais elevado do que os precedentes.

Si o seu fim não foi o reestabelecimento da Republica, se aos seus chefes não dominava o sentimento que levou Bernardo Vieira de Mello ás torturas da masmorra, vibrava-lhes no peito a fibra intensa do ultra-liberalismo.

E, quem sabe si, victorioso elle, não descortearia á Patria largos horisontes de fraternidade e de progresso ?

A 2 de Fevereiro de 1849 cahiu victima da bala do adversario o seu principal chefe, Desembargador Nunes Machado e com elle essa generosa tentativa de regeneração politica, conhecida na historia pelo nome de—«Revolução Praieira».

O capitão Pedro Ivo, apòs esse insuccesso, tentou levantar os animos e levar por deante a lucta e, neste sentido, arregimentou as tropas sob seu commando, nas mattas de Agua Preta.

Foi vencido a seu turno e, preso, seguiu para a Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro, donde conseguiu escapar-se mais tarde.

Cançados os brasileiros com tantos insuccessos, vendo a cada passo serem barbaramente trucidados aquelles dos seus irmãos que tinham a velleidade de sonhar um regimen melhor para o seu Paiz, submetteram-se por fim e aceitaram o facto consumado.

Entretanto o ideal republicano não morreu.

Ficou em fermento para corporificar se mais tarde em Lopes Trovão, nos motins populares do Rio de Janeiro, em 1880, por occasião do chamado *imposto do vintem*, e em Silva Jardim, acompanhando o Conde d'Eu ás provincias do Norte; em 1888, e provocando na Bahia as acclamações populares que tiveram como desfecho as violencias policiaes da ladeira do Taboão.

O primeiro pagou o seu amor á liberdade, curtindo na Europa as mais negras amarguras e só voltando á patria quando já era um facto a Republica ; o segundo, depòis de ter visto crystalisado



em realidade o seu ideal, atirou-se, como Plinio, á voragem insondavel do Vesuvio.

Uma outra corrente de ideas começou então a preoccupar o espirito dos nossos homens publicos.

A libertação da raça negra passou a ser a pedra de toque, aonde se aferiam todas as cogitações.

A abolição do elemento servil do elenco de nossas instituições tornou-se, pois, um problema por cuja solução anciava a maioria do Paiz.

Eusebio de Queiroz, prohibindo o trafico africano com a lei de 4 de Setembro de 1850, lei que se teria tornado illusoria se não fossem as medidas postas em pratica posteriormente, pelo notavel estadista Nabuco de Araujo ; e Rio Branco, decretando a libertação dos nascituros com a lei de 28 de Setembro de 1871, deram, é certo, um passo agigantado na trajetória do progresso politico-social, mas ainda assim, muito restava por fazer.

A abolição se impunha como uma condição existencial da nação brasileira ; ella havia empolgado o espirito dos nossos politicos e intellectuaes de maior notoriedade.

Mesmo antes da ultima das leis referidas já Luiz Gama, com a coragem indomável de um templario, vinha se batendo em prol dos desherdados da sorte, dos quaes era elle um rebento.

Castro Alves, a aguia que mais alto se remontara ao céu da poesia brasileira, empregava toda a energia da sua imaginação de predestinado para narrar aos contemporaneos o negro horror da escravidão.

«Vozes d'Africa» são o echo dolente de centenas de boccas, evocando a aurora boreal da re-



dempção para a noite dos que tinham a noite na pelle e a noite n'alma.

O genio fecundo de Ruy Barbosa déra tambem golpe de morte ao escravagismo em luminoso e profundo parecer, o qual demonstrou á luz da historia e da jurisprudencia que elle não tinha mais razão de ser.

Joaquim Nabuco, Gusmão Lobo, Patrocínio, Ferreira de Menezes, Martins Junior, Barros Sobrinho, Phaelante da Camara, Pereira da Costa, Fernando de Castro e innumerous outros, pela imprensa e pela tribuna, combatiam, sem treguás, tão negregada instituição.

A palavra fallada e escripta desses denodados paladinos foi, pouco a pouco, incutindo no espirito do povo a necessidade de tornar eguaes todos os filhos da patria brasileira.

Um dos maiores propagandistas, sobretudo nos ultimos tempos, foi o dr. Joaquim Nabuco, estrenuo continuador da grandiosa obra de seu illustre pae.

Ainda tenho bem vivas as impressões que me deixaram no espirito as suas conferencias abolicionistas no «Theatro Variedades»—Nova Hamburgo—no Recife, onde cada phrase de sua oração demosthenica era uma arremêso de catapulta contra o rochedo vil do escravagismo.

A isto, porém, não se limitou a acção desse notavel brasileiro ; elle fez mais : foi á presença de Leão XIII implorar de sua Santidade um palavra em favor da raça negra.

E a sua supplica, embora tardiamente, produziu os effeitos desejados.

A mocidade das escolas superiores tomara

acarretaria funestas consequências na ordem social do Paiz, sob multiplos pontos de vista,

E essa escala ascendente é perfeitamente logica e racional, porquanto ninguem ha que possa começar pela perfectibilidade.

Foi por esse tempo que a propaganda republicana tomou maior elasterio.

O momento era propicio, convinha pois forçar os acontecimentos.

Silva Jardim, na tribuna e no pamphleto, Quintino Bocayuva, na imprensa diaria, instruiram o povo nos sãos principios da democracia.

Albino Meira, Benjamin Constant, Virgilio Damasio e outros ensinavam á mocidade das escolas superiores que a Republica era a unica forma de governo compativel com as aspirações de um povo livre.

E esta propaganda foi fazendo proselytos em todas as camadas sociaes.

Pedro II, então ausente, na Europa, comquanto tivesse exclamado ao saber da noticia da passagem daquella lei—«grande povo»—parece a recebera mal, attentas as condições em que fôra votada.

Isto se infere dos seus actos posteriores.

Suppondo que dessa attitude do Imperante podiam advir para o seu partido vantagens incalculaveis, os liberaes, tendo á frente o vulto eminente do Visconde de Ouro Preto, offereceram nas duas casas do Parlamento e na imprensa diaria, combate sem treguas ao glorioso estadista da abolição, attribuindo-lhe sentimentos anti-monarchicos e contando-o, em nome das instituições que tinha obri-



gação de defender e sustentar, a oppôr-se a Republica que se levantava impetuosa e forte.

Exaltados houve até que procuravam faser acreditar que o conselheiro João Alfredo era um dos seus maiores incrementadores.

Respondendo ás interpeellações que lhe eram então dirigidas acerca da marcha da idéa republicana, s. ex. dissera que se a Republica queria tomar-lhes o passo—ella «que crescesse e apparecesse»,—phrase que ficou celebre no momento e que passou para o archivo brilhante e imperecível da historia politica.

Nos discursos e escriptos, sob a responsabilidade do partido liberal, procuravã-se fazer acreditar à Nação que a abolição incondicional arrastara a monarchia ao cairrel do abysmo—ás portas da Republica—e que só a energia mascula de Ouro Preto seria capaz de salvar-a.

O conselheiro João Alfredo dá pela terceira vez a demissão collectiva do gabinete de que era chefe, a qual é por fim acceita.

Diversos proceres do partido conservador são chamados a organizar ministerio e nenhum conseguiu fazel-o, de modo a agradar o Imperante, cujo intuito, com essa attitudo, não tem duvida que era chamar ao poder o partido liberal.

Neste comenos é convidado para os conselhos da Corôa o sr. Visconde de Ouro Preto, que organizou gabinete de elementos heterogeneos, mas que s. ex. entendia talhado para arrancar a cabeça á hydra republicana.

Organizado o ministerio o seu primeiro cuidado foi dissolver a camara temporária, e na eleição a que se procedeu em séguida foi tal a pressão ex-



tambem a frente do movimento anti-escravista e levantára bem alto o labaro da redempção dos captivos.

O glorioso exercito brasileiro não se deixára ficar atraz nessa campanha do bem. Em summa, todas as classes da nossa sociedade se batiam pela abolição.

João Clapp funda na Capital do Imperio a «Confederação Abolicionista»; Leonor Porto, secundada por José Mariano, João Ramos e outros, promove em 1884, no Recife, a fundação da sociedade — «Ave Libertas» — que tão assignalados serviços prestou á causa da nossa integração social.

Por esse tempo, mais ou menos, apparece tambem no Recife o *Club do Cupim*.

Neste Estado o obscuro Francisco Alves, commungando na mesma taça, levanta a cabana de «Pae Thomaz».

Isto valeu ao humilde democrata a guerra desabrida de intransigentes escravagistas, que por meio de processo e outras perseguições o fazem abandonar o solo patrio.

O Ceará dá o primeiro exemplo libertando todos os seus escravos.

Alli João Cordeiro é o centro em derredor do qual gyra todo o mechanismo abolicionista.

Neste empenho elle teve um companheiro audaz, que não raro trocava o carinhoso aconchego do lar pelos riscos de uma empresa temeraria, — o jangadeiro Nascimento.

A onda anti-escravagista se avolumava cada vez mais e a ninguem já era licito oppôr diques a tão impetuosa corrente.

E a abolição se fez sem condições nem entaves.

Coube a gloria de tão memoravel feito ao gabinete ministerial de que era chefe o grande estadista João Alfredo, um nome por si só capaz de encher uma nação.

A princesa Izabel, em cuja primeira regencia (1871) já havia sido votada a lei do ventre livre, comprehendendo que era essa a aspiração do Paiz, fôra ao encontro da opinião publica e desse consorcio sublime nasceu a aurea lei de 13 de Maio de 1888.

Essa lei preparou o espirito nacional para a Republica.

Salvando, pois, uma raça inteira do opprobrio de alguns seculos, essa princesa sacrificou a sua corôa regia, suppondo talvez consolidal-a; por quanto esse acto de munificencia imperial, se, por um lado deu ao estrangeiro a mais brilhante copia da nosso adiantado gráo de civilização e altruismo, por outro acirrou contra o proprio throno o odio intranhavel dos possuidores de escravos, que eram a maioria da nação, os quaes, dia a dia, n'uma asafama ruidosa, engrossavam as fileiras republicanas, então parcamente providas.

E isto mesmo já tinha presentido o espirito eminentemente lucido de Joaquim Nabuco que, realisada a abolição, começou a pregar a federação das Provincias como uma transição natural para a Republica que, fatalmente, mais tempo, menos tempo, seria a nossa forma definitiva de governo, attentas a indole e tendencia do povo brasileiro.

E' que elle muito bem comprehendia que a passagem brusca de um regimen politico para outro

ercida pelo governo que o partido conservador, que deixára o poder prestigiado e coberto das bênçãos populares, não conseguiu eleger talvez um quinto da representação em todas as provincias !

Quanto a republicanos nem é bom falar !

Todos os actos de s. ex. visavam um unico fim —empanar a aurora republicana que se levantava nos horisóntes da patria, espalhando o seu beneficio clarão dos extensos banhados do Amazonas, ás cochilas immensas do Rio Grande do Sul.

Mas s. ex. nada conseguiu porque a Republica era innata ao espirito brasileiro ; faltava apenas uma cabeça que se levantasse e se fizesse revolução.

Ainda hoje echôa na consciencia dos brasileiros, como uma vibração patriotica, a palavra inflammada do padre João Manoel, em sessão de 11 de Junho de 1889, fazendo a sua profissão de fé republicana.

São desse emulo immortal do immortal Frei Caneca estas propheticas palavras :

«S. ex. preparou a seu geito uma escada para subir, e por esses mesmos degrãos escorregadios ha de rolar na praça publica execrado e coberto de maldições, porque afaga o pensamento sinistro de attentar contra as liberdades publicas e a soberania nacional.

«O emprego da força, da violencia e da compressão só poderá fazer victimas augmentando consideravelmente o numero dos agitadores.

«Cada brasileiro se imporá como



dever sagrado defender a sua idéa, agitando a opinião publica, falando á alma nacional, despertando-lhe todos os estímulos, movendo-lhe todas as fibras patrióticas, concorrendo para a grandeza e felicidade deste Paiz que ha de elevar-se como um gigante, impondo-se á admiração e respeito das Nações mais civilisadas, bafejado pelas auras puras da democracia.»

«Não se illuda o nobre presidente do Conselho.»

«Abolida a escravidão que nos envergonhava, é preciso abolir o poder que nos opprime e esmaga, esterilizando todas as fontes de riqueza e estancando todas as forças vivas da Nação.»

«Não nos illudamos, a Republica está feita; só lhe falta a consagração nacional.»

«Ella existe de facto em todos os espiritos, em todos os corações brasileiros.»

Com effeito, uma coisa foi consequencia natural da outra.

A liberdade individual não podia deixar de ser seguida da liberdade civil e politica; mesmo porque em um paiz aonde as correntes fluviaes repellem as oceanicas não é licito que haja um cidadão escravo.

O sonho doirado do alferes Joaquim José da Silva Xavier converteu-se na mais vibrante reali-

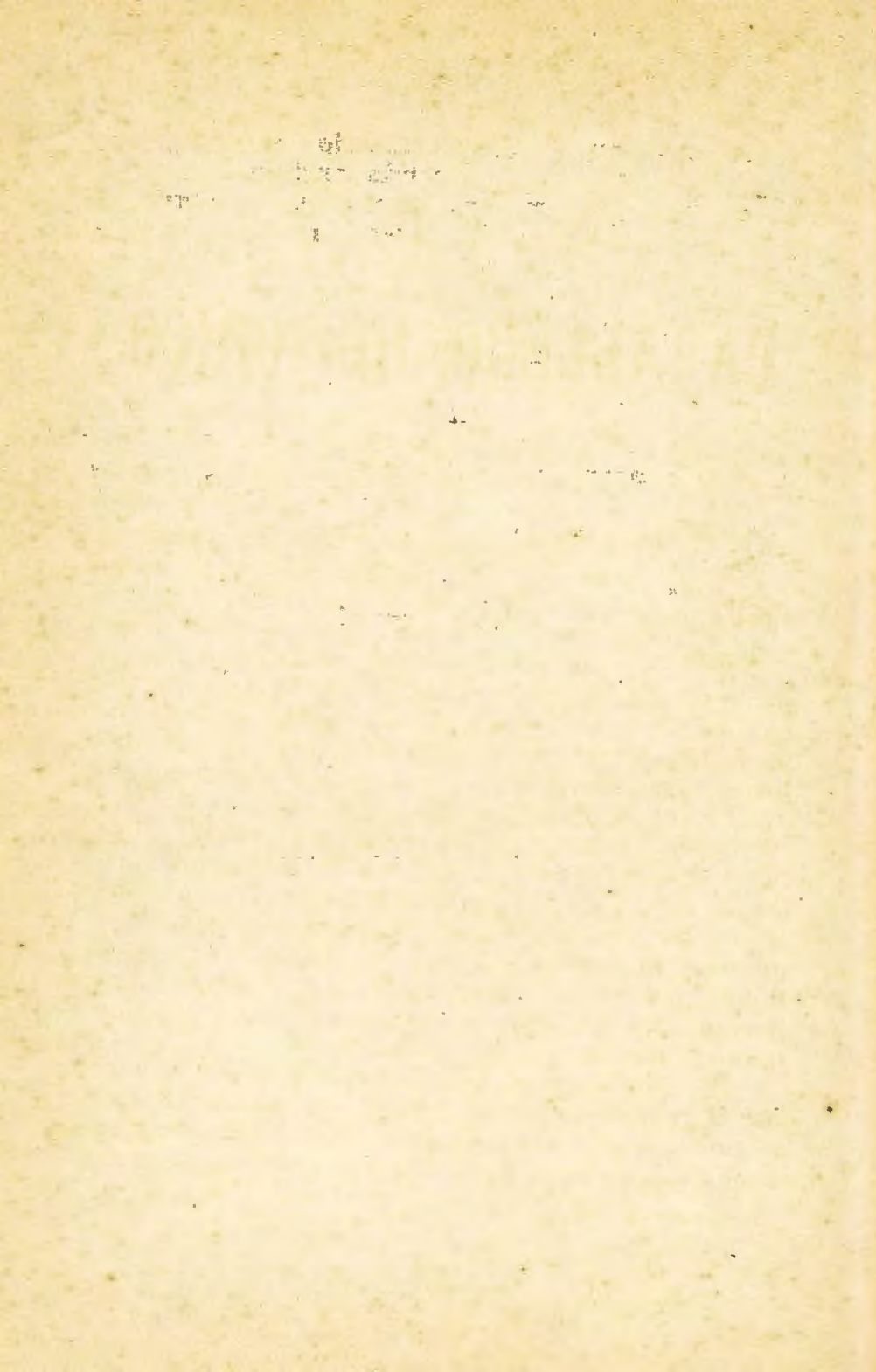
dade. O seu sangue derramado nas ruas do Rio de Janeiro, com o lento caminhar de um seculo, fez-se caudaloso Amasonas, e no fluxo e refluxo desse gigante das aguas formou-se a póróróca ingente da democracia que levou de vencida o penédo em cujo cabeco assentava a negra bastilha da dymnastia bragantina.

Deodoro da Fonseca, o general invencivel, cujos dias de existencia se contavam por outros tantos de gloria, foi o vingador providencial dos heroes republicanos de sua patria, derruindo o unico throno que, como um escarneo ao seculo da electricidade e do vapor, avultava ainda no continente americano.

E a Republica se fez.

Trêze de Maio de 1888 se não foi o exclusivo factor de 15 de Novembro de 1889, foi, pelo menos, o mais poderoso.

**Fim da introdução**





# PARALLELO HISTORICO

## I



SEERGIPE que, como as demais provincias do extincto Imperio brasileiro, vivia acorrentado ao poste da centralisação a mais asphixiadora, sem elementos para prosperar, vendo as suas rendas, na melhor parte, usurpadas pela côrte para os faustos da côrta, com o advento do regimen republicano sentiu-se resurgir dos seus proprios escombros, como das proprias cinzas, é crença entre os antigos, renascêra a ave lendaria da mythologia pagã.

Não é mistér grande esforço de analyse e de investigação para verificar-se o progresso que desde logo o impulsionou; basta fazer um confronto de orçamentos, a partir de sua organização em Estado autonomo, com os do regimen decahido; cotejar os rendimentos que tem dado a exportação de seus productos de 1890 até hoje, com o que produzira nos annos anteriores.

No ultimo quartel da monarchia, a sua receita oscilava entre quatrocentos e quinhentos contos, como é patente das respectivas leis orçamentarias, sendo a despesa sempre superior á receita, de modo

que os *deficits* eram infalliveis; ao passo que, no periodo republicano transcorrido, é accusado, pela estatistica, o phenomeno opposto: os orçamentos constituem uma serie crescente; os *deficits* a inversa.

E' bem verdade que essa progressão não é perenne, attentos os multiplos elementos que concorrem para a sua formação, elementos nem sempre sujeitos á vontade humana.

As sêccas e consequentemente a crise que, sob varios aspectos periodicamente flagellam, de modo aterrador, alguns Estados, inclusive o nosso, são a causa efficiente das alternativas de nosso progredir. A essas causas inconscientes podemos juntar as commoções po'iticas que o tem açoitado, ás quaes devemos nós sergipanos os improficuos e excessivos dispendios que se verificam em um dado periodo de sua vida politico-administrativa.

Ao lado deste movimento de ordem economica, que deixei assignalado, com o confronto de orçamentos, movimento que originã a grandeza de um povo, descobre-se a olhos nus o progresso material e moral, vibrando como uma arteria febril no organismo autonomo desta pequenina patria, que, dia a dia, olhos fitos nas almenaras que illuminam as estradas do futuro, sente-se revigorar na fé dos seus heroes, para emprehender a obra grandiosa do seu aperfeiçoamento synthetico.

Sergipe de hoje, muito se distancia do que todos conheceram ha 12 annos passados.

Cidades do interior entregues ao abandono a que se viam votadas pelos governos provinciaes, iam vivendo a vida modorrenta dos anemicos, num depauperamento assustador, porquanto de suas



rendas nada lhes ficava com que podessem provêr as suas mais momentosas necessidades.

Com as franquias que nos legou a federação, mudaram de aspecto para constituírem sedes de pequenas patrias autonomas, dispondo dos seus recursos como melhor lhes parece, presas apenas ao Estado pelo laço da cohesão e da harmonia que, em face da respectiva lei organica, deve haver entre os seus poderes, mas nunca pela tutela intolérante de outr'ora.

Começava esse desanimo, esse atrophiamento que assignalei pela nossa capital, da qual eu já disse algures :

«Nenhuma outra a excede na coragem,  
«Com que se empenha na labuta insana,  
«Por conquistar na progressiva viagem  
«O velocino da grandeza humana.»

Casas mal construidas, sem hygiene nem conforto, e para mais augmentar o negro horror desse quadro contristante, lagoas, circumjacentes, com a sua musica aborrida de batrachios—eis o estado de Aracajú no periodo marasmodico dos governos provinciaes.

Com a Republica tudo isto transformou-se como por encanto, qual se uma vara magica a houvera tocado. Mas explica-se : no regimen decahido os homens escolhidos para nos governar, na sua quasi totalidade, eram filhos de outras Provincias ; não hauriram na infancia as auras que embalaram no berço a Tobias e Camerino ; nenhum carinhoso affecto, portanto, os prendia a este abençoado sólo, consequentemente pouco interesse lhes despertavam as nossas causas. D'ahi o desamor com que eramos tratados.



A presidencia de Sergipe foi sempre considerada como a escola de aprendizagem de estadistas neophytos ; era aqui que elles vinham fazer as suas primeiras armas para os torneios da carreira politica a que se destinavam.

Raro um patricio nosso administrava a Provincia, e quando succedia fazel-o, era n'uma interinidade tão curta que mal tinha tempo para auscultar-lhe as indeclinaveis e palpitantes necessidades. Demais, a politica estreita e enfesada das camarelhas imperiaes não permittia a expansão e largueza de vistas que era para desejar-se ; cuidava-se mais do que dizia respeito aos interesses da politicagem do que dos vitaes interesses da patria.

Os presidentes eram méros delegados dos ministros e traziam para a Provincia a exclusiva preocupação de fazer eleições, visando sempre a victoria dos candidatos recommendados pelo ministerio que representavam. Não raro viam-se surgir victoriosos das urnas nomes que só eram conhecidos do eleitorado no dia da eleição.

O povo, por isso mesmo que nenhuma interferencia tinha para a investidura dos presidentes no poder, era tratado de resto, nada lhes merecia.

Os funcionarios provinciaes eram verdadeiros mendigos, tal a exiguidade de honorarios que venciam, e, o que é mais, redusidos pela demora no pagamento que muitas vezes, ou quiçá quasi sempre, era feito em apolices sem cotação no mercado monetario.

Na administração provincial de 1886 a 1887 accentuou-se um periodo angustioso para a burocracia sergipana. Rarissimos os que não viviam presos aos tentaculos da agiotagem vilan !

Tudo partia do centro, nenhuma reforma se elaborava, nada se fazia sem o *placet* da côrte. A centralisação administrativa pompeava de guadio e como a mancenilha tudo envenenava e corrompia, porquanto no profundo dizer de notável publicista francez, ella acarreta ao paiz aonde medra consequências extremamente prejudiciaes.

Na vigencia do primeiro reinado alguns espiritos superiores tentaram dar ás Provincias larga somma de autonomia com a salutar reforma que se operou no seio da representação em 1834, mas dentro em pouco essa reforma foi disvirtuada e as liberalidades d'ella decorrentes sentiram-se eclipsadas, e afinal de contas desappareceram de todo, pela accção absorvente da centralisação que tudo avasaliando e corrompendo, foi a característica frisanter da politica imperialista nos seus ultimos dias.

A proposito, Tavares Bastos assim se pronuncia :

«Pondo uma restricção onde a revolução de 1831 posera uma liberdade, a missão do actual reinado tem sido sujeitar as provincias ao freio da centralisação, que as comprime e debilita.

Saciadas de uma tutela humilhante, ellas aguardam a reforma do pacto social como a sua derradeira esperanza.

O futuro nos revelará, escrevia o inspirado precursor da democracia brasileira, se nossas provincias, separadas por vastos desertos e mares de longa navegação, podem obedecer



á lei dessa centralisação forçada, contraria a natureza e que tolhe a sua prosperidade destruindo as condições de seu desenvolvimento ; ou se não se preferirá antes o regimen federativo que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a esse immenso corpo entorpecido, onde a vida apparece aqui e alli, mas em cujo restante não penetra, nem pode circular a ceiva animadora da civilisação».

Felizmente essa preferencia realisou-se.

Hoje vivemos por nós mesmos, nos governamos a nós mesmos, graças ás liberalidades e franquias que nos legou a incruenta revolução politico-social de 15 de Novembro de 1889, cujo advento abriu novos e largos horisontes de prosperidades ao Brasil.

Não mais se antepõem aos interesses da Pátria os de meia duzia de individuos privilegiados por direito de casta e brasões de fidalguia.

O povo é quem elege os seus governantes, que são tirados dentre os cidadãos mais aptos do Estado, onde têm os seus interesses; onde nasceram e são domiciliarios, as mais das vezes, consequentemente habilitados a conhecerem de suas necessidades. O espirito brasileiro, sempre propenso á independencia, alimentado pelo oxigenio dessa natureza liberrima e tonificante, offerecida a oportunidade, não podia deixar de sacudir de si o jugo humilhante imposto por tolas conveniencias, á luz de falsos principios politicos.

A evolução é um facto que se impõe a toda so-



cidade politica, qualquer que seja o grão de adeantamento a que tenha attingido.

As idéas novas quando salutaes e idoneas, vão paulatinamente tomando lugar ás velhas idéas sem que e te facto traga profundas convulsões nem lamentaveis desequilibrios na orbita social e politica. Isto é fatal e foi por essa razão que o 15 de Novembro, posto que prematuro, ao envez de provocar luctas sanguinolentas, que não seriam para extranhar, mereceu o applauso geral da Nação e teve hymnos e flores no seu auspicioso advento.

Aos proprios imperantes já não parecia fôra de proposito essa aspiração dos brasileiros a verem o Paiz, mais dia menos dia, sob um regimen de governo mais liberal, onde os laços de correlação administrativa não fossem tão apertados, tão estreitos.

E esta verdade é confirmada pelo conde d'Eu, quando, respondendo aos discursos dos oradores academicos do Recife, por occasião de assentar-se a primeira pedra do projectado edificio da Faculdade de Direito dessa cidade, dissera mais ou menos o seguinte, se não me falha a memoria :

«Parto muito penhorado ao povo pernambucano ; fala-se insistentemente que a Republica dia a dia se desenvolve ; se ella vier e se fôr esta a vontade nacional seremos o primeiro a ceder-lhe o caminho.»

Isto se deu em 1888, por occasião da volta desse principe de um passeio ao estrangeiro.

Entretanto, releve-se-me dizer, apesar de ser

a Republica uma aspiração secular dos brasileiros, a despeito mesmo das innumeradas adhesões que a ella se fizeram após a decretação da lei da abolição da escravatura, o seu apparecimento foi uma surpresa para o Paiz e levou um dos membros do seu primeiro ministerio a dizer para um jornal de S. Paulo, de que era correspondente, que o povo ficou «bestialisado».

E' que a nação começava nesta epocha a elaborar os elementos da reforma, não estava ainda em condições de recebê-la. Precipitaram-na os actos do ministro Ouro Preto, diz-nos a logica dos acontecimentos. Ella seria fatal, mas não era ainda uma idéa dominante. E este juizo não pode soffrer a mais leve contestação, uma vez que poucas eram as Provincias que possuíam clubs de propaganda republicana.

O novo regimen, porem, não encontrou Serpente desprovido do bom elemento de que tanto carecia para amparal-o na época em que foi estabelecido.

Os factos ahi estão para attestar essa assertiva.

Em Laranjeiras, Itaporanga e Propriá existiam republicanos sinceros e dispostos a sacrificios pela causa que defendiam, distinguindo-se a primeira dessas localidades, porque tinha club bem organisado com organ de publicidade na imprensa periodica da Provincia.

## II

### Manifestações populares

#### PRIMEIRO TRIUMVIRATO

A noticia da proclamação da Republica chegara ao Aracajú, por via telegraphica, no dia 15 de Novembro de 1889, ás 6 horas da tarde.

Irradiou-se celere pela cidade, arrebatando de contentamento a uns e immergindo em profunda tristeza a outros.

Dê um lado eram os republicanos, poucos é verdade, e o povo que fraternizando com elles a recebiam num phrenesi de loucura enthusiastica; de outro os magnatas imperialistas que viam ruir por terra o castello feudal de suas grandesas politicas.

Bem se pode imaginar o delirio que se apoderou da multidão, sempre ávida de acontecimentos, mormente tratando-se de um que trasia as mais fagueiras esperanças.

A nossa capital engalanou-se para saudar tão auspicioso acontecimento: musica, foguetes, passeiatas e vivas dos dias festivos, eram o echo do sentimento popular.

A frente da multidão, o dr. Fausto Cardoso pronunciava discursos com aquella eloquencia que



lhe é propria, pondo em relevo as vantagens do regimen que acabava de ser adoptado pelo Paiz. Administrava então a provincia o dr. Thomaz Cruz.

Espirito ponderado, sem assomos de energia mal entendida, elle não tentou insurgir-se contra a Republica triumphante, nem tão pouco procurou desde logo adherir á nova forma de governo: convidou os homens mais notaveis da capital, sem distincção de partidos, para uma reunião no palacio, afim de tomar-se qualquer deliberação que o habilitasse a agir em tal emergencia.

Essa reunião realisou-se no dia 16 de Novembro.

Entre os presentes achavam-se o dr. Americo Barretto, chefe de policia e Barros Pimentel, chefe do partido liberal da capital, os quaes eram de opinião que se reagisse contra as novas instituições.

Nada, porem, ficou resolvido neste dia.

No immediato, 17, ao meio dia, houve uma reunião na qual aquelles doutores mantiveram a mesma attitude hostile á Republica.

Venceu, porem, o conselho dos mais prudentes e conciliadores, entre os quaes contava-se o padre Olympio Campos, que era de opinião que se devia acceitar o facto consumado, desde que era elle de ha muito a aspiração da maioria do Paiz; e á uma hora da tarde deste mesmo dia, o dr. Thomaz Cruz passou as redeas da governança a uma junta composta dos cidadãos dr. José de Siqueira Menezes, coronel Antonio de Siqueira Horta e major Antonio Diniz Dantas e Mello. Os dois ultimos, com su presa do primeiro, foram indicados para fazer parte da junta pelo alferes Athayde, comandante do contingente da força federal aqui es-

tacionada, o qual tornou-se o arbitro da situação politica.

E' o proprio dr. Siqueira Menezes quem se confessa ficára sorprendido com a indicação desses dous companheiros para com elle comporem o governo quando, em artigo escripto do Rio para a «Gazeta de Sergipe», diz entre outras cousas :

« E' justo que lembre aqui que o dr. Thomaz me quiz entregar o governo no dia 16 á noite. Surgiram, porem, difficuldades que não pude vencer e os nossos desejos não se realisaram.

O vice-presidente convocou uma reunião em palacio as pessoas gradas da capital, de todas as feições politicas. Nella os drs. Barros e Barretto insistiram com dobrada violencia em suas idéas já enunciadas.

Não recuámos deante das caretas impotentes dos dous velhucos; tinhamos a força de linha de nosso lado e era quanto bastava.

No dia 17, ao meio dia, houve outra reunião em palacio, á qual não compareci mais.

Os taes doutores mantiveram-se sempre violentos, sempre bellicosos, sempre ridiculos !

A ella compareceram diversos officiaes da guarnição, inclusive o alferes Athayde a quem recomendei que declarasse positivamente, em termos delicados, que não compri-

riamos mais ordens emanadas da presidencia, que não reconheciamos a sua auctoridade e que a Republica seria proclamada á 1 hora da tarde.

« De tudo isso já estava inteirado o dr. Thomaz Cruz, que no negocio sempre procedeu com toda correcção.

*«No momento em que deviamos descer do Quartel de linha para palacio afim de tomarmos posse do poder, por combinação machiavellica, a que fui estranho, dos elementos que se ligaram a mim, Athayde na frente, foram-me apresentados dous cidadãos distinctos, é verdade, para commigo comporem o governo provisório, contra o que estava assentado.*

*Estranhei o procedimento dos companheiros, fazendo-lhe ver que nas circumstancias da occasião, na crise aguda do periodo revolucionario era indispensavel a unidade de pensamento e de acção, o que não se poderia obter com um triumvirato. A hora havia soado; não havia tempo a perder.»*

Tudo isto me faz reflexionar que o dr. Siqueira Menezes, tão altivo, tão brioso como sempre se revelára, desta vez não soubera collocar-se á altura da situação, porquanto subordinara-se um pouco á vontade de Athayde, temperamento irrequieto e



incapaz de amoldar-se ás conveniências que o momento exigia. E' bem verdade que este era o commandante da força, mas aquelle tinha a seu lado a superioridade da patente e do cabedal do espirito. Estes requisitos lhe davam direito a uma tal ou qual supremacia. O facto de ter deixado de comparecer em Palacio, no dia 17, e de ter entregue a Athayde a solução do caso, encarregando-o de declarar ao dr. Thomaz Cruz que não mais cumpririam ordens daquella Presidencia, prova de sobejo o que acabo de dizer.

A elle como superior, sob todos os pontos de vista, a elle como dirigente é que cumpria aquella missão. Excesso de delicadeza para com o dr. Thomaz Cruz, ou receio de enfrentar abertamente os acontecimentos, o que não é crível, attento o seu character de escol, o dr. Siqueira não andou como era para se desejar.

Avassalaram-no, talvez, o inesperado e a grandesa do facto que movimentava o Paiz de norte a sul. O historiador não pode se limitar a referir datas e factos ; tem a obrigação de esmerilhá-los, nos seus menores detalhes, para apurar a verdade e mostrar aos posterios a grandesa dos heroes de sua patria.

Eu, entretanto, não o devo fazer ; limito-me ao que ahi fica, porque «investigar causas não é porerem a missão do chronista a que somente cumpre contar os acontecimentos».

Este triumvirato teve a duração das rosas do poeta, pois que no dia immediato ao de sua constituição d'elle se retiraram dous dos seus membros : coronel Horta e major Diniz, pretextando ambos molestia e occupações ruraes. A renuncia desses

dous cidadãos dèra-se no dia 18 de Novembro, ás 10 horas da manhã, num dos salões de Palacio.

Se bem que estranhando essa coincidência de occupaões e molestias, Balthasar Goes, na sua historia—«A Republica em Sergipe»—acceita como causa dessa renuncia a mesma apresentada pelos dous triumviros resignatarios, quando o que parece é que elles se retiraram do governo pela incompatibilidade em que desde o momento de suas acclamações se acharam para com o dr. Siqueira, que não soube ou não quiz disfarçar a surpresa ou, quiçá, o desgosto que lhe causara a escolha dos dous companheiros. Para substituil-os foram acclamados, ou melhor *nomeados*, pelo alferes Athayde, os cidadãos Vicente Ribeiro e Balthasar Goes. E' assim que este ultimo narra as peripecias desse acontecimento :

«Como quer que seja, é certo que no dia 1.º de Novembro, pelas 10 horas da manhã, teve lugar o que de vespera constava, tal qual disseram ao que faz esta narração, que somente ignorava quaes seriam os substitutos dos dois triumviros, coronel Horta e major Diniz. Estava repleto de povo o salão de palacio que fica para o norte. O coronel Horta eleva a voz pedindo por si e seu companheiro, permissão para declinarem da honra do cargo com que foram investidos, allegando os motivos que ja se conhecem ; e o povo consentiu na retirada *por ser fundada em motivos justos*,—diz a acta de 17 de Novembro.

Segue-se a acclamação dos cidadãos que devem substituí-los.

O alferes Athyde, intitulado commandante das armas, convida ao coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro e ao professor Balthazar Goes para junto de si; e, collocando-se entre ambos, como se tratasse de dois pupilos, apresenta ao povo, como um cidadão digno de preencher um dos logares deixados, ao coronel Vicente, o qual é calorosamente acclamado. Este, por sua vez, já acclamado, apresenta o nome de Balthazar, que é acceito do mesmo modo.»

Estes trechos são a confirmação flagrante do que ficou dito :—ter se tornado Athayde o supremo arbitro da situação politica em Sergipe.

E Balthazar mesmo o confessa quando diz, narrando certa circumstancia daquelle periodo :

«O governo não pôde conter Athayde de assim proceder. Não pôde—é a verdade».

Como se vê, nem na composição do primeiro, nem na do segundo triumvirato, Siqueira fôra ouvido, como cumpria que o fosse, desde que a escolha não partira do povo, fôra previamente concertada.

Athayde agia por conta propria, era senhor de barão e cutello, nenhum poder se lhe antepunha. A junta governativa abdicára nelle a sua independencia.

De outra maneira não se explica o ar de superioridade com que a tratava e o tom ironico com



que se dirigia a alguns dos seus membros, como succedeu com Balthazar, quando este voltou a tomar assento no governo. Este incidente é assim referido a pagina 107 da citada Historia :

—«Oh ! meu cidadão ! já por aqui ?!

—E' verdade. Admira-lhe ?

—De certo. Dissê que não voltaria mais....

—Tinha pensado mal. Felizmente chego a tempo porque não dei publicidade a minha retirada, que seria injustificavel.

—Qual ! meu Balthazr, disse Athayde sobraçando-se «amigavelmente» com este, você não dá para isto ; seu genio pacato, seu amor ás artes, não lhe permittem que se envolva nos embaraços de um governo revolucionario. Não é melhor estar em sua casa tratando de seus debuxos, de seus desenhos, com seu canivete a fazer suas esculturinhas ?..

—Para tudo ha tempo, Athayde. Por ora, meu dever è estar aqui, donde somente sahirei «quando me quizerem enxotar».

—E's um innocente, meu Balthazar.

E assim terminou essa conversação que nada promettia de pacifico, com a maior amabilidade».

### III

#### SEGUNDO TRIUMVIRATO

Este segundo triumvirato tivera também vida ephemera consequente de divergencias que appareceram entre dois dos seus membros, os ultimos acclamados.

O objectivo dessa desharmonia não foi uma questão de principios ou de doutrina republicana, mas um facto da politicagem de campanario.

Era o véso do regimen decahido que se pretendia transplantar para o novo. Ao entrar para o governo Balthazar Goes estabelecera um *modus vivendi* que foi acceito pelos companheiros. Dias depois o coronel Vicente Ribeiro pretendeu afastar-se do compromisso assumido solicitando insistentemente medidas que eram contrarias áquelle *modus vivendi*.

Balthazar Goes resistiu e com elle Siqueira de Menezes, dando lugar a que Vicente se exasperasse a ponto de maltratar áquelle companheiro. Ateou a faísca da divergencia á proposta para a nomeação de uma auctoridade policial para a cidade de Simão Dias.

Na occasião em que fôra onvido a tal respeito, o coronel Vicente Ribeiro, conta Balthazar em sua citada obra; prorompeu contra os dous collegas, terminando as objurgatorias com estas palayras :

«Sei que não posso continuar neste governo. Retiro-me e não voltarei mais a assentar-me entre dous moleques».

Dahi o rompimento definitivo, a retirada dos dous, ficando ainda desta vez Siqueira de Menezes só.

Ao retirar-se o professor Balthazar Goes entregára a Siqueira um manifesto em que dava conhecimento ao povo dos motivos que o levaram a sahir do governo.

Siqueira não déra publicidade áquelle manifesto, cuja ultima parte achava inconveniente aos interesses da administração e talvez para dar tempo ao manifestante reflectir sobre o seu acto.

Na noite deste mesmo dia 23 de Novembro, dirige-lhe um carta fazendo-lho ponderações e pedindo a substituição do ultimo periodo do manifesto que considerava inconveniente. A resposta foi a volta de Balthazar ao Governo.

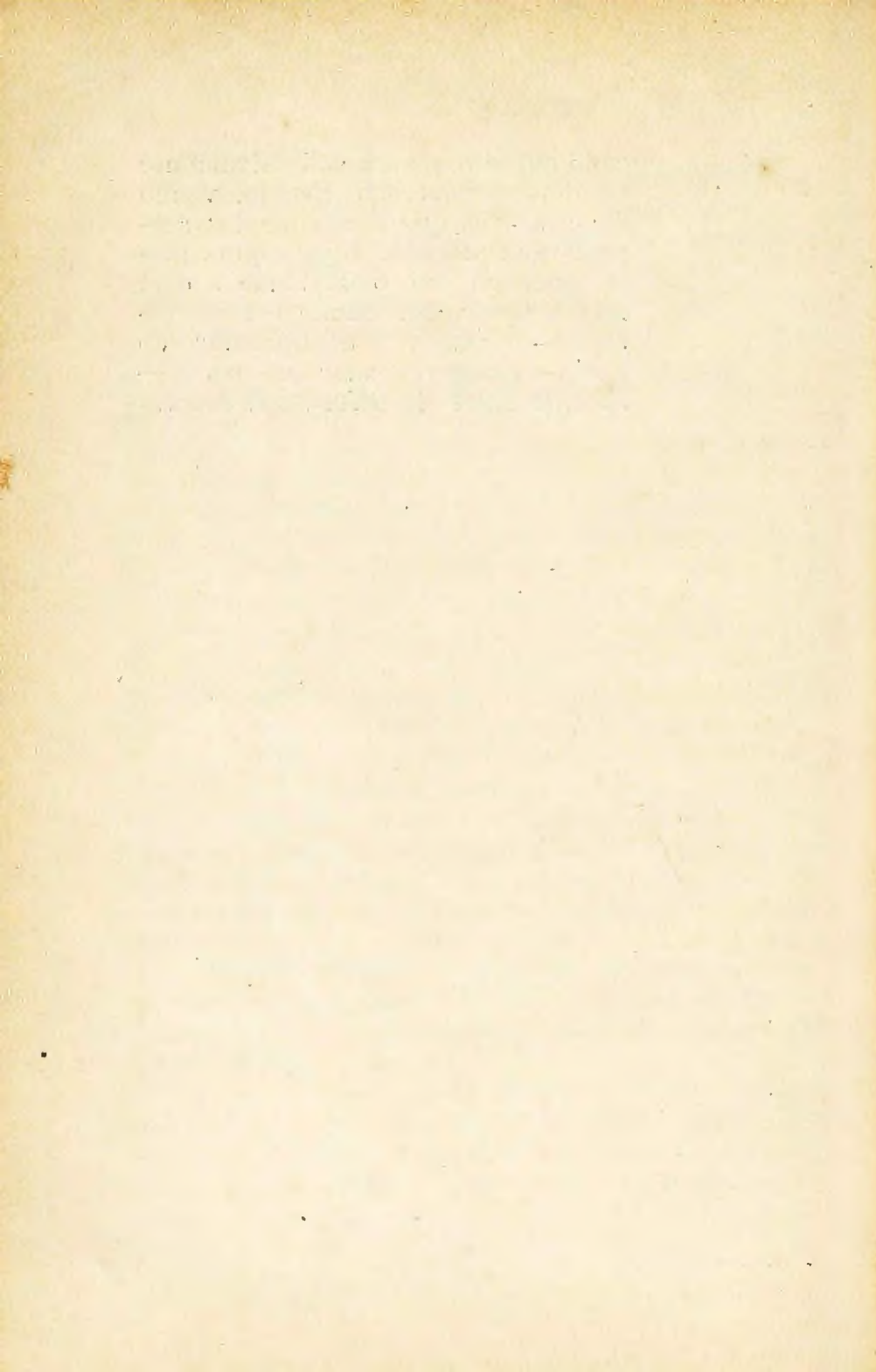
A meu ver nada justifica a sahida e muito menos a volta deste triumviro á administração, porquanto os homens que têm a responsabilidade do poder devem reflectir maduramente sobre os seus actos afim de não terem necessidade de retractal-os.

Vicente Ribeiro, apesar de retirado do governo desde o referido dia 23, só o deixou definitivamente a 2 de Dezembro, como consta do seguinte officio :

« Aos Senhores Governadores de Sergipe, Balthazar Goes e José de Siqueira Menezes.—Decidido a resignar a honra pela qual fui collo-



cado entre vós, para collectivamente administrarmos este Estado, venho declarar-vos que retiro-me das respectivas funcções. E para que conste, queiram dar publicidade a esta minha resolução. Saude e fraternidade.—Aracajú, 2 de Dezembro de 1889.—Ex-governador provisorio—*Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro.*»





#### IV

A esse tempo, por indicação da colonia sergipana residente no Rio, já se achava nomeado governador deste Estado, pelo governo central, o dr. Felisbello Freire, cujo nome fôra, na noite do dia 18 de Novembro, acclamado nesta capital com mostras de profunda sympathia por numerosa massa popular, tendo a sua frente o alferes Athayde e o dr. Fausto Cardoso que, de quando em quando, fazia ouvir a sua voz eloquente de orador victoriado.

Enquanto isto se passava fundeava em nosso ancoradouro, trazendo no topo a bandeira imperial, um vapor a cujo bordo vinha o doutor Manoel Joaquim de Lemos, o ultimo Presidente nomeado para a então provincia.

Feitas as competentes visitas e arriado, por ordem do capitão do Porto, aquelle pavilhão, o illustre hospede desembarcou e seguiu para a residencia do commendador Prado Pinto, onde tomou aposento.

Mal se sentara á meza para, com amigos, fazer uma refeição, ainda enfadado e aborrecido da viagem maritima, é surpreendido pela intimação de regressar a bordo, sob o fundamento de que a sua permanencia em terra podia fazer perigar as instituições !!

Esta intimação partira do alferes Athayde,



que, capitaneando numeroso grupo de praças do exercito, alli fôra propositalmente a isto.

Que receios podia inspirar um homem extranho á terra, sem raizes na opinião publica, representante de um poder que já não existia e que, de mais a mais, não contava com a força publica para o seu apoio ?!

Pois não é sabido que essa só se movia ao aceno de Athayde ?

Cedendo, pois, á corrente das circumstancias, o dr. Lemos seguiu para bordo, acompanhado do Chefe de Policia provisario, dr. Coelho Cintra, e alli ficára guardado por praças do contingente da força de linha, sob o commando do alferes Marcellino Jorge.

Em todos os acontecimentos humanos ha, por via de regra, um lado comico e este o foi o desta quadra agitada da republica nascente em Sergipe.

Este acto veio destoar dos sentimentos altruistas dos sergipanos tão hospitaleiros, sempre tão correctos. Felizmente não foi um filho de Sergipe que o impulsionou.

Nenhuma medida digna de nota, nenhum acto de elevado alcance administrativo praticou esta junta por onde se possa aferir o grão de competencia governamental dos homens que a compuzeram—uma pequena modificação no Regulamento da Instrucção Publica e nada mais. Entretanto, cumpre attenuar-lhes as faltas, porquanto sobre serem hospedes em materia de administração, viveram sempre em perenne desharmonia.

O dr. Coelho Cintra fôra substituido na Chefia de Policia pelo dr. Heraclito Diniz, nomeado para esse cargo pelo governo da União, por acto de 4 de Dezembro de 1889.

## V

### **Governo Felisbello**

Na manhã de 13 desse mesmo mez e anno, a bordo do vapor «Guahy», chegou a este Estado o governador dr. Felisbello Freire, o qual desembarcou entre as mais vivas demonstrações de regosijo popular.

O povo apinhado no caes e nas immediações do ancoradouro, aguardava com anciedade o desembarque do primeiro governador republicano de sua terra.

Seguido de amigos e de numeroso concurso de populares aquelle governador dirigiu-se para o palacio do Governo, onde ás 11 horas da manhã, foi servido lauto banquete.

A' 1 hora da tarde deste mesmo dia acompanhado do dr. Siqueira Menezes, do Professor Balthazar Goes e de grande numero de amigos encaminhou-se o dr. Felisbello para o edificio do Conselho Municipal e ahi das mãos do respectivo Presidente, cidadão João Baptista da Cunha, recebeu o compromisso de bem servir o elevado cargo de que se achava investido.

O dr. Felisbelló Freire synthetizou o seu programma administrativo nestas bellas páavras reveladoras de um espirito superior e escoimado das

paixões que levam os homens muitas vezes a excessos reprováveis :

«Eu não vim para Sergipe fazer uma derrubada, porque não sou nem conservador nem liberal. O meu papel é de fiscalização severa, de justiça a todos.

Quando fôr preciso a punição, eu a empregarei, como premiarei o que fôr digno de ser premiado.

Os antigos odios partidários devem desaparecer e, daqui até ser promulgada a constituinte, só um partido deve existir—o do progresso da patria.»

Entretanto, este seu programma não foi fielmente cumprido, como terei occasião de mostrar ao leitor.

Deante das intenções louváveis que manifestára nesse discurso-programma todos os agrupamentos politicos em Sergipe convergiram num só esforço e para um só escôpo—o apoio ao seu governo.

A imprensa indigena collocou-se incondicionalmente a seu lado para ajudal-o a levar avante e sem tropeços a obra grandiosa da reconstrucção da patria.

Conservou-se por algum tempo afastado dos torvelinhos da politicagem, e enquanto assim procedeu teve o apoio de todos. Cuidou com certo carinho do progresso material do Estado e neste sentido decretou medidas de elevado alcance administrativo.

Começou por considerar nullos e insubsisten-



tes contractos celebrados com alguns cidadãos para a exploração de certos ramos da industria e do commercio, verdadeiros privilegios incompatíveis com as normas do regimen politico inaugurado e cerceadores da liberdade economica e social.

Com o decreto de 26 de Fevereiro de 1890 adoptou medidas attinentes ao estabelecimento das nossas relações commerciaes com o estrangeiro e contractou com o conde de Mattosinhos a navegação directa entre o nosso porto e o do Rio de Janeiro.

Foi o primeiro passo que Sergipe deu neste sentido.

As industrias não foram por elle descuradas, mereceram egualmente as suas attensões.

E' assim que creou dous nucleos coloniaes, um no engenho Patrimonio, ambos no municipio de S. Christovão, onde o clima é saluberrimo, para familias nacionaes e estrangeiras que quizessem cuidar da lavoura, propriamente dita e da industria pecuaria. E propunha-se a installar outro no municipio da Estancia, onde para este fim adquiriu por compra, o engenho Conceição.

Pesa-me, entretanto, dizer que essas medidas nenhum resultado pratico produziram, ficaram apenas nas boas intenções do seu autor, mau grado os seus grandes esforços.

Com essas colonias o governo chegou a despende avultadas sommas na construcção de aposentos para colónos, que alli nunca foram e com a manutenção de directores e mais empregados. Hoje, o primeiro vive em completo abandono, o segundo, se não está nas mesmas condições, pouco

ou nenhuma vantagem dá ao Estado, com o seu arrendamento a um particular e o terceiro foi vendido em hasta publica ao coronel Francisco José Martins, negociante na cidade da Estancia.

Reviu aposentadorias e jubilações concedidas illegalmente, assegurando, por outro lado, direitos adquiridos e garantidos pelo novo regimen politico.

Si, pelo lado em que o tenho encarado até aqui, o seu governo foi digno de encomios, por outro incidiu em cabiveis censuras.

Representante de um poder dictatorial, com attribuições illimitadas, embora, o dr. Felisbello não soube ou não quiz fazer bom uso dessas prerogativas e violou interesses individuaes de ordem superior, prendendo e deportando individuos, sem as formalidades prescriptas para taes casos.

Ainda que fossem elles criminosos, como estou certo que o eram na maioria, não se lhes podia applicar semelhante penalidade, sem um processo regular por onde se apurasse a responsabilidade e aferisse o gráo de criminalidade de cada um. Mas, dir-me-ão : era um poder revolucionario e a revolução justifica tudo. Ainda assim : os abusos nunca constituíram normas administrativas, tanto mais attendendo-se a que a effervescencia revolucionaria já havia passado. O camartello da revolução que muita causa derruira, deixára de pé o Cod. do Proc. Crim. e na vigencia desse sabio corpo de sans doutrinas processualisticas, tudo que se praticasse em antinomia com as suas salutaes disposições, seria uma inversão das boas normas sociaes. A população do Aracajú foi testemunha visual do triste espectaculo que diariamente nella se reproduzia, da chegada de individuos maltrapi-

lhos de varios pontos do Estado entre alas de soldados, numa ostentação de força e poderio.

Quantos innocentes foram atirados ás estreitas da enxovia e depois banidos sem um ceutil para matar-lhes a fome, no dia em que se vissem entregues a si proprios, em terra extranha ?!

A imprensa da capital da União, para onde foram deportados alguns desses infelizes, verberou em linguagem acre, esse acto do governo de Sergipe, destoante dos bons principios republicanos.

Esta pratica abusiva deu lugar a excessos, como succedeu em Brejo Grande.

Querendo desforrar-se de velhos odios contra uma familia de pretos residentes naquella localidade, o delegado de Villa Nova phantasiou uma conspiração monarchica e denunciou ao governo, como promotores della, a esses mesmos pretos.

Tanto bastou para que de Aracajú partisse uma força, sob o commando do alferes Marcellino Jorge, ás ordens do delegado da Capital; e que alli chegando capturou a todos os indigitados de restauradores. Dias depois desembarcou nesta cidade aquella força trazendo a sua frente esses imputados monarchistas — uns pobres anemicos e pançudos, incapazes de qualquer acção ou reacção.

Para apurar-se o criterio dessa denuncia nada se fez, nenhuma medida foi posta em pratica, e elles teriam tido a mesma sorte de outros, se, por intercessão do dr. Manoel Victorino, o governo central não os tivesse mandado restituir á liberdade.

Entretanto essas medidas chegaram a merecer applausos neste Estado !

Até aqui o administrador, agora o politico.



Approximava-se a epoca em que se devia proceder a eleição para a constituinte federal.

No intuito de tomar qualquer deliberação a respeito do pleito a ferir-se, e desejoso mesmo de organizar partido, o dr. Felisbello Freire convocára uma reunião de politicos, a qual realisou-se em um dos salões do edificio da Assmbléa Legislativa.

Nesta reunião tratou se da divisão do Estado em districtos eleitoraes, accordando-se que ficariam os mesmos já existentes.

Pelo governador foram indicadas as pessoas que deveriam dirigir os negocios politicos nas diversas localidades do interior.

Como é facil de comprehender-se, surgiram dessa reunião os primeiros symptomas de opposição ao governador. Este, na confecção da chapá para a constituinte federal, fazia questão pela exclusão do nome do dr. Coelho e Campos, o que deu logar a que o dr. Leandro Maciel não aceitasse o convite que lhe fizera o Governador para organisarem partido e levantasse o partido nacional, com o apoio do Barão da Estancia e do mesmo dr. Coelho e Campos, o qual organisou desde logo a resistencia contra o governador.

Cabe aqui um reparo ao procedimento dos srs. Leandro Maciel e Coelho e Campos que deixaram á margem, na organização deste partido, ao dr. Pelino Nobre, prestigioso chefe politico conservador que foi na capital e sustentaculo por muito tempo do segundo desses politicos.

Por este tempo appareceu tambem o partido catholico, sob a chefia do Padre Olympio Campos,

que o fundára, por solidariedade com o clero da Bahia.

Esse organisou-se em muitos Estados do Paiz, como um protesto á medidas adoptadas pelo governo provisório da Republica, medidas que o clero reputava offensivas á integridade da Igreja Catholica.

A chapa de candidatos para a Constituinte fôrá organisada pelo dr. Felisbello, do seguinte modo :

Senadores :—drs. João Monte, José de Barros Pimentel e Sylvio Bastos.

Deputados :—drs. Felisbello Freire, Menezes Prado, coronel Rosa Junior, e capitão Ivo do Prado. O coronel Rosa Junior, que então gosava de largo prestigio junto ao governo do marechal Deodoro, mal satisfeito por ver o seu nome figurando entre os candidatos á deputação, quando antes quizera vel-o entre os candidatos á senatoria, conseguiu daquelle Marechal a demissão do dr. Felisbello, que foi substituido pelo capitão de Fragata Augusto Cesar da Silva, então vice-governador do Estado e irmão dequelle coronel.

Esta demissão causou estranheza ao dr. Felisbello, porquanto, dias antes, tinha recebido telegramma do mesmo Marechal applaudindo a orientação que ia dando aos negocios publicos. Porque, valha a verdade, á parte aquellas prisões irregulares que assignalei, o governo do dr. Felisbello foi honesto e digno de applausos.

De posse do telegramma portador de sua demissão, o dr. Felisbello, sem que ninguem o soubesse, mandou chamar o seu substituto, passou-lhe a administração e na tarde deste mesmo dia transportou-se para bordo de um vapor surto em

nosso porto e que na manhã do dia seguinte devia partir para o norte, como effectivamente partiu.

Ao amanhecer do dia 17 de Agosto de 1890, com surpresa para todos, estava já á frente da publica administração o capitão Augusto Cesar da Silva.

O facto de ter o dr. Felisbello partido para o norte, quando o seu destino era para o sul, deu ensanchas ao humorismo da imprensa opposicionista que delle se occupou em prosa e verso.



## VI

### Augusto Cesar

Como administrador, o capitão Augusto Cesar nada fez que mereça a critica da historia, porquanto, durante o curto periodo do seu governo, sò uma cousa o preoccupou — a eleição de seu irmão. Com effeito, ao assumir o governo, o seu primeiro cuidado foi procurar os chefes do Partido Nacional, então em opposição, e com elles fazer liga para concorrer ao pleito.

De accôrdo com este partido organisou nova chapa em que passou a fazer parte o coronel Vicente Ribeiro, depois sacrificado para ser eleito o candidato opposicionista dr. Felisbello Freire, cujo partido contrahira compromisso com o governador para votar no irmão deste, garantindo-lhe a prioridade na lista senatorial.

Esta combinação fora feita á revelia dos chefes do Partido Nacional, com quem estava irmanado o governador, e para ella muito concorrêra o dr. Mesquita Dantas, Chefe de Policia e que assaz se interessava pela victoria do dr. Felisbello.

Contra este engôdo ao Partido Nacional, na pessoa do coronel Vicente, protestou na imprensa e verbalmente perante o governador, em phrases frementes de indignação, o dr. Leandro Maciel.

Para essa derrota muito contribuiu o coronel

Dantas dos Reis, chefe politico no sul do Estado, com quem aliás contava o Partido Nacional para a sua completa victoria.

Eis como o coronel Vicente Ribeiro, em manifesto que dirigio ao Estado, refere o procedimento do coronel Dantas e do governador nesse pleito :

«E' por isso que lhe coube o dever de distinguir o coronel Dantas, do Riachão, o homem que, despedindo-se de mim e do dr. Leandro Maciel, disse :—Vocês não precisam ir ao terceiro districto, não queremos que lá appareçam, a eleição se fará suavemente.

«Comparem-se estas palavras com o resultado das urnas a bico de pennia daquella circumscripção e veja o publico que a minha victoria já estava previa e lealmente ajustada.

«Está claro que S. S. para dar arrhas de sua dedicação aos fabricqueiros da farça, esqueceu tudo quanto a dignidade aconselha, apresentou-se publicamente, commettendo crimes multiplos, saltou por cima de todas as considerações, olvidado de que nenhum favor official poderá em tempo algum allivial-o da taxa que hoje lhe irrogam os homens de bem. A bonita acção que commetteu, se não dá a S. S. um logar no reino do Céu, dá-lhe comtudo jús á

recusa de um honesto aperto de  
mão.»

.....

.....

«Felizmente para mim e infelizmente para as instituições nascentes, com prejuizo da moralidade da administração do Estado, o diploma obtido pelo meu competidor é o resultado da corrupção eleitoral posta em pratica por seu portador, quando nos governava ou desgovernava ; é uma prova authentica da deslealdade e traição de quem (o sr. Augusto Cesar), sob juras de honra e dignidade e com comminação de pena de infamia, encobria designio contrario ao enunciado ; é finalmente, o significado eloquente da astucia de quem se jacta de *engano os proprios frades*.

.....

«O sr. Augusto Cesar pode jactar-se, á vontade, da astucia culposa com que conseguiu maior votação para seu irmão, coronel Rosa Junior, na lista senatorial, mas não seremos nós os trahidos que o absolvamos da comminação que bem lhe merece».

.....

Afim de entenderem-se com algumas influencias locais para obtenção da victoria do dr. Felisbello sob o coronel Vicente, seguiram para o norte do Estado o dr. Josino Menezes e o cidadão Felinto do Nascimento, e para o sul o professor Eutychio



Lins. Este ultimo, depois de se ter entendido com o coronel Ernesto Esteves, na Estancia, mandou chamar àquella cidade o coronel Dantas, com quem ajustou aquelle resultado para a eleição. Passada esta, o capitão Augusto Cesar começou a soffrer opposição de certa imprensa da época.

Sem os attributos proprios de homem de Estado, irresoluto e fraco, ao primeiro embate da imprensa, desorientou-se e solicitou insistentemente a sua demissão, que foi dada, sendo nomeado para substituil-o o dr. Mendes de Moraes.

E' digno de nota o seguinte facto pelo pitoresco que o reveste.

O capitão Augusto Cezar costumava dizer em palestra de amigos que o Estado era um navio muito facil de dirigir-se ; bastava evitar-lhe um pouco as guinadas e vencia-se o banco sem maior incidente. Entretanto, dentro em pouco, elle proprio teve a prova em contrario do que pensava, pois, mal enfrentou as syrtes da opposição começou a enjoar e não conseguiu transpôr a barra !

Vem de molde o seguinte trecho que a seu respeito escreveu o «Estado de Sergipe» de 18 de Maio de 1904:

«O governador Augusto Cezar entrou em accordo com o *partido nacional*, sendo eleito seu irmão senador em primeiro lugar, tendo ficado em branco actas de diversos municipios, em virtude do que foi derrotado o candidato governista, coronel Vicente Ribeiro, para ser substituido pelo opposicionista dr. Felisbello Freire, por quem o Chefe de Policia,

dr. Mesquita Dantas, muito se interessava.

Ao primeiro artigo de opposição que o governador Augusto Cesar fizera o «Correio de Sergipe», inspirado pelo capitão Ivo do Prado, eleito deputado pelo governador, este desnorteara e insistiu pela sua demissão».

Como se vê, ao capitão Augusto Cesar, no tocante á vida administrativa, pode-se applicar o bello verso de Francisco Octaviano :

—«Só passou pela vida, não viveu».





## VII

### **Mesquita, Horta e Mendes de Moraes**

Na qualidade de 2º vice-presidente, empunhou as redeas da administração o dr. Mesquita Dantas, que chamou para Chefe de Policia o dr. Pelino Nobre.

O governo do dr. Mesquita Dantas distinguio-se apenas por ter decretado o nosso primeiro projecto de constituição, trabalho do distincto publicista dr. Homero de Oliveira.

Convem accrescentar aqui que, além do dr. Homero de Oliveira, escreveram tambem projectos para a constituição do Estado o inolvidavel sergipano dr. Luiz Freire, que dava a mais ampla autonomia aos municipios, e o illustrado jurisperito dr. Gumerindo Bessa, cujo projecto foi pela Assembléa Constituinte discutido e acceito como lei organica do Estado.

Depois do dr. Mesquita, que deixou o poder por ter de assumir o cargo de Juiz Seccional do Estado, ainda esteve na administração antes da chegada do dr. Mendes de Moraes, no character de 3º vice-presidente, o coronel Antonio de Siqueira Horta, que governou um mez e um dia, apenas, pois tendo tomado posse a 25 de Dezembro de 1890, deixou o cargo a 26 de Janeiro de 1891, por tel-o assumido o dr. Mendes de Moraes.

Foi sob o governo deste ultimo que se procedeu a eleição para a Constituinte do Estado.

Extranho á terra, sem interesse algum na lucta dos partidos, tendo a preocupação unica de ver triumphar a verdade eleitoral, o dr. Mendes de Moraes compoz as intendencias municipaes com elementos mesclados dos partidos militantes.

Concorreram ao pleito o Partido Nacional, o Partido Catholico ligado a este e o Partido Democrata.

A eleição realisou-se no dia 10 de Março de 1891 e della sahiram eleitos vinte e dous candidatos dos partidos colligados, Catholico e Nacional e dous do Democrata.

Por esse tempo ja havia sido levantada a candidatura do dr. Loureiro Tavares para primeiro governador constitucional do Estado, a qual era patrocinada pelos drs. Leandro Maciel, Coelho e Campos e Gonçalo Faro, proceres do partido Nacional. O coronel Vicente Ribeiro, membro deste partido, contando com o apoio de seu irmão dr. Pedro Antonio, então Chefe de Policia da Capital Federal, e do Senador Rosa Junior, propôz-se tambem áquelle cargo e neste sentido começou a trabalhar.

Antolhando-se-lhe, porém, serias difficuldades, e certo de que o dr. Mendes de Moraes não se prestaria a patrocinar esta ou aquella candidatura menos viavel por falta de apoio na opinião geral dos partidos, pois ja havia dado provas de grande isenção de espirito na eleição de 10 de Março, obteve do governo central a demissão daquelle doutor e assumio o governo, pois a elle cabia a substituição, como vice-governador que era.

## VIII

### **Vicente Ribeiro**

A sua posse effectuou-se no dia 28 de Maio de 1891.

Justamente nesse dia devia reunir-se a Assembleia Constituinte para promulgar a Constituição e em seguida eleger o governador. Receioso de serem frustados os seus planos, visto como a candidatura do dr. Loureiro Tavares estava bem amparada por contar com a maioria dos deputados, o coronel Vicente Ribeiro adiou para Junho a reunião da Constituinte e tratou de chamar a si, com promessas de boas collocações, alguns deputados que elle via capazes de mudarem de arraiaes politicos.

E' assim que o «Novidades», jornal que se editava na Capital Federal, refere este acontecimento :

«Justamente no dia em que o Congresso tinha de approvar a Constituição, o sr. tenente-coronel Mendes de Moraes, que administrava o Estado, foi demittido, por isso que não quiz corresponder as exigencias do governo do interior no pleito a favor do candidato official, o sr. coronel Vicente Ribeiro.

Ao seguinte telegramma passado pelo sr. Lucena ao coronel Mendes este



respondeu que preferia retirar-se da administração a tomar a si qualquer candidatura :—«Ao governo é agradável concorrer v. ex. favor candidatura coronel Vicente Ribeiro cargo governador desse Estado. A bem harmonia dos amigos e conveniencia da situação não duvido sua leal e dedicada cooperação.»

Assumindo então a administração o candidato official desenvolve-ram-se actos de arbitrio e prepotencia com admiração de toda a população da capital.

O Congresso é adiado, quando tinha de promulgar a constituição.

A maioria reúne-se no paço da Intendencia Municipal e protesta contra o acto illegal do adiamento. O edificio do congresso é cercado por uma força de infantaria, afim de que não se effectue a sessão dos membros da maioria. E convicto o governador de que não podia, pela corrupção, obter a maioria para eleger-se, convoca a reunião do congresso, á qual compareceram 12 membros e com este numero elegeu-se governador do Estado, quando a sua representação compõe-se de 24 membros, e promulgam a constituição.»

Optimo subsidio dessa quadra agitada da politica sergipense nos dá tambem o «Estado de Sergi-

pe» de 18 de Maio de 1904, já por mim citado. Ao leitor não será desagradavel conhecê-lo.

«Convocada a assembléa constituinte para 30 de Março, formou-se uma conspiração para burlar a candidatura do dr. Loureiro Tavares, candidatura combinada entre os drs. Leandro, Coelho e Campos e Gonçalo de Faro, representante do Barão da Estancia, que não mais appareceu na actividade politica.

«Essa conspiração tinha por fim eleger Presidente do Estado o coronel Vicente Ribeiro, que tinha ao seu lado seu irmão dr. Oliveira Ribeiro, então chefe de policia da Capital Federal, e o senador Rosa Junior, que tinha na occasião muito valimento ante o governo provisorio do generalissimo Deodoro.

«O primeiro passo para a victoria da conspiração foi dividir a Assembléa, e para conseguir esse *desideratum* os conspiradores da Assembléa dirigiram-se ao dr. Leandro Maciel e fizeram-lhe ver que não votariam no padre Olympio Campos para presidente effectivo da Assembléa, cargo que este já exercia provisoriamente por força do regimento.

«Ao mesmo tempo que faziam essa declaração, affirmavam em todos os tons que a divergencia era somente quanto á presidencia da As-

sembléa, mas que votariam no dr. Loureiro Tavares para Presidente do Estado.

«Não querendo os drs. Leandro Maciel e Coelho e Campos sacrificar a candidatura do dr. Loureiro Tavares á Presidência do Estado, condescenderam com a proposta dos conspiradores, sendo o coronel Benjamin Telles, amigo dedicado do dr. Coelho e Campos, candidato á presidencia da Assembléa.

«Proseguiam os trabalhos da Assembléa com regularidade, quando, por occasião da 2<sup>a</sup> e ultima discussão do projecto de Constituição, chegou a noticia por telegramma que havia sido exonerado o governaor dr. Mendes de Moraes, devendo assumir o governo o vice-governador Vicente Ribeiro, candidato á effectividade.

«Divulgada a noticia, ficou resolvido que não mais fossem apresentadas emendas combinadas na vespera entre deputados de varios matizes, sendo o projecto votado sem discussão.

«Foi com a noticia da demissão do governador Moraes e a sua substituição pelo coronel Vicente Ribeiro, que acclararam-se os horisontes, dividindo-se a Assembléa em dous grupos, um dos amigos dos drs. Coelho e



Campos, Leandro Maciel e do padre Olympio Campos e outro dos do coronel Vicente Ribeiro.

«Votado o projecto de Constituição, o deputado padre Olympio Campos requereu que o Presidente da Assemblêa nomeasse uma commissão especial para redigir o projecto que havia soffrido ligeiras emendas na 1ª discussão.

O Presidente Benjamin Telles accitou o requerimento e ia submeter a deliberação, quando os conspiradores, que estavam em minoria, fizeram uma celeuma tal que conseguiram da fraqueza do Presidente não pôr a votos o requerimento, compromettendo-se a commissão autora do projecto elaborado pelo deputado Gumerindo Bessa, a apresentar sem demora a a redacção do projecto.

«E não mais houve sessão na Assemblêa que, adiada por poucos dias, logo que assumio o governo o coronel Vicente Ribeiro, foi reaberta, sendo, sem approvação da redacção da Constituição e em sessão presentes 12 deputados, considerados maioria absoluta de 24 deputados, pelo facto de haver uma vaga em consequencia de renuncia, elle eleito presidente effectivo.»

Como administrador, no sentido restricto do termo, o coronel Vicente Ribeiro não pôde ser es-

tudado á luz da critica historica, pois que, por melhores que tivessem sido as suas intenções, o curto periodo em que governou o Estado e a anormalidade da situação em que se achou envolvido, não lhe permitiram fazer cousa alguma de proveitoso aos interesses publicos.

Elle se encontrou a braços com as maiores difficuldades. De um lado a opposição, que era arregimentada e grande, dispondo de tres órgãos de publicidade na imprensa : «Folha de Sergipe», «Correio de Sergipe» e «Maroinense» ; de outro a força de linha ao mando do tenente-coronel Antonio Moreira Cesar, que lhe negava qualquer apoio, foram barreiras inaccessiveis antepostas á sua administração.

Cabe dizer que Moreira Cesar agia por conta propria, a sua opposição ao governo era motivada por um facto todo pessoal—a permanencia de Prestituto de Oliveira no commando da policia.

Além disso o coronel Vicente resentia-se do vicio de origem, pois como se viu, a sua eleição foi tumultuaria e illegal por ter pretendido que doze deputados formassem maioria em uma Assembléa composta de vinte quatro membros.

Aos ataques implacaveis da opposição, respondia golpeando fundo áquelles que della faziam parte ou que lhes eram conjunctos.

Revio muitas aposentadorias e jubilações, acto que foi mal recebido, mas fel-o em face de preceito constitucional.

Quiz deportar para o Rio de Janeiro os redactores da «Folha de Sergipe» e do «Correio de Sergipe»—padre Olympio Campos e dr. Olyntho Dantas, e neste sentido pediu apoio ao commandante do

33 batalhão, o referido Moreira Cesar, que lh'o negou.

Foi na sua administração que se votou a Lei n. 5 de 26 de Setembro de 1891, que tanto *deu no góito* da imprensa do paiz e do estrangeiro, servindo de pabulo a muita gaiatice em prosa e verso. Esta lei declarava em seu artigo 7º demittidas as professoras que se casassem.

Foi seu autor o deputado Heraclito Diniz Gonçalves. Não lhe cabe, porem, a originalidade na idea, porquanto, ja no extincto regimen, o notavel jornalista sergipano dr. Manoel Luiz a havia apresentado á Assembléa provincial, cumprin'lo accrescentar que nos Estados Unidos mais de um Estado a tem adoptado.

A musa satyrica do festejado poeta Severiano Cardoso troçou-a na chistosa comedia—«Celibato das professoras».

Entretanto não achei motivo para tanta irrisão. Não sou do numero dos que a combatem; ao contrario, acho salutaes os seus effeitos para a bôa regularidade do ensino publico.

Antes de tudo devemos ser praticos, pois não se comprehende como uma senhora com os encargos de familia, ora velando a cabeceira do filho que adoce, ora cuidando de outros mistéres domesticos, possa bem dirigir uma escola.

No tocante ao emprego dos dinheiros publicos, do seu governo nada ha que dizer de mal.

O coronel Vicente Ribeiro adheriu ao golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891, e por essa razão abandonou o governo a 24 do mesmo mez e anno, em consequencia do contra-golpe, por lhe ter faltado o apoio da força federal.



Logo que chegou a Aracajú a noticia de que o Marechal Deodoro fôra apeado do poder, uma commissão composta de varios cidadãos da nossa sociedade dirigio-se ao quartel do 33 batalhão, fazendo ver ao commandante interino, major D. Joaquim Balthasar que o povo estava disposto a não mais consentir na permanencia do coronel Vicente no governo e inquerindo se no caso de conflicto de populares com a policia a força de linha interviria.

O referido commandante respondeu que o batalhão guardaria inteira neutralidade e seguiu para Palacio afim de dar conta ao coronel Vicente dos intuitos do povo e do procedimento que teria em tal emergencia a força sob seu commando, dando-se então aquelle abandono.

Em consequencia desse acontecimento assumio o governo o major D. Joaquim, o qual foi substituido por uma junta composta dos cidadãos drs. Leandro Maciel, Olyntho Dantas e alferes Marcellino José Jorge.

Eram indicados para comporem essa junta o padre Olympio Campos e o dr. Calasans que se fizeram substituir, aquelle pelo dr. Leandro Maciel e este pelo alferes Marcellino.

Um incidente dessa deposição que me foi referido por testemunha ocular e auricular do facto :

Na occasião em que no gabinete do governador o major D. Joaquim expunha a este os motivos que o levaram ali, vio-se cercado de amigos da situação que, da sala onde se achavam, accorreram áquelle gabinete, attrahidos pela curiosidade de saberem o que se passava, attentos os boatos alarmantes que circulavam, e então exclamou :—os senr.<sup>s</sup> querem me aggreir ? Ao que respondeu, em tom de ironia,

um dos circumstantes, que se diz ter sido o dr. Bessa :—Ah ! meu senhor D. Joaquim, quem é capaz de tentar contra tão alta auctoridade ? !

Travou-se então uma discussão um pouco acrimoniosa entre as pessoas presentes, e o dr. João Gomes Barretto, membro do Tribunal da Relação, exaltando-se, pediu ao coronel Vicente lhe passasse o governo que queria resistir áquella intimação.

Uma cousa de effeitos negativos o desejo d'aquelle doutor de que lhe fosse entregue o governo para reagir, porque sobre nada receíarem do governo da União, que não prestigiaria áquelles que adheriram ao golpe de Estado, contavam os adversarios do coronel Vicente com a neutralidade da propria força policial, cujo commandante, o major José Sabino, fôra nomeado por imposição, pode-se dizer, de Moreira Cesar.

Submettendo-se e abandonando o palacio, o coronel Vicente passou-se para uma residencia particular—o chamado palacete do Barão da Estancia.

Alli em companhia de amigos commentava naturalmente as occurrencias daquelle dia, quando é intimado pelo capitão do Exercito Messias Valladão para abandonar a capital onde a sua permanencia podia provocar conflictos.

Obedecendo áquella intimação, o coronel Vicente retirou-se para a cidade de Laranjeiras.

Para esclarecimento do leitor convem referir o incidente da nomeação do commandante de policia.

Divergencias entre praças do Exercito e do corpo policial motivaram, durante um certo numero de noites, conflictos sanguinolentos e, por vezes, mortaes.

Deante deste tragico espectáculo, o coronel

Vicente procurou, por interposta pessoa, entender-se com o coronel Antonio Moreira Cesar para fazer com que cessasse aquelle estado de cousas que trazia em sobresalto e perigo a integridade do governo e a sociedade.

Nesta conferencia o tenente-coronel Moreira Cesar fez sentir ao emissario do governo que só uma solução encontrava para o caso, a qual era a demissão do commandante da policia, major Pretextato de Oliveira e a nomeação para aquelle cargo do major reformado do exercito José Sabino de Britto.

Não tendo sido accedido o alvitre ou solução proposta, os conflictos continuaram com a mesma frequencia anterior. Uma noite, tremenda lucta travou-se na bifurcação das ruas de Estancia e Itabaiana, da qual resultaram ferimentos de parte a parte.

A noticia desse conflicto circulou rapidamente por todos os angulos da cidade, com as côres as mais negras, e nessas condições chegou até o quartel do 33 batalhão, cujas praças, alli de pernoite, abandonaram os seus postos e sahiram á rua no proposito de vingar os companheiros, forçando o respectivo portão.

Desde logo projectaram atacar o quartel de policia e trataram de por em execução esse plano.

Ao passarem em frente ao palacio estacaram um pouco, á voz do governador, que, de uma das janellas, lhes dirigio palavras de conselho, para, sem attenção a essas palavras, proseguirem logo depois a seus destinos.

Deante dessa insubordinação o coronel Vicente veio á rua para ordenar qualquer providencia, en-



contrando-se com o major D. Joaquim, que já vinha ao encalço dos soldados.

Fêl-os voltar este major, não sem algum trabalho, da esquina do Hotel Brasil, depois que, em plena rua, e em nome do governador, alguém que se achava ao seu lado, e que se disse ter sido o cidadão Antonio Motta, em altas vozes, declarou demittido o major Pretextato de Oliveira e nomeado o major José Sabino.

Quando deixou o governo o coronel Vicente, o Estado já se achava constituido, com todos os seus órgãos em funcionamento.



## IX

### **Junta Governativa**

A junta governativa que se installou após aquella deposição demorou no poder seis mezes e dias.

Como corollario desse movimento politico da capital, foram depostas todas as intendencias municipaes do interior do Estado, o que occasionou conflictos bem serios em alguns pontos

Em Propriá e Porto da Folha a familia Gouvêa Lima offereceu resistencia a esse movimento, sendo necessario que para alli seguisse numeroso contingente da força de policia ás ordens do respectivo chefe, dr. Bemvindo Lobão, para garantir a posse das novas intendencias.

A junta governativa annullou todos os actos do governo transacto e dissolveu, por Decreto de 5 de Janeiro de 1892, a Assembléa Legislativa, convocando o eleitorado para eleger uma nova constituinte. Esta eleição effectuou-se a 14 de Fevereiro do mesmo anno.

A 10 de Março seguinte, de accordo com o preceito do citado decreto, reuniram-se os deputados á constituinte, os quaes a 18 de Maio do mesmo anno votaram a Constituição e elegeram Presidente do Estado ao dr. José de Calasans, que neste mesmo dia tomou posse do cargo.



O projecto que se converteu em lei o que è hoje a nossa Constituição, á parte pequenas modificações, foi elaborado pelo deputado João de Araujo Lima, de collaboração com o padre Olympio Campos e coronel Benjamin Telles.

O dr. José Calasans não foi candidato exclusivo de um partido, mas da fusão dos diversos elementos politicos que combateram o governo dõ coronel Vicente Ribeiro.

A' escolha do seu nome presidiu o inexperado ; determinaram-na as circumstancias do momento, por difficuldades de chegarem os grupos dirigentes a um accordo sobre outro. Na mesma occasião foi eleito para Vice-Presidente o coronel Siqueira Horta.

O dr. Calasans que, aliás, não queria tomar sobre os hombros tão honroso quão pesado encargo, accedeu por fim, em bem do Estado.

Assim se pronunciou o «O Estado de Sergipe», já por mim citado, a respeito desta eleição :

«O dr. Calasans governou sem feição partidaria, tendo sido eleito por combinação dos srs. dr. Coelho e Campos, deputados Valladão, Ivo do Prado, Leandro Maciel, Felisbello e padre Olympio, presidente da Assembléa.»

O capitão Ivo do Prado que, como se viu, correu para a escolha do dr. Calasans, queria e fazia mesmo, a principio, questão fechada para que o governo de Sergipe fosse composto de um triumvirato, á semelhança do que se pratica na Suissa ; mas essa sua opinião não vingou felizmente, pois que seria para nós um mal, attentos o nosso caracter e temperamento. As divergencias appareceriam fatalmente dentre os seus membros e o Estado é que viria a soffrer as consequencias desses *mal entendu*.

## X

### José Calasans

Como administrador, no ponto de vista estritamente económico, unica face por onde póde ser encarado, o dr. Calasans concorreu grandemente para collocar Sergipe em logar de honra entre as suas irmãs da União brasileira.

Nenhum mais do que elle fôra tão escrupuloso no emprego dos dinheiros publicos, nem melhor intencionado. A probidade foi o seu lemma.

Isto, porém, não quer dizer que a sua gestão financeira tivesse sido totalmente escoimada de defeitos.

Acho que, neste particular, elle commetteu uma falta, desculpavel attenta a sua pouca experiencia de administração. Porque, diga-se a verdade, o dr. Calasans nunca fôra politico, vivêra sempre affastado dos negocios do Estado, de modo que não conhecia bem a engrenagem desse mechanismo politico-economico. Demais figurou em um periodo de experiencias.

Esta falta consistiu em não ter elle, concorrentemente com as despesas orçamentarias, empregado as sobras da receita em obras e melhoramentos de ha muito reclamados pelas necessidades mais palpitantes do Estado, deixando accumulada nas arcas do Thesouro grande parte dessa receita.

Adquirir o capital e tornal-o improductivo ou immovel é um acto contrario aos principios da sciencia economica.

E' verdade que elle fez muito, porém mais poderia ter feito, desde que para tanto chegavam as rendas do Estado, cujas despezas eram relativamente pequenas.

Basta dizer que o saneamento e a drenagem do solo sobre que assenta a cidade de Aracajú, onde nos mezes de Agosto e Setembro, appareciam febres de mau character, consequentes da estagnação das aguas pluvias em pequenas lagôas, por falta de aterros e calçamentos e o abastecimento d'agua potavel á mesma cidade eram serviços urgentes e a todo o momento reclamados pela salubridade publica. Entretanto delles não se cogitou na época.

O Thesouro, no mez em que o dr. Calasans, apeado pela deposição, deixou o governo, accusava um saldo em dinheiro de Rs. 864:000\$000.

A sua passagem no governo, como já disse, foi util a Sergipe, pois o dotou de melhoramentos, si não tão urgentes, como os que assignalei, ao menos necessarios e não gastou os seus dinheiros improficuamente.

Foi durante a sua administração que se construíram as pontes da Madre de Deus e da Jabotiana, ambas entre a cidade de Aracajú e as de Laranjeiras e S. Christovão, o edificio do Tribunal da Relação e o do Hospital de Caridade, cujas condições hygienicas são as melhores possiveis.

O mercado publico de Laranjeiras teve começo na mesma administração e para elle concorrera o Estado com algumas quantias.

Em 9 de Maio de 1894 o dr. Calasans entrou



em goso de licença e partiu para o Rio de Janeiro, deixando á frente dos negocios do Estado o dr. Costa Carvalho, Presidente do Tribunal da Relação, a quem competia substituil-o na ausencia do Vice-Presidente, coronel Antonio de Siqueira Horta que não quiz assumir o governo.

O dr. Calasans alli procurara o Presidente da Republica e delle conseguira a promessa de mandar armamento e munição para a policia deste Estado. A este tempo exercia o cargo de chefe de policia da Capital Federal e gosava de muito valimento junto ao marechal Floriano Peixoto o coronel Valladão. Um mez apenas durou a estada do dr. Calasans no Rio, pois tendo deixado o governo no citado dia 9 de Maio, a 19 de Junho seguinte já o havia reassumido.

Deante do bom acolhimento que lhe dispensara o Presidente da Republica, o dr. Calasans regressou para o Estado certo de que as relações de seu governo com o da União continuariam a manter-se no mesmo gráo de sympathia e cordialidade.

Entretanto aquelle acolhimento não passava de mera cortezia, pois que o coronel Valladão, que, como já disse, era intimo do marechal, andava resentido com o dr. Calasans, e já havia preparado contra elle o animo daquelle.

O primeiro signal dessa má vontade foi a ordem ao então Inspector da Alfandega para a entrega ao commandante do 33 batalhão do armamento que vinha com destino ao Presidente do Estado para a respectiva policia.

Essa attitude hostile do coronel Valladão para com o dr. Calasans que, como se vio, governou sem feição partidaria, proveio do facto de não ter querido este intervir na eleição.

O dr. Calasans entendia ser um falseamento dos principios republicanos a intervenção do governo nos comicios eleitoraes e condemnava a politica que fazia o coronel Valladão influindo para a demissão de empregados que não queriam suffragar o seu nome.

Deu-se o rompimento entre elles, devido a um telegramma do dr. Calasans profligando o procedimento do coronel Valladão na exoneração do Administrador dos Correios major Coelho Barretto.

Fôra competidor daquelle coronel na eleição senatorial o dr. Leandro Maciel, o qual adquiriu victoria nas urnas e no Senado pelo consequente reconhecimento.

Melindrado com isto o coronel Valladão entendeu de fazer-se Presidente do Estado, custasse o que custasse, sem que para tanto lhe dêsse margem a Constituição Sergipana.

Se bem que filho do Estado, elle não tinha o requisito exigido pelo n. 3 do art. 79 da citada Constituição, requisito que era a condição *se ne qua non* daquelle pretensão.

O caso dessa incompatibilidade foi muito discutido pró e contra pela imprensa indigena, pela da capital da União e dos Estados e por advogados da estatura de Coelho Rodrigues e Carlos de Carvalho, mas, apesar de ter ficado provado á saciedade que aquelle coronel não podia se eleger, elle manteve a sua candidatura que já não era outra cousa mais que um capricho de quem dispõe da força a seu talante. Isto mesmo o confessou aquelle coronel em artigo que fez editar n' *O Paiz*, no qual declarou que um *capricho* presidia essa sua aspiração.

O dr. Sylvio Roméro, disse-o a imprensa da época, veio expressamente do Rio para fazer pro-

paganda desta candidatura, e, neste sentido, iniciou uma serie de conferencias politicas, tendo realisado apenas duas.

Estas conferencias effectuaram-se no edificio do Atheneu Sergipense, mandado ceder pelo dr. Calasans.

Até ahi pôde se vêr com que isenção de espirito este procedia em tudo isto.

A «Folha de Sergipe», sob a direcção espiritual do padre Olympio Campos, em artigos editoriaes e de collaboração extranhou que o dr. Sylvio Romero tivesse vindo como arauto de uma candidatura militar, quando havia pouco tempo publicara uma obra—«Doutrina contra Doutrina»—em que salientava a inconveniencia da intervenção do militarismo na politica activa do Paiz.

Era o dr. Sylvio, dizia-se, combatendo o proprio dr. Sylvio !

Os aprestos para a eleição do coronel Valladão se faziam francamente, abertamente.

Procuravam os pregoeiros dessa candidatura enfraquecer a todo transe os elementos materiaes de que dispunha o governo para repellir qualquer ataque á autonomia do Estado, alliciando, com promessas fallazes, praças do Corpo Policial para engrossarem as fileiras do 33 batalhão, cujo commandante, de combinação com o Governo Federal e muito intencionalmente, abrira o voluntariado.

Dia a dia, sahiam do mesmo batalhão para as diversas localidades do interior do Estado, sob o pretexto de capturar desertores, mas com o manifesto intuito de protegerem a eleição daquelle Coronel, numerosas levas de soldados.

Até do 26 batalhão, então estacionado no Estado de Alagôas viera um destacamento para Villa



Nova, onde em pessoa dirigira o pleito o coronel Valladão.

Simão Dias, Itabaianinha, Lagarto, Itaporanga, S. Christovão, Soccorro, Maroim, Capella, Japaratuba, e muitas outras localidades foram theatro de scenas deprimentes dos brios de um povo livre.

Na primeira das localidades citadas, houve conflictos bem sérios dos quaes resultaram mortes e ferimentos.

Os trechos que seguem são de um manifesto que, com a linguagem singela do aldeão, dirigiu á imprensa, narrando os horrores desse acontecimento digno de cannibae, o coronel José Zacharias de Carvalho, protagonista da legalidade naquella tragedia.

.....  
«Com a chegada dessa força, esses senhores (refere-se ao dr. Heraclito Diniz e coronel Sebastião de Andrade) entenderam de anarchizar tudo, inculcando o panico e o terror no seio da população.

Foi assim que fizeram com que quatro praças da guarda municipal desobedecendo ao commandante, ao Juiz de Paz em exercicio e ao proprio intendente abandonassem o quartel, onde se achavam conduzindo um preso de justiça, sentenciado em crime de homicidio, que se achava recolhido ao mesmo quartel.

Por sua vez os soldados ameaçavam os eleitores com prisões e aspancamentos, se não quizessem votar no coronel Valladão.

O cidadão intendente municipal teve aviso de que estava assentada a sua deposição, por meio da força armada. Da casa do dr. Heraclito, de quando em vez, se fazia pontaria com arma de fogo ao meu sobrado, informando-me diversas pessoas que chegou a força de linha que o mesmo doutor propalava mandar espingardear-a com o fim de afugentar os eleitores.

Além da força de linha uma outra mais perigosa, composta de sicários armados de espingardas e rifles, propalavam pelas ruas levar tudo de vencida e faziam exercicios militares como se tivessem auctoridade para isso.

Acreditara, entretanto, que todas essas scenas que eu testemunhava indignado, não passavam de ameaças, afim de que os mais timidos se abstivessem das urnas. Enganei-me ! Os dous alliados provavam que tinham sede de sangue.

E, de facto, no dia 30 de Julho, logo pelas 7 horas da manhã, compareceu a força de linha, na frente da casa do sr. coronel Sebastião Andrade, apontando as armas para o meu sobrado e retirando-se pouco depois para o quartel.

Pouco tempo depois são disparados dous tiros de arma de fogo pelos capangas do sr. coronel Sebastião :

era a senha para o combate em que se devia impunemente derramar o sangue dos eleitores que tinham brio. En acto continuo appareceu logo a força de linha dirigida pelo dr. Heraclito, que depois dos primeiros tiros a abandonou, correndo e occultando-se no sotão da casa do sr. tenente Esequiel Propheta do Nascimento. Foi medonha a fusilaria que durou mais de duas horas, ouvindo-se sem cessar o troar de balas e o pranto das familias.

Deante de tão selvagem aggressão, indignados os eleitores com tão criminoso e reprovado procedimento da força federal e apoderados de uma coragem invencível, entenderam de usar do seu justo direito de defeza, não consentindo que os vandalos se approximassem. Atturdidos e espantados, os soldados com semelhante resistencia, que elles não esperavam, pois já haviam pretextado enxotar á bala e á sabre, eis que se ferem uns aos outros e retiram-se da lucta apenas lhe appareceram pelá retaguarda dous sacerdotes que lhe pedem para que não continuem.»

.....  
Estes trechos são corroborados pelo officio que em data de 13 de agosto do mesmo anno dirigio ao Presidente do Estado o Intendente de Simão Dias, Raphael Montalvão, e do qual dou aqui um extracto.



«Ao amanhecer do dia 30 de Julho, não se fizeram esperar os movimentos bellicosos.

Logo pelas 7 horas da manhã, appareceu o contingente de linha em frente da casa do coronel Sebastião, que se achava guarneçada de capangas, e, apontando as armas para o sobrado do coronel Zacharias, retiraram-se immediatamente para o quartel.

Pouco tempo depois, tendo sido soccorrido por diversos amigos o major João Baptista de Carvalho, por ter sido aggreddido pelos capangas do coronel Sebastião, na frente da casa deste, quando o mesmo major voltava pacificamente do seu estabelecimento commercial para a casa de sua residencia, foram disparados dois tiros pelos capangas do referido coronel Sebastião, tiros que, servindo de senha, deram logar a que comparecesse immediatamente a força de linha que, cumprindo as ordens do dr. Heraclito, rompeu um grande fogo contra os eleitores que se achavam no aludido sobrado, os quaes tiveram de repellir a aggressão, guardando a defensiva, pelo que, depois de um tiroteio de mais de duas horas, recuarão os soldados depois de terem causado grandes estragos no mesmo sobrado, cujas paredes se acham todas crivadas de balas, ha-



vendo diversos ferimentos de uma a outra parte.

Quanto aos feridos da parte do coronel Zacharias, se procedeu o corpo de delicto na pessoa do eleitor Angelo Martins Fontes, que foi ferido na mão esquerda, e na do cidadão Manoel José da Cruz, que foi ferido na região thoraxica do lado esquerdo, sendo esses ferimentos produzidos, por projectil de arma de fogo. Quanto á parte do coronel Sebastião sahiram feridas cinco praças do 33 Batalhão de infantaria, procedendo-se a corpo de delicto no soldado Sylvino e no cadaver do soldado Martinho, que falleceu no dia 5 do corrente mez, em consequencia dos ferimentos que recebera em uma perna, quando atirava contra os eleitores, declarando antes de fallecer que esse ferimento fôra feito por um dos companheiros, cuja arma disparara no acto de carregar.»

Na villa do Rosario foi preso na propria casa, ás 10 horas da noite do dia da eleição, 30 de Julho, já depois de agasalhado, o cidadão Felix Felisola, por não ter querido se prestar a assignar, como juiz municipal supplente, em pleno exercicio, um papel cujo conteúdo consistia na declaração de que naquella villa não se procedera á eleição.

Em Itabaianinha a força de linha commetteu as maiores atrocidades, cercando casas e levando o panico ao seio das familias indefezas com as prisões de seus chefes. Estiveram prêsos o major Er-

nesto Souza, os capitães Ricardo Montargil e Euthimio Esteves e outros.

Nessa localidade se obrigou a um pobre homem a assignar escriptura de venda de um sitio por quantia inferior ao seu valor real !

Em Maroim houve egualmente prisões e espancamentos.

E' assim que o então juiz municipal narra ao Presidente do Estado essas tristes occurrencias :

«Alguns dias antes da eleição appareceu o alferes Aarão de Britto Lima, que, com uma ordenança seguira o coronel Pedro Barretto Pedroso Freire nas cabalas politicas que fazia, nas quaes sobresahiam as ameaças de prisão e deportação, quando os eleitores recusavam dar-lhes o voto. Dentre as arbitrariedades commettidas pela força federal, destacam-se a prisão e espancamento do eleitor Manoel Lucio, pelo simples facto de não suffragar a candidatura do coronel Valladão, o qual sendo apresentado ao dr. Sebastião da Silveira Andrade, chefe do partido Valladão aqui, teve ordem de embarcar para Aracajú, donde voltou um dia depois da eleição ; o espancamento do individuo Pedro Gangá e o chamamento do alferes Joviano Elias dos Santos, da guarda municipal, ao Aracajú, pelo coronel Ferraz. A prisão de Manoel Lucio e o espancamento de Pedro foram uma affronta ás auctoridades e uma provocação ás mesmas e ao povo



desta cidade. No dia 26, á noite chegara aqui umas cem praças do batalhão 33, que foram distribuidas pelos seguintes termos : Rosario, Siriry, Capella, Divina Pastora e N. S. das Dores.

No dia da eleição, a força conservou-se aquartellada e de promptidão na casa visinha á 3<sup>a</sup> secção eleitoral, e o alferes Aarão, acompanhado de uma ordenança, armada de revolver e de um corneta, com seu respectivo instrumento, percorria as diversas secções eleitoraes, contra o disposto no art. 62, § 25 da lei n. 19 de 10 de Agosto de 1892. Em conclusão, a força e a corrupção foram os elementos com que quiz se eleger o *patriota* coronel Valladão, apesar de ser a sua candidatura um insulto e uma offensa ao eleitorado sergipano, que deve estar hoje coberto de lucto.

Saude e fraternidade.— O juiz municipal—*Guilherme Nabuco Maciel.*»

Não foi somente da força material de que lançaram mão os paranympchos da candidatura do coronel Valladão, elles recorreram tambem á força suggestiva das promessas de empregos e promoções no que dependia do Governo Federal. Mas, a despeito de tudo isto, foram dados como vencedores nas urnas, os candidatos do partido Republicano Federal, dr. José Luiz Coelho e Campos e o coronel Antonio de Siqueira Horta, aquelle para o cargo de presidente e este para o de vice-presidente.

O coronel Valladão, porém, não se conformou com este resultado e tanto é assim que os seus adeptos faziam assoalhar que, a 24 de Outubro, dia designado pela Constituição para posse do presidente eleito, tomariam conta do governo, fosse como fosse. Deante do *panno de amostra* dado por ocasião do comicio eleitoral de 30 de Julho, bem se pôde imaginar qual seria o processo para chegar áquelle *desideratum*.

O coronel Valladão não contava na representação estadual, já eleita sem protesto, mais ainda não reconhecida, numero sufficiente de deputados para apurar aquella eleição, porquanto somente um—o tenente Manoel Xaxier d'Oliveira, sabia-se, estaria a seu lado; entretantourgia procurar um meio de supprir esta falta.

Este meio foi por fim suggerido e consistiu elle em dar-se como deputados legitimos, cidadãos confessamente derrotados no ultimo pleito e fazer-os reunir no edificio da Assembléa Legislativa, no dia designado para a primeira sessão preparatoria.

Com effeito, a 3 de Setembro de 1894, ás 9 horas da manhã, dirigiram-se esses falsos deputados áquelle edificio e antes que alli chegassem os legitimos representantes do povo, occuparam as respectivas cadeiras.

Facilitara-lhes o ingresso o respectivo porteiro.

Os pretensos deputados foram protegidos por praças e officiaes á paisana do batalhão 33. e do seu commandante, Carlos Olympio Ferraz. A's 10 horas e meia d'esse mesmo dia, precedidos do Se-

nador Leandro Maciel, chegaram á Assembléa os deputados diplomados que, fortes na consciencia de seus direitos, reclamavam aquellas cadeiras.

O coronel Benjamin Telles, a quem na forma do Regimento, competia como mais velho dos deputados diplomados a presidencia da Assembléa, dirige-se á meza e protesta pela indebita occupação da cadeira presidencial, sendo interrompido pelo cidadão Bricio Cardoso, que nella já se achava sentada, o qual agitava uma campainha e convidava em vóz alta para occuparem as cadeiras de secretarios os drs. Evangelino de Faro e João Vieira Leite, que já as estavam occupando.

Estabeleceu-se então uma confusão enorme ; gritos, alaridos, vaias, partiram de todos os lados, ouvindo-se nessa occasião o detonar de um tiro de rewolver, cujo projectil foi empregar-se no tecto da sala e cuja autoria ficou ignorada até hoje.

Certos de que nada mais lhes restava alli fazerem, os legitimos deputados retiraram-se sempre acompanhados pelo senador Leandro Maciel, e foram para uma casa particular, na rua da Aurora, onde redigiram o seguinte officio, narrando ao Presidente do Estado as occurrencias daquelle dia :

«Aracajú, 3 de Setembro de 1894.—Cidadão Presidente do Estado :—Os sub-firmados, legitimos eleitos do povo sergipano, e diplomados pelo poder competente, veem fazer-vos uma communicação e deprecá-vos uma providencia. A communicação é a seguinte : Hoje, incorporados, apresentaram-se os sub-firmados no paço da Assembléa Legislativa Estadual, às 10 horas da manhã, e alli já



encontraram occupando as cadeiras da Mesa os cidadãos Bricio Cardoso, Evangelino de Faro e João Vieira ; e as dos deputados os drs. Gouvêa Lima, Heraclito Diniz, Homéro de Oliveira, Benilde Roméro, padre Leonardo Dantas, padre Manoel da Fonseca, capitão Messias Valladão, major João de Aguiar, major Rozendo, coronel Souza Leal e João Esteves, candidatos não diplomados, e o capitão Manoel Xavier de Oliveira, diplomado, que alli se achavam desde 9 horas.

Logo que soaram as 12 horas do dia, no relógio da casa, dirigio-se á meza, para assumir o logar de presidente provisorio, que lhe competia, nos termos do regimento, por ser o mais velho dos 18 diplomados presentes, o primeiro signatario, coronel Benjamin Telles, acompanhado de todos os outros deputados legitimos. Debalde, porém, reclamava o dito coronel contra a usurpação da cadeira presidencial, por quem, não tendo diploma, nem sequer podia ter ingresso no recinto da Assembléa.

As suas palavras eram abafadas pelo toque da campainha, pela voz estertorosa e tremula do pretenso presidente, pelo tumulto de diversos pseudo-deputados que, com a mais injustificavel grosseria, desferiam, contra o reclamante, apartes insul-

tuosos e virulento, sobresahindo o dr. Homéro de Oliveira que, em um discurso que proferia fóra da ordem, confessou não ter diploma, accrescentando que não o tinha, porque os adversarios o haviam roubado.

Ora, á vista de todo este occorrido, da exaltação dos animos dos pretensos deputados, da tenacidade e proposito com que se mantinham indevidamente em seus assentos, tudo isto combinado com as precedentes circumstancias, que já conheceis; da intervenção da força publica federal no ultimo pleito eleitoral, dos protestos que tem feito sem reserva alguma o coronel Valladão aos seus adeptos, distinguindo-se dentre estes o coronel commandante do 33, declarando que aquelle candidato ao cargo de presidente do Estado havia de ser eleito fosse como fosse e mais ainda, com a circumstancia de declarar o dito commandante, segundo consta, que os deputados seriam aquelles que primeiramente se assentassem nas respectivas cadeiras e de se achar no paço da Assembléa como muitos de seus companheiros de classe vestidos á paisana; convencen lo-se os sub-firmados que não se podiam reunir no paço da mesma, retiraram-se protestando pelo órgão de seu presidente interino contra aquella reunião de

pretensos deputados, por ser manifestamente illegal.

A depreciação é esta. Não dispondo os sub-firmados de meios precisos para vencer a resistencia que os adversarios lhes oppõem a que exerçam seu mandato no lugar do costume; nem podendo reunir-se para a installação da Assembléa em outro ponto do Estado antes de constituida esta, se lhes figura indispensavel e urgente, recorrer como recorrem, á vossa auctoridade para que ou removais pela força publica o embaraço que obsta a reunião no paço da Assembléa, ou que, de conformidade com o art. 6 § 3,—2ª parte da Constituição Estadoal, os convoqueis para outro lugar, onde possam funcionar.

Saúde e fraternidade. — *Benjamin de Souza Telles, Antonio Ludgero de Oliveira Queiroz, padre Jonathas José Gonçalves, padre Marçal Pereira Ribeiro, dr. Manoel Baptista Itajahy, dr. Joviviniano de Carvalho, Zacharias Horacio dos Reis, Matheus de Souza Machado, Antonio Teixeira Fontes, Francisco de Carvalho Lima Junior, Luiz Correia de Azevedo, João Moreira de Souza.*»

No dia seguinte, 4 de Setembro, o dr. Calasans baixou um decreto convocando os deputados para reunirem-se na villa do Rosario do Catete.



Eil-o na integra :

«O Presidente do Estado, tendo em consideração a communicação que lhe foi dirigida pelos cidadãos diplomados pela junta apuradora da Capital, e em que salientam o modo arbitrario e violento que lhes vedou a reunião para a installação da Assembléa Legislativa no edificio da mesma Assembléa, de accordo com o § 3º do art. 6º da Constituição estadual, designa a villa do Rosario para a installação da Assembléa no paço do conselho municipal da mesma villa, onde deverão effectuar-se as sessões ordinarias.

Publique-se e cumpra-se.»

Em virtude deste decreto, installou-se no dia 7 de Setembro, na villa do Rosario do Cattete, a legitima Assembléa Legislativa perante a qual leu a sua mensagem o dr. Calasans.

A duplicata de assembléas despertou a fibra humoristica do povo que, desde logo, as baptisou de *peba* e *cabahú*. Pensavam os dirigentes politicos da situação que esta perigava, por falta de convocação extraordinaria da Assembléa para o reconhecimento de poderes de seus membros. Ao dr. Calasans, porém, se afigurava isto um acto de politicagem, pelo que, para evitar difficuldades a mesma situação, preferia renunciar o governo a pratical-o. Deixou de levar a effeito aquella renuncia por ter o chefe politico, dr. Leandro Maciel, instado pela sua permanencia no governo como medida de ordem publica, visto julgar o dr. Calasans, como militar, melhor aparelhado para con-

ter os impetos de seus collegas militares, do que o Vice-Presidente—coronel Horta. Dado o alheamento do dr. Calasans ao espirito partidario, somente de louvores é digno o seu procedimento, pois foi de abnegação patriótica o seu intuito de entregar o poder ao respectivo substituto para que este fizesse a convocação da Assembléa, medida considerada de salvação publica por aquelles que o apoiavam. Com a renúncia do dr. Calasans e com a convocação da Assembléa pelo coronel Horta teriam sido evitados os acontecimentos que sobrevieram ? Respondam os que conhecem os factos.

Quanto a mim, penso que a subversão da ordem publica teria sido effectuada do mesmo modo.

As violencias praticadas demonstraram cabalmente que os seus autores as teriam feito, quer estivessem já reconhecidos ou simplesmente diplomados os deputados. Se em vez de ter sido convocada para o Rosario, como permittia a Constituição, a Assembléa se tivesse installado no palacio do governo ou em outro qualquer edificio publico da capital, ter-se-ia dado a deposição ?

E' difficil responder, attenta a audacia dos assaltantes, se bem que o dr. Calasans em seu Manifesto «á Nação e aos Poderes Publicos» deixe entrever a possibilidade de ter impedido com a sua presença os planos anarchicos.

Com a occupação do edificio da Assembléa em Aracajù, entenderam os amigos do coronel Valladão vencida a maior difficuldade ; entretanto uma outra se lhes antolhava, e esta de graves consequencias na sua realisação,—a posse do poder. Para isto fazia-se mister apear do governo o dr. Calasans. Cada dia que se passava menos reserva se fazia dessa deposição, sabendo-se mesmo que o dr.

Sylvio Roméro faria um *meeting* na praça publica, depois do que, guardados por officiaes e praças do 33 á paisana, seguiriam a occupar o Palacio.



## XI

No dia 10 de Setembro, vespera da deposição do dr. Calasans, ás 8 horas da noite, na residencia do coronel Terencio Sampaio, onde se achavam o commandante da policia, tenente-coronel Vicente Lopes de Medeiros Chaves e o cidadão Laurindo Silva, irmão do Presidente, este cidadão fez ver áquelle commandante que se espalhava com muita insistencia a deposição do governo e que convinha quanto antes providenciar para obstar aquelle movimento. Pediu mesmo ao commandante que puzesse vinte e cinco praças á sua disposição por elle escolhidas para guarnecerem as entradas de Palacio e garantia que o plano concebido pelos adversarios abortaria. O referido commandante respondeu que achava infundados aquelles boatos; que receava derramamento de sangue com a força sob as ordens de um paisano, mas que em todo caso ia pensar, deixando, por fim, de satisfazer aquella solicitação. No dia seguinte, pela manhã, passou elle o commando ao seu substituto major Penna.

E' bem verdade que, apparelhadas como se achavam as cousas, a deposição do Presidente de Sergipe, seria fatal, mas talvez não se tivesse dado com a mesma facilidade. E isto mesmo reconhece o dr. Calasans, quando em seu alludido manifesto do qual transcrevo abaixo alguns periodos, que

vale a pena reler, diz, referindo-se áquelles acontecimentos :

*« ..... de modo que eu não  
podesse evital-os com a minha pre-  
sença. »*

Os trechos que seguem desse manifesto dão a medida exacta dos antecedentes e consequentes da sua deposição :

«A intervenção da força manifestar-se-hia fatalmente, visto como o sr. coronel Ferraz apregoava com muita antecedencia que os verdadeiros deputados seriam aquelles que primeiro occupassem os logares por elle designados.

«Não dispondo de força sufficiente para, em tal emergencia, fazer respeitar a lei, pois o Corpo de Policia se achava completamente dizimado pelo 33º batalhão de infantaria, resolvi designar a villa do Rosario para a reunião da Assembléa até que cessasse a intervenção da força federal nos negocios da nossa exclusiva competencia.

«Isto realisado, ser-me-hia então facil suffocar a anarchia que certos ambiciosos vulgares pretendem plantar no Estado, levado por baixo sentimento de vingança e interesse individual.

«Em virtude de minha designação, installou-se no dia 7 de Setembro, na villa do Rosario a Assembléa Legislativa, com a leitura da minha

Mensagem, como determina o art. 33 n. 4 da nossa Constituição.

«Este facto desorientou os partidarios do sr. coronel Valladão, pois ficaram plenamente convencidos de que não me pre taria a legalisar suas deliberações indecentes e que ao contrario, estaria sempre prompto a reagir moralmente contra tudo o que se oppuzesse ao rigoroso cumprimento de nossas leis e á autonomia do Estado.

«Era necessario, por tanto, afastarem-me do poder e substituirem-me por um instrumento que se prestasse cegamente á fiel execução de seus planos indecorosos.

«Reunidos em conselho, deliberaram denunciar-me perante a *Assembléa Ferraz*, afim de que esta, tomando conhecimento da denuncia apresentada, me suspendesse do exercicio do cargo de Presidente do Estado.

«Desta incumbencia indigna encarregou-se o bacharel João Alves de Gouveia Lima, candidato a um logar da magistratura na futura organisação por elles projectada.

«Este plano, depois de iniciado, foi abandonado, não sei a que attribuir.

«Nova reunião foi convocada, e desta vez deliberaram considerar acephalo o governo, dirigir-se á *Assem-*



*blêa Ferraz* e convidar o seu presidente Dr. João Vieira Leite a assumir a administração do Estado.

«E' preciso notar que, para a efficaz realisação das infamias projectadas, o sr. inspector da Alfandega, em harmonia com o sr. coronel Ferraz, postou, como sentinella avançada, um escaler de sua repartição, no rio Cotinguiba, correspondendo mais ou menos á fóz do rio do sal.

«Esse escaler, tripolado por marinheiros da alfandega e guarnecido por praças do 33 batalhão de infantaria, armadas e municiaidas, levava ordens terminantes de chamar á falla todas as embarcações que por alli passassem e de revistar todos os passageiros, como aconteceu com o negociante desta praça, Manoel José Ferreira.

«Esse ponto de guarda tinha por fim evitar que me fossem communicados em tempo os seus planos anarchicos, de modo que eu não pudesse evital-os com a minha presença.

«Ainda mais, sabendo-se que eu tinha pedido por telegramma ao cidadão Terencio Sampaio, inspector do Thesouro, aposentado, o escaler para me transportar á Capital, não obstante ter o mesmo cidadão guardado toda a reserva do conteúdo do meu telegramma, obstaram a sahida do referido escaler, com ordem de

prisão ao patrão e remeiros, a qual pouco depois foi cassada.

«Encarregou-se de tão nobre missão, de ordem do sr. coronel Ferraz, o meu particular e confidencial amigo, camarada e collega por quem sempre tive a maior dedicação, o homem em quem depositava inteira confiança, o capitão dr. José Joaquim Pereira Lobo !

«Dos apparatus para a representação dessa ridicula comedia, a minha deposição, encarregou-se o sr. dr. Silvio Roméro, character politico de *primeira agua*, o qual, procurando illudir a bôa fé da população, convocou um *meeting* para este fim, pretextando dirigir algumas palavras de despedida a seus patricios.

«Foi assim que no dia 11 de Setembro, ás 11 horas do dia, reuniram-se cerca de cento e cincoenta pessoas, inclusive empregados da Alfandega dirigidos pelo respectivo inspector, empregados do Correio e Telegrapho, officiaes e inferiores do 33 batalhão de infantaria, para ouvir a palavra auctorisada do illustre sergipano.

«Com espanto dos ouvintes, que ignoravam o desenlace da comedia, foram as palavras de despedida substituidas por um acervo de accusações torpes atiradas sobre a minha pessoa,

só compatíveis com o meio politico em que s. s. se acha envolvido.

«Ao terminar, este ambicioso vulgar convidou os espectadores a acompanharem-no ao palacete da Assembléa, sendo introduzidos no recinto do edificio, onde já se achava reunidos os pseudo-deputados.

«Teve então o Dr. Sylvio Roméro nova occasião de vomitar sobre minha individualidade outras tantas accusações infames, adptaveis ao seu character de politico aventureiro, secundando-o o meu collega e amigo dedicado e com quem sempre vivi na maior intimidade, o sr. capitão dr. Manoel Xavier de Oliveira.

«Este senhor, do alto da tribuna, declarou que o Presidente do Estado devia ser aliado da administração do mesmo modo que se alija a carga de um navio que se julga perdido!!

«O procedimento do dr. Xavier explica-se satisfatoriamente pelo ardente desejo que s. s. tem de figurar como potencia politica de seu Estado, ainda mesmo sacrificando traiçoeiramente os sagrados laços de amizade e confiança e ligando-se a elementos incompatíveis com suas theorias e com a sua propria dignidade.

«Mas s. s. que, movido pela ambição, commetteu a baixeza de servir de instrumento ao saciamento das



paixões de seus adversarios de hon-tem, terá como recompensa o desprezo dos homens de bem e o abandono dos seus alliados.

\*  
\* \*

«Como já estava determinado, o sr. dr. João Vieira, sem a menor hesitação, acceitou o convite que lhe fôra dirigido e, assaltando o palacio, acompanhado de um pequeno grupo, considerou-se de facto na administração do Estado, revelando assim, em tão poucos annos de vida, que, no caminho das torpezas politicas, ninguém lhe tomaria a dianteira.

«As 4 horas da tarde do mesmo dia regressava eu a esta capital, já encontrando todos os factos consumados.

«Convidei immediatamente ao commandante do Corpo Policial, tenente-coronel Vicente Lopes de Medeiros Chaves, a vir ter commigo, afim de ordenar o enxotamento dos especuladores que assaltaram o poder.

«S. s. não se fez esperar.

«Interpellando-o sobre os acontecimentos, com surpresa soube não ter havido a menor resistencia por occasião do assalto ao palacio e que toda a força estadual estava alliciada e aterrorisada com as ameaças do sr. coronel Ferraz, tendo por este moti-

tivo passado o commando do Corpo a quem de direito.

«Só neste momento reconheci ter sido victima de uma traição por parte de certos individuos que se manifestavam meus amigos e de quem sempre recebi os mais inequivocos protestos de apoio moral e material.

«Não contando com os recursos necessarios para fazer respeitar a lei, me dirigi para a villa do Rosario, onde funcionava a Assembléa Legislativa e resolvi levar todos os factos ao conhecimento dos Presidentes do Senado e da Camara, do exm. sr. marechal Vice-Presidente da Republica e do commandante do 3º districto, general Innocencio Galvão de Queiroz, requisitando dos dois ultimos, de accordo com o art. 6 da Constituição Federal, força para restabelecer a ordem e manter o principio de auctoridade.

«Em resposta, recebi do illustre commandante do 3º districto o telegramma que atiro á apreciação do publico, afim de que este ajuize da opinião do notavel jurisconsulto nomeado ultimamente Ministro do Supremo Tribunal Federal.

«Poucos dias depois recebi tambem, de ordem do exm.º sr. Vice-Presidente da Republica um telegramma do sr. Ministro do Interior, no qual me declarava já ter expedido

ordens ás auctoridades militares aqui estacionadas, no sentido de me auxiliarem na manutenção da ordem publica alterada.

«Em vista disto, voltei immediatamente á Capital donde dirigi-me ao coronel Ferraz, requisitando o auxilio de que necessitava, juntando copia do referido telegramma.

«Em resposta, obtive de s. s. um officio em que expende theorias analogas ás do notavel jurisconsulto commandante do 3º districto.

«Do seu conteúdo dei logo sciencia, por telegramma ao exm. sr. Vice-Presidente da Republica.

«Como já esperava, nenhuma providencia foi dada, não obstante as repetidas reclamações que lhe fiz, sómente com o fim de s. ex. futuramente não se chamar á ignorancia dos factos.

«O silencio do exm. sr. marechal não me surpreendeu.

«O sr. coronel Valladão necessitava conservar na administração do Estado o sr. dr. João Vieira, para saciar o seu espirito de vingança e afastar as difficuldades futuras, e dahi a cegueira e surdez do exm. sr. marechal, sempre que se trata de negocios de Sergipe.

«Que vale diante de s. ex. o dever que a Constituição Federal lhe impõe de sustentar a federação, quan-



do acima dessa disposição constitucional está a vaidade de seu valido ?

«Que importa a s. ex. a manifestação de desgosto da Nação, representada pelo Poder Executivo contra as arbitrariedades aqui praticadas, quando o seu Chefe de Policia precisava vingar-se do Presidente que tinha commettido o crime de querer sustentar a autonomia do Estado e defender a liberdade do eleitorado ?

«O exm. sr. marechal Vice-Presidente da Republica, que ultimamente tem governado este Paiz dirigido simplesmente pelos impulsos de seus sentimentos, sem querer submettel-os aos dictames da lei, afastar-se-ia do seu caminho se em taes condições viesse amparar o Estado de Sergipe, subjugando pela força federal, por se recusar a aceitar a candidatura do sr. coronel Valadão.»

Subordinada á epigraphe—«Novo governo»—foi assim que á 12 de Setembro de 1894 *O Dia*, órgão encarregado da publicação dos actos officiaes, deu noticia desse acontecimento :

«Hontem, ás 11 horas do dia, na praça Benjamin Constant, fallou ao povo o illustre tribuno dr. Sylvio Romero, fazendo considerações a respeito do facto anormal de achar-se o Presidente do Estado fóra da capital, com manifesto prejuizo do serviço publico.

«As palavras do distincto publicista foram recebidas com geraes applausos, sendo nomeada uma comissão para convidar o Presidente da Assembléa a assumir o governo como substituto legal. Este attendendo ás razões apresentadas, acquiesceu ao convite do povo, assumindo o governo do Estado, na forma da lei.»

Invadido o Palacio pelos assaltantes, o dr. Calasans, de volta do Rosario, tomou aposento em casa do dr. Luiz Francisco Freire, á rua da Aurora desta Capital.

Na tarde do dia immediato ao de sua deposição fôra elle intimado pelo dr. João Vieira para sahir da Capital.

O portador desta intimação foi o coronel Antonio Alves de Gouveia Lima, que se fizera acompanhar do capitão de policia Nicomedes Gomes.

Ao acabar o coronel Gouveia de expôr o movel que o levára alli, ouviu do dr. Calasans que só se retiraria da capital pelo emprego da violencia, accrescentando lastimar que o coronel Gouveia se prestasse a ser emissario de uma causa condemnavel.





## XII

### Dr. João Vieira

Investido do poder o dr. João Vieira, fez espalhar circulares em profusão, communicando a sua posse e, salvas as excepções que confirmam a regra, ninguem quiz prestar obediencia a sua autoridade. Vio-se então uma cousa admiravel e talvez unica nos fastos politicos do Brasil : desde o mais obscuro funcçionario, ao de mais elevada cathegoria, com detrimento dos seus cargos, todos oppuseram franca e decidida resistencia ás ordens emanadas desse governo.

Magistrados e intendentes tiveram egual procedimento.

A essa louvavel e dignificadora rebeldia respondeu o dr. João Vieira com as demissões em massa desses funcçionarios, com a deposição de alguns intendentes e suspensão de vencimentos da magistratura.

Os Governadores e Presidentes de Estado, aos quaes foram feitas eguaes communicações, não as responderam, demonstrando assim, pelo silencio, reprovação a esse acontecimento infringente das boas normas republicanas.

No Parlamento Brasileiro, sem fallar da representação deste Estado, que desde logo deu o brado de alarma contra elle, esse golpe vibrado à autono-

mia de Sergipe soffreu a critica acerba de alguns de seus membros.

O general Glycerio deante dos termos do telegramma em que o dr. João Vieira communicava á Camara ter assumido as rédeas do governo e após breve discurso, no correr do qual mostrou que—«o ataque dirigido á Federação e dirigido ao governo legal de Sergipe, fére antes de tudo a Constituição da Republica», mandou á meza o seguinte requerimento :

«Requeiro que a meza interpretando os sentimentos da Camara e confiando que o Poder Executivo da União fará respeitar a Constituição e as Leis, responda ao despacho telegraphico de Sergipe, que acaba de ser lido, que a Camara não pòde reconhecer outro governo sinão o legalmente constituido.—Sala das sessões, 12 de Setembro de 1894.—*Francisco Glycerio.*»

Este illustre representante paulista fez alguma cousa mais : foi entender-se pessoalmente com o sr. marechal Floriano para que as cousas em Sergipe voltassem ao seu estado normal.

Sobre aquelle requerimento fallaram os drs. Bricio Filho e Belisario de Souza, este representante do Rio de Janeiro e aquelle do Pará.

O primeiro fez entre outras considerações a seguinte :

«Sr. Presidente : o requerimento do digno deputado paulista tem o meu apoio ; pois que ao mesmo tempo que elle próva que repudiamos os assaltos aos poderes legalmente con-

stituidos, faz vêr que o Congresso confia na rectidão, nos brios e nos principios de justiça do cidadão que dirige os destinos do Paiz.

.....

.....

.....

Assiste-lhe o dever de collocar no posto de onde foi violentamente tirado, por um movimento que só tem explicação na ambição do poder, ambição que foi o movel que levou o sr. Custodio de Mello a levantar a revolta, assiste-lhe a obrigação de collocar no seu pôsto de honra o Presidente legitimo de Sergipe, porquanto a rebellião sergipana segue as mesmas normas da rebellião de uma parte da armada, e quem esteve hontem do lado da bôa causa, não tem permissão de proceder de modo diverso, pois se o fizesse, ficaria amortecido o brilho da victoria que elle alcançou, dirigindo as hóstes republicanas durante a revolução. Tenho confiança no Vice-Presidente da Republica !...»

Ah ! como se enganava o illustre representante paraense !

Pois não foi com o apoio moral e material do Marechal Vice-Presidente da Republica que tudo isto se fez, que da autonomia de Sergipe fizeram *tabula rasa* os arautos da candidatura Valladão !

O segundo foi mais longe ainda ; negou apoio a este requerimento, por entender justamente o



contrario, isto é, que o Presidente da Camara não devia responder a um telegramma de pessoa incompetente para a mesma Camara, como era o dr. João Vieira.

Assim pronunciou-se elle :

«Pergunto a V. Ex. : em que character, sob que titulo, vae V. Ex. responder a este telegramma ?

E' um telegramma official ?

V. Ex. responde a um cidadão de Sergipe que empolgou o governo ; mas em que character a meza da Camara dos srs. Deputados vae se dirigir a este cidadão ?

V. Ex. se dirige ao presidente da supposta Assembléa em duplicata ?»

.....  
.....

Entretanto, a despeito do protesto de todos os lados contra o golpe desfechado á federação em Sergipe, o dr. João Vieira conservou-se imperturbavelmente á frente de seus negócios publicos, até o dia 24 de Outubro, data do termino do periodo governamental.

### XIII

Como vimos, installou-se no Rosario a 7 de Setembro, com todas as formalidades do estylo, a Assembléa reputada legal.

O seu primeiro acto foi o da erecção desta villa em cidade com o nome de Patriótica Cidade do Rosario.

O projecto que consignou esta medida é de 10 do alludido mez, teve a assignatura de 14 deputados, e foi da iniciativa do deputado Teixeira Fontes. Depois de ter confirmado, a requerimento do deputado Lima Junior, o Decreto com que o Presidente designou aquella villa para o funcionamento de suas sessões e de ter eleito as respectivas comissões, inclusive os cinco membros do Tribunal Mixto encarregado de apurar a responsabilidade e julgar nos crimes funcçionaes ao Chefe do Poder Executivo, esta Assembléa proclamou Presidente e Vice-Presidente do Estado ao senador Coelho e Campos e ao coronel Siqueira Horta, como se vê do officio abaixo dirigido ao Tribunal da Relação, pelo Presidente dr. Calasans, adiando em seguida os seus trabalhos para o dia 20 de Novembro, sob proposta do deputado Matheus Machado.

«Palacio do Governo, em Araçajú, 22 de Outubro de 1894.—Cidadão Presidente, e Membros do Tribunal da Relação :—Em sessão ordi-

naria da Assembléa Legislativa do Estado, na villa do Rosario, de 13 do mez de Setembro findo, foram reconhecidos e proclamados Presidente e Vice-Presidente do Estado, os cidadãos dr. José Luiz Coêlho e Campos, e coronel Antonio de Siqueira Horta, para o periodo presidencial á começar no dia 24 do mez corrente. O que vos communico para todos os effeitos legaes. Saude e fraternidade.  
—*José Calasans.*»

Para esse tempo já devia estar investido no alto cargo de Presidente da Republica o dr. Prudente de Moraes.

Foi sem duvida para aguardar do governo desse venerando brasileiro qualquer medida repressôra dos desmandos que iam pela terra sergi-pana, que a assembléa tomára aquelle alvitre.

Porque da acção da politica do marechal Floriano nada mais tinha a esperar, desde que fôra sob o influxo dessa mesma politica que se praticaram os actos contra os quaes protestára em manifesto de 11 Setembro.

De regresso aos seus lares, em consequencia do adiamento, foram presos, ao desembarcarem em Aracajú, na noite de 15 do já citado mez de Setembro, por ordem do dr. João Vieira, os chamados deputados legaes drs. Teixeira Fontes, Mathens Machado, padres Jonathas Gonçalves, Marçal Ribeiro e coronel Luiz Antonio, e enclausurados no Quartel de Policia, aonde permaneceram, os quatro primeiros até ás 7 horas da manhã do dia immediato, sendo porém o ultimo sôlto, horas após á prisão, sob pretexto de que era deputado *legítimo*.



Para bôa comprehensão do leitor convém dizer que o coronel Luiz Antonio fôra também reconhecido deputado pela chamada Assembléa *peba*, mas sem a sua connivencia.

Nessa mesma occasião soffreu igual coacção em sua liberdade o cidadão Francisco Quirino da Silva, official-maior da Assembléa, e companheiro de viagem daquelles deputados. A este coube como prisão a immunda solitaria da Cadeia Publica de Aracajú.

Todas estas violencias fôram consignadas em manifestos dirigidos á Nação e publicados nos jornaes da época.

Entretanto, calmamente, por contar com o apoio da força publica, continuava a trabalhar em Aracajú a Assembléa em duplicata, que aliás prorogou as suas sessões.

No dia 23 de Outubro, perante o Tribunal da Relação, por achar-se encerrada a Assembléa do Rosario e ausente o Presidente reconhecido e proclamado por esta, dr. Coelho e Campos, prestou o compromisso legal, nos termos do art. 29 da Constituição, o coronel Horta, Vice-Presidente do Estado.

Por esse motivo fôra elle intimado, ainda no edificio daquelle Tribunal, afim de dar explicações desse procedimento.

O portador desta intimação foi o capitão do Exercito, Ignacio Lobo, então commandante da Policia.

O coronel Horta protestou contra essa intimação, declarando não conhecer outro governo que não fosse o do dr. Calasans, e só submeter-se a ella por fallecerem-lhe os meios de se lhe oppôr materialmente.

Conduzido finalmente a Palacio, ali esteve detido por espaço talvez de uma hora, tendo sido relaxado da prisão, logo que constou aos seus detentores que, perante o Juiz Seccional, estava sendo processada uma ordem de *habeas-corpus* em seu favor.

A attitude do coronel Horta em frente ao dr. João Vieira foi hombridosa, pois que, cercado de adversarios, verberou em phrases polidas, mas cheias de indignação, os actos que reputava de prepotencia e que, dia a dia, se reproduziam em Sergipe.

No dia 24 do mesmo mez recebeu das mãos do dr. Calasans o governo, deixando de exercer as suas funcções no respectivo Palacio por se achar este indebitamente occupado pelo dr. João Vieira.

O Coronel Horta communicou a sua pösse ao Vice-Presidente da Republica, que não lhe deu a minima resposta.

O dr. João Vieira fez crear pela Assemblèa, em duplicata, com a Lei nº 66 de 27 de Setembro de 1894, o cargo de Chefe de Policia, cujas attribuições no governo do dr. Calasans eram exercidas pelo Poder Executivo, e nomeou para exercel-o ao dr. Gumercendo Bessa, que nelle se demorára poucos dias, por não ter sido mantida uma prisão correcional que effectuára.

Para substituir o dr. Gumercendo Bessa foi nomeado o dr. Accioly de Menezes.

A *Folha de Sergipe* foi por duas vezes assaltada e os seus—gerente e revisor—Herculano Samango e Tiburcio Ribeiro, chamados por mais de uma vez á policia para explicações. Um desses assaltos foi realisado sob esse governo.

A esse respeito assim se pronuncia o actual senador Olympio Campos :

«Em a noite de 4 de Agosto de 1894 praças federaes a paisana invadiram a officina da *Folha de Sergipe* e destruíram o material, e em a noite de 4 de Julho de 1897 praças de policia roubaram o material da mesma *Folha* e o lançaram no mar.» (\*)

O governo do dr. João Vieira teve ephemera duração ; iniciára-se a 11 de Setembro e terminára a 24 do mez seguinte.

A sua administração distinguuiu-se pelos actos constatados.

---

(\*) Politica de Sergipe—1904.





## XIV

### Coronel Valladão

O coronel Valladão aportou a esta Capital no dia 24 de Outubro, ás 11 horas da manhã, e a uma hora da tarde deste mesmo dia, perante a Assembléa em duplicata, prestou o compromisso legal, empunhando em seguida as redeas do governo.

Participando do mesmo vicio de origem do seu antecessor, a sua posse em nada modificou a opinião geral do Estado. A animosidade á sua politica não arrefeceu, ao contrario, tomou maiores proporções.

Na «Folha de Sergipe», na imprensa do Rio e na tribuna do Parlamento Brasileiro, os representantes do Estado continuaram a dar combate sem treguas a orientação partidaria daquelle coronel.

Cada dia que se passava mais vigoroso e pujante se tornava o partido que lhe era antagonico.

A opposição crescia na proporção dos actos vexatorios que se praticavam, porquanto da compressão não nasce a obediencia, mas fatalmente a revolta.

A tendencia natural do povo é para os que sofrem e dahi essa corrente de sympathias em favor dos opprimidos. E' isto o que se observa atravez de todos os tempos.

Olympio Campos, Geminiano Brasil, Coelho e Campos, Menezes Prado, Leandro Maciel e Mesqui-

ta Dantas, foram sentinellas avançadas e indormidas nessa campanha pela defeza da chamada autonomia sergipana.

A causa que defendiam era reputada a causa da lei e da justiça e por isso esse apoio moral da Nação em seu favor.

Na «Gazeta de Noticias,» o talento masculino de Ferreira de Araujo, dia a dia, punha em destaque a enormidade desse attentado politico commettido em pleno dominio Constitucional.

O auctor destas linhas, não é por vangloria que o diz, contribuiu tambem com o seu fraco contingente para o restabelecimento da politica decahida.

A «Folha de Sergipe» foi a sua tenda de combate e o «Jornal do Commercio,» do Rio, o vehiculo d'onde por vezes, fez sentir ao Paiz as aspirações sopitadas do povo sergipano.

Entretanto, se o illustre coronel Valladão, portador, aliás, de um espirito sadio, tivesse seguido uma politica expansiva e de tolerancia, outro tivera sido o resultado de sua interferencia nos negocios publicos de Sergipe, porquanto deste modo enfraqueceria a opposição e conquistaria talvez sympathias no seio mesmo dos seus adversarios.

Com amor é que se governa o povo, que se revolta quando o comprimem e se accomoda quando o acariciam.

Mas o amor proprio ferido não raciocina, e, em sua inconsciencia, arrasta muitas vezes os homens a violentos impulsos.

O coronel Valladão foi presa certamente desse sentimento e assim se não se deixou levar de todo pela corrente em que seguiu o dr. João Vieira, se desviou do rumo aconselhado pela razão.



A sua situação tornou-se, por isso, das mais embaraçosas.

Augmentou a força policial do Estado com a criação de um segundo corpo de segurança, que mandou estacionar em a velha cidade de S. Christovão.

Manteve o acto do seu antecessor, no tocante a suspensão de vencimentos da magistratura e praticou medidas outras contra essa classe de funcionarios.

Por decreto de 16 de Novembro demittiu o Juiz Municipal de Aracajú, dr. João de Araujo Lima, quando este ainda estava no pleno goso do quadriennio que lhe era garantido por lei.

Motivou essa demissão o facto de não ter querido esse juiz dar cumprimento a um decreto em que o coronel Valladão perdoava a um sentenciado.

Pela Assemblèa em duplicata fez processar aos desembargadores Guilherme de Souza Campos, Francisco da Silveira Britto e José Sotero Vieira de Mello pelo facto de terem deferido compromisso ao Vice-Presidente do Estado coronel Horta, a quem o coronel Valladão considerava derrotado no pleito de 30 de Julho.

O auctor da denuncia para esse processo foi o dr. Benilde Roméro, que a submetteu á apreciação de seus pares no dia 1 de Novembro do citado anno de 1894.

A commissão incumbida de apreciar-lhe a procedencia foi de parecer que ella devia ser acceita.

Essa mesma commissão, que se compunha dos drs. Homéro de Oliveira, Heraclito Diniz e coronel Antonio de Oliveira Bezerra, opinou pela pronuncia dos mesmos desembargadores em parecer de 27 de

Março de 1895 e a 1 de Abril seguinte, por Decreto da meza da Assembléa, foram elles pronunciados.

Antes de julgados definitivamente, o coronel Valladão aposentou-os por acto de 9 de Setembro, com fundamento no Decreto n. 120 de 7 de Janeiro de 1895 ao qual, com muito espirito, appellidou de *decreto seis vintens*, na *Decada Republicana*, o notavel jurista conselheiro Candido de Oliveira.

Não se conformaram com essas aposentadorias e propuseram acção á Fazenda do Estado que, vencida, teve de pagar-lhes bem avultada somma.

Ainda por motivos exclusivamente politicos, em épocas differentes, foram processados outros opposicionistas, entre os quaes podemos citar os cidadãos Alfredo Franco, Laurentino do Amaral Carneiro, Codolino Jardim Fontes e Fausto dos Santos, em Aracajú.

Verdadeira anarchia observava-se então em todo o Estado.

A duplicidade foi a palavra de ordem da época.

Houve duplicatas de poderes municipaes e de funcionarios de justiça.

Os juizes de Direito, em sua maioria, recusavam deferir compromisso aos promotores nomeados pelo governo do coronel Valladão, como succedeu na comarca de Laranjeiras.

O seguinte officio do presidente do Estado ao da Relação, é um signal dos tempos e bem caracteriza a anarchia reinante :

«Ao Presidente do Tribunal da Relação :—Por telegramma recebido hoje de Laranjeiras, chegou ao meu conhecimento que o juiz de Direito daquella comarca negou-se a deferir termo de compromisso ao

adjuncto de Promotor Publico para alli nomeado, declarando não ser legal o actual governo do Estado, e egual recusa se tem dado em outras comarcas. E como esse procedimento só pôde trazer embaraços ao governo, não sendo correcto nem patriótico, assim vos communico afim de que providencieis em ordem a fazer desaparecer semelhante proposito que torna-se prejudicial á marcha regular do serviço publico.»

Para castigar aos magistrados rebeldes foi reformada a Constituição tumultuariamente em sessão extraordinaria da Assembléa e com essa refórma ficou armado o Executivo contra os mesmos magistrados. Dahi a remoção dos juizes de Direito e o Decreto dispensando os juizes municipaes, quando ainda no gôso dos seus quatriennios, e consequente nomeação de juizes substitutos com as mesmas attribuições.

Mudança apenas de rotulo.

Foi assim que, em Mensagem dirigida a 21 de Março de 1895, por occasião da convocação extraordinaria da chamada Assembléa *pública*, se pronunciou o coronel Valladão :

«A refórma da Constituição, em alguns de seus pontos, assumpto de que já vos occupastes, em sessão anterior, é, como já vos disse, de inadiavel necessidade.

Não podemos continuar por mais tempo neste estado de rebelião criminosa, por parte de uma magistratura que, salvas poucas e honrosas



excepções, colloca os impetos do partidarismo acima dos mais sagrados princípios do direito e da justiça.

E o mal vem de cima : o Tribunal da Relação que devia ser o elemento ponderador do poder judiciario, o regulador de suas funcções, tem sido ao em vez disto, o principal incitador de seus adversarios, já recusando ao Poder Executivo o concurso de suas luzes e experiencia, já approvando tacitamente os desmandos dos funcionarios.

E', como vêdes, um poder que açula o desprestigio dos outros poderes constituídos, um poder portanto, cuja acção é preciso neutralizar a bem da ordem publica e dos interesses particulares.

E' facto geralmente sabido que os juizes de Direito manifestamente politicos furtam-se á obrigação de celebrar as sessões de jury e recusam funcionar com os promotores nomeados ultimamente pelo governo e que os juizes municipaes, a seu turno, procedem de modo analogo, procrastinando inventarios e amontoando caprichosamente os processos que devem preparar, prejudicando assim os interesses e o direito das partes sem que haja quem lhes tome conta por este proceder criminoso.

E' uma magistratura anarchisada, que atropella a bel-prazer todas

as castas de direito e liberdades, obrigando os cidadãos a prejuizos e veixames.

Urge contêl-a em seus desregramentos e forçal-a a entrar na orbita de suas attribuições, pondo assim termo a esse desmoronamento judiciário que «vem do mais illustrado dos Desembargadores ao mais inepto dos escrivães».

A necessidade, pois, de uma reforma judiciaria está se impondo pelas circumtancias e deve ser objecto de vossa esclarecida attenção no mais breve espaço de tempo possível.»

Em virtude desta reforma, ameaçadora espada de Damocles, varios juizes de direito foram removidos e, antes de extincto o praso marcado para a acceitação dessas remoções, postos em disponibilidade.

Considerando esse acto um attentado a direitos adquiridos, desde que ao tempo da refórma eram inamoviveis por dispositivo constitucional, esses juizes recorreram aos tribunaes judiciais, que deram guarida as suas justas reclamações.

Teve, por isso, o Estado de pagar-lhes dezenas de contos de réis.

E' curioso o seguinte facto.

Para preenchimento das vagas abertas com aquellas disponibilidades foram nomeados juizes de direito alguns deputados dos que votaram a alludida refórma e tendo sido dous delles, posteriormente, por ella attingidos, isto é, removidos de accôrdo com os seus preceitos, não acceitaram as remoções

e, ainda mais, recorreram ao poder judiciario, allegando offensa a direitos e garantias, tendo sido igualmente attendidos por este poder.

Em consequencia desses julgados o Estado paga aos illegalmente removidos e aos illegalmente nomeados !

Auctoridades federaes, dentro e fóra do Estado, recusavam igualmente reconhecer o governo do coronel Valladão.

A Camara Federal rejeitou um requerimento em que o coronel Gouveia, representante do Estado, pedia que fosse lido pela respectiva meza um officio do coronel Valladão no character de Presidente.

O Ministro da Fazenda, que era então o actual Presidente da Republica, dr. Rodrigues Alves, prohibio que a Alfandega de Aracajú recebesse certa quantia do Estado para ser entregue ao Banco da Republica, a titulo de pagamento.

Desse acto do Ministro da Fazenda queixou-se o coronel Valladão em Mensagem que dirigio a sua Assembléa.

No ponto de vista da politica como aggremação partidaria, Sergipe deu ao Paiz um espectaculo bem interessante. Ao lado de um partido já de ha muito organizado levanta-se outro com a mesma denominação, com o mesmo programma e dirigido por politicos que, por via das circumstancias, deviam professar idéas inteiramente oppostas ! Tal o partido republicano federal, filiado ao de igual nome fundado na Capital da União pelo general Francisco Glycerio e outros. Era o regimen das duplicatas.

E' o coronel Valladão quem nos dá noticia dessa dualidade de partidos.



Leiamol-o :

## **"Partido Republicano Federal**

### SUA ORGANISAÇÃO NO ESTADO

Graças ao interesse que amigos da Camara e do Senado ligavam ao caso de Sergipe, a par da incansavel actividade do meu illustre conterraneo e amigo dr. Martinho Garcez, que desde o inicio desta luta nella francamente se empenhou commigo, salientando-se por sua intelligencia e tenacidade—eu era informado, dia a dia, da feição que tomava n'uma e n'outra casa do congresso, o alludido caso.

Foi assim que desde logo fiquei sabendo que, além dos votos de amigos pessoases, podia contar com o valioso concurso do partido republicano federal, porque adstricto ao seu programma, elle jamais apoiaria um projecto attentatorio da autonomia estadual e, consequentemente, da federação.

Nestas condições, e devidamente encarada a situação especialissima em que me achava, não se podia esperar de mim essa imparcialidade que se presume inherente, indispensavel mesmo, a quem exerce cargo de natureza semelhante ao que eu me achava exercendo. Não ; só se

podia esperar aquillo que eu era impellido a fazer pela força das circumstancias e o que realmente fiz nessa mesma noite de 26 de outubro em que o telegrapho, de envolta com as felicitações, me trouxe a grata noticia de que a camara dos deputados havia rejeitado, por 91 votos contra 84, o projecto da commissão mixta.

Do resultado desta votação moralisadora, resaltava a prova evidente de que ao partido republicano federal se devia a victoria da causa pela qual eu me batia.

Não era, pois, de extranhar que, por um natural impulso de gratidão, eu me collocasse á testa da organização do mesmo partido neste Estado, onde elle existia apenas por uma ficção, ou antes, por uma subtiliza de politicagem capadoçal.

Ninguem lhe conhecia directórios, nem na capital nem nos municipios ; ninguem dava noticia de que os pretensos chefes tivessem feito uma só reunião dessas que são peculiares ás collectividades e attestão a sua existencia.

Nada, absolutamente nada ; e para provar este meu asserto, passo para aqui a seguinte local da *Folha de Sergipe*, de 15 de janeiro ultimo :

«REUNIÃO POLITICA.—Está convocada para hoje, nesta capital, uma reunião do partido republicano federal, tendo

sido para ella convidados os nossos correligionarios do Estado. O fim desta reunião é proceder se á eleição da commissão executiva e convenção do partido, que é filiado ao da Capital Federal, perante o qual são seus delegados os srs. senador Coelho e Campos e deputado Geminiano Brazil.»

Se realmente houve tal reunião, ella foi tão concorrida que a propria *Folha* teve pejo de publicar a lista de todos os comparecentes, limitando-se a inserir, na edição de 17, esta outra local :

« Ante-hontem effectuou-se a reunião do partido republicano federal, sendo tomadas as seguintes deliberações :

Eleição de uma commissão executiva de cinco membros que dirija o partido até a organização das instrucções que devem reger o mesmo partido.

Forão eleitos para essa commissão os srs. senador Coelho e Campos, presidente, deputado Olympio Campos, secretario, senador Leandro Maciel, coronel Siqueira Horta e dr. Joviniano de Carvalho ;

Dirigir-se a commissão executiva ás influencias locais para que se forme o directorio do partido nas localidades e sejam nomeados, pelo modo que em cada um delles se resolver, dois representantes, os quaes comporão a convenção estadual do partido.

A commissão ficou encarregada de apresentar as bases das instrucções reguladoras do partido, instrucções que serão discutidas pela convenção, devendo recompor-se a direcção geral do



partido no Estado, de conformidade com as ditas instrucções, quando approvadas pela convenção.

Presidio a reunião o exmº sr. senador Coelho e Campos, tendo por secretarios os srs. dr. Nobre de Lacerda e deputado estadual Oliveira Queiroz.»

Desde então até hoje, a *Folha*, que de 11 de Janeiro para cá passou a se intitular—Orgão do Partido Republicano Federal—nada mais publicou acerca das deliberações tomadas na reunião de 15 d'aquelle mez.

O que parece é que os meus adversarios, sentindo-se logrados, lembraram-se de improvisar essa reunião para fazer crer que de facto aqui já existia um—Partido Republicano Federal—por elles organizado, partido singular, pois não tinham nem commissão executiva, nem directorios locais, nem lei organica nem causa alguma !

Do nosso lado—elles bem o viam—a obra estava mais adiantada e feita com mais arte. Na mesma noite de 26 de outubro, no proprio palacio do governo, eu havia iniciado a organização do partido, conforme se vê da acta respectiva.

Fizera-o solemnemente, ostensivamente, sem me preoccupar com a idéa de que a censura publica me lançasse a pecha de presidente partidario. Era mais uma arma que, em

defeza propria, eu tinha o direito de brandir contra quem tanto me havia aggreddido, e cujo uso ninguem tem direito de me prohibir.

Seis dias depois, a 1º de novembro, era publicado o manifesto dos deputados á assembléa legislativa concitando o povo sergipano a congregar-se em torno da bandeira do partido republicano federal; a 6 do mesmo mez effectuava-se no edificio da mesma assembléa a magna reunião de eleitores, em a qual se proclamou definitivamente constituido o mesmo partido no Estado e foi acclamada a convenção provisoria.

Devo consignar aqui um incidente, que não deixa de ter sua importancia como elemento historico dessa organização a que estou me referindo; diversos amigos do capitão Ivo do Prado Montes Pires da Franca, entendendo que o seu grupo devia ser melhor aquinhoado na convenção provisoria, onde apenas contava um representante—retiraram-se; e segundo fizeram depois constar constituiram um outro partido «com economia a parte» do qual é chefe representante na Capital Federal o referido capitão, meu illustre amigo, republicano distincto, mas que em materia politica tem o vezo de só ver as cousas por um prisma especialmente seu...

Comprehende-se bem que este

incidente devia me contrariar bastante, porque, além de quebrar a homogeneidade partidaria até então existente, significava falta de confiança na minha pessoa para manter o equilibrio dos interesses que n'aquelle momento se congregavam em beneficio da nova communhão.

Narrado o incidente, continuei a occupar-me da organização do partido e da sua attitude nas luctas politicas do Estado. A 14 de novembro, a convenção provisoria submettia ao julgamento do eleitorado a chapa dos deputados estadoaes para o biennio de 1896 a 1897, chapa que triumphou de modo completo no pleito de 24 do mesmo mez, porque a opposição, longe de vir medir forças, para assim provar a pujança tantas vezes alardeada, recorreu ao triste expediente das eleições clandestinas, sendo que nos poucos collegios, onde, por calculo, comparecera, foi estrondosamente derrotada; a 26 de dezembro eram publicadas as—bases para a constituição do 1º congresso do partido—convocado para 30 de janeiro, dia em que effectivamente se reuniu, tendo comparecido 18 delegados representando 27 municipios dos 33 em que se divide o Estado.

Neste mesmo dia, 30 de janeiro, o congresso, no desempenho do seu mandato, promulgava a lei organica



do partido (já publicada) e elegia a comissão executiva, ficando desde logo dissolvida a convenção provisória, que relevantísimos serviços prestara.

Finalmente, a 8 deste mez e em cumprimento ao que dispõe o art. 3º n. 11 da lei organica, procedia-se, por escrutínio previo, a designação dos candidatos aos cargos de presidente e vice-presidente do Estado.

Eis summariamente descriptos o movel e o modo sobre os quaes se basêa em Sergipe a organização do partido republicano federal, que pujante, como se acha, e dotado dos órgãos necessários ao seu regular funcionamento, não se arreceia de enfrentar com os adversarios da Republica e da situação aqui inaugurada a 11 de setembro de 1894.

Nutro esperança de que os meus co-religionarios e amigos, lembrando-se da lucta que sustentamos e dos sacrificios que fizemos, saberão manter-se unidos e, fortalecendo cada vez mais o nosso partido, trabalhar decididamente em prol da Republica e, particularmente, de SERGIPE.

Aracajú, 18 de julho de 1893.—

*M. Valladão.*»

Mas de quem a prioridade na fundação deste partido? Falle por mim a eloquencia esmagadora das datas.

O coronel Valladão organisou-o depois que o

projecto da commissão mixta foi rejeitado pela camara, isto é, em 26 de outubro da 1895, ao passo que os seus adversarios já o haviam fundado anteriormente.

E tanto isto é uma verdade que ao tempo da fundação do segundo já o primeiro tinha representantes á convenção no Rio,—o senador Coelho e Campos e o deputado Geminiano Brazil.

Terminado o praso do adiamento e não podendo reunir-se ainda no edificio proprio, por estar este occupado pelos deputados em duplicata, reuniu-se novamente, na cidade do Rosario, no dia 20 de novembro de 1894, a Assembléa legitima, celebrando neste dia a sua sessão sem incidente algum, apesar dos alarmanes boatos que circulavam.

No dia seguinte, á hora regimental, começava ella a funcionar, quando foi interrompida pelo tenente de policia Belmiro José Teixeira que a intimou, da parte do governo, a dissolver-se sob pena de fazel-o á força de armas.

Sem elementos para reagir, ella protestou, pelo orgão de seu presidente contra aquella intimação e tratou, desde logo, de encerrar os seus trabalhos, redigindo em seguida este manifesto, que melhor do que qualquer outro documento dá a medida exacta desse facto :

« Narrando succintamente os acontecimentos do dia de hoje, 20 de novembro, nesta cidade, cumpri-mos o dever que nos é imposto pelo mandato que recebemos do povo nos comicios eleitoraes.

Sabe o Estado, sabe o Paiz o modo porque nos foi vedado funcio-nar em setembro, no Aracajú, capi-

tal de Sergipe, onde os nossos logares foram occupados ignobilmente por um grupo sedicioso de designados das bayonetas da União, por ordem telegraphica do sr. coronel Valladão e consequentemente a transferencia legal da Assembléa Legislativa para esta cidade nos termos da Constituição.

Tendo sido adiados para 20 de novembro os nossos trabalhos, pelos motivos que egualmente são conhecidos, aqui nos apresentamos no nosso posto para o desempenho da nobre missão de que fomos investidos pelo povo sergipano, digno de melhores dias para sua historia.

Apenas amanheceu o dia de hontem confirmaram-se os boatos espalhados na noite da vespera, da chegada a Maroim, com destino a esta cidade, de um contingente de 36 praças de policia e um official com ordens reservadas para desacatar e despersar os representantes do Estado em pleno exercicio de suas funções legislativas.

Com effeito tivemos certeza de que essa força dividida em dous grupos estava emboscada nas circumvisinhanças dos engenhos «Jacuruna» e «Jordão», caminho de Maroim para esta cidade, verdade que se verificou ás 11 horas, ao chegar da numerosa força que occupou o quartel municipi-



pal, cuja guarda teve de o abandonar provisoriamente para evitar a mesma scena da cidade de Maroim, e sobretudo a de Simão Dias, onde pela segunda vez no reinado da anarchia, imperou o assassinato official.

A's 12 horas em ponto, conforme preceitúa o nosso regimento, dirigimo-nos encorporados á sala das sessões, no Paço da Intendencia Municipal e ahi com as formalidades do estylo, iniciamos os nossos trabalhos, sendo então offerecido e julgado objecto de deliberação para o dia seguinte um projecto, adiando novamente para 20 de fevereiro de 1895 os trabalhos da Assembléa, visto não ter vindo ainda em nosso auxilio e garantia, em nome da Constituição Federal, os recursos materiaes que temos esperado e continuamos a esperar dos Altos Poderes da União. Não sabemos porque razão a força não executou logo as ordens reservadas de que era portador o seu commandante tenente Belmiro, de modo que levantamos sem nenhum incidente a sessão desse dia e nos retiramos do edificio das sessões, esperando o que pudesse acontecer no dia seguinte.

Durante o resto do dia de hontem e hoje, como para impôr o terror, diversos grupos de soldados percorriam a cidade em todas as direc-

ções, circulando ao mesmo tempo boatos de violencias que iam ser praticadas no intuito altamente escandaloso de impedirem a continuação das sessões.

A população alarmada com o apparato bellico de 36 praças de policia armadas e municiaadas, sem disciplina dentro de uma pequena cidade pacifica e ordeira, tanto mais quando se propalou a atterradora noticia de que alguns estabelecimentos commerciaes iam ser invadidos e saqueados pela soldadesca desenfreada, mal pôde conter a indignação de presenciar semelhante scena de immoralidade e criminosa protervia.

Dispostos ao que podesse acontecer, de violencias ás nossas pessoas, amparadas somente pela energia propria do civismo, a hora regimental de hoje nos dirigimos ao edificio das sessões e ahi começamos os trabalhos. Dez minutos depois ouvimos tocar reunir no quartel.

Não nos abalamos de nossas cadeiras e esperamos resignados pela bravura do sr. coronel Valladão, de quem era mandatario o tenente Belmiro. Apenas, porém, tinha se aberto a sessão e approvada a acta do dia anterior, bem como em 1<sup>a</sup> discussão o projecto de adiamento dado para ordem do dia dispensada a impressão e quando diversos destacamentos vi-

giavam as principaes entradas da cidade com receio de vantajosa resistencia, que poderíamos offerecer, caso não houvessemos o recurso legal para apellar, um piquete de 30 soldados, mais ou menos, descalços, patibulares e arregaçados, encaminhou-se á marche-marche para o edificio do Concelho Municipal, onde achava-se reunida a Assembléa, e postando-se na frente do mesmo edificio ahi penetrou o tenente Belmiro, commandante da força, com 6 praças, ficando o resto de bayoneta calada do lado de fóra.

Incontinente, o tenente invadindo o recinto, dirigio-se ao presidente da Assembléa, coronel Benjamin Telles, e collocando sobre a meza a ponta de sua espada, intimou-o, de ordem do sr. coronel Valladão, alcunhando-o de Presidente do Estado, a deixar immediatamente o recinto da Assembléa e retirar-se com seus companheiros.

Nada mais desejavamos depois desse acto *digno* da *correcção* do empolgador do governo de Sergipe e nos retiramos incorporados, depois de ter o nosso Presidente coronel Benjamin respondido ao mandatario do dictador, que submettia-se a intimação da força armada, que suspendia a sessão até que fosse pelo poder competente garantida a invio-



labilidade dos membros da Assembléa.

Privados assim de nossos direitos, como unicos representantes deste Estado, constrangidos em nossas liberdades, verdadeiros parias no seio de nossa Patria, sem recurso algum material, desde que então amarga conjuntura não temos para que appellar no Estado, a não ser para o recurso extremo da revolução, só nos resta recorrer collectivamente a imprensa para virmos protestar, como protestamos perante os nossos concidadãos, perante a Nação que nos ouve e nos contempla e perante os poderes publicos da União contra essa violencia selvagem de tyrannêta agalado, que se arvorou em dictador em Sergipe, violencia que importa o reconhecimento da legitimidade do nosso mandato.

Felizmente, para gloria nossa, se esse, como os demais actos do sr. coronel Valladão, deshonorou alguém, não é a nós com certesa nem ao nome sergipano.

Cumprimos o nosso dever, que o cumpram tambem os Altos Poderes da União, se são como cremos, sustentaculos da integridade constitucional.

Cidade do Rosario, 21 de novembro de 1894.—*B. Telles, P., A. Queiroz*, 1º Secretario, *Leandro*

*Maciel Junior, 2º Secretario, Lima Junior, Padre Marçal, Matheus Machado, Luiz Tavares, Teixeira Fontes, Luiz Antonio, Dr. Itajahy, Zacharias dos Reis, Luiz Correia, Horacio Martins, Baptista Oliveira.»*

O dr. Prudente de Moraes nenhuma providencia deu a respeito por entender fóra de sua esphera competencial a intervenção nos Estados em taes casos, mas em mensagens dirigidas ao Congresso Nacional pediu por duas vezes a regulamentação do art. 6º da Constituição Federal, de modo que podesse intervir em Sergipe sem quebra dos principios federativos.

No dia 11 de dezembro de 1894, por ter entrado em goso de licença o coronel Valladão, assumiu a administração do Estado o dr. Gonçalo de Faro Rollemberg, que se demorou no governo tres mezes e cinco dias apenas, obedecendo, sem a menor discrepancia, á mesma orientação do seu antecessor.

A 16 de fevereiro do anno immediato voltou novamente ao governo o coronel Valladão.

Os revézes, porém, porque iam passando os seus oppositores, não lhes quabrantaram os animos nem os fizeram recuar um apice sequer da linha de conducta que se haviam imposto.

Os representantes do Estado no Parlamento excogitavam os meios de por cobro a este estado de cousas.

No dia 16 do citado mez de novembro de 1894, os deputados Olympio Campos, Menezes Prado e Geminiano Brazil apresentaram um projecto auctorisando ao Poder Executivo Federal a

intervir neste Estado. Este projecto, aliás precedido de largas e justas considerações colhidas na lecção de notaveis constitucionalistas americanos, não chegou a correr todos os seus tramites. Elle é assim concebido :

«O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º E' o poder executivo auctorisado a intervir no Estado de Sergipe em ordem a assegurar a posse e o exercicio dos poderes legislativo, e executivo estadoaes á assembléa legislativa installada a 7 de setembro do corrente anno, na cidade do Rosario do Catete, do mesmo Estado, e aos cidadãos dr. José Luiz Coelho e Campos e coronel Antonio de Siqueira Horta, presidente e vice-presidente do Estado, reconhecidos e proclamados pela mesma assembléa.

Art. 2º Esta intervenção limitar-se-ha a garantir o exercicio dessas funcções, sem interferencia governativa de auctoridades federaes na administração interna do Estado.

Art. 3º Dos actos que praticar em execução desta lei dará o poder executivo conta ao Congresso Nacional em primeira reunião; revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões, 16 de novembro de 1894.—*Geminiano Brazil, Menexes Prado, Olympio Campos.*»

Já antes disto, em sessão de 27 de outubro o deputado pela Bahia, dr. Aristides Milton havia



apresentado também um projecto, que foi approved em 2ª discussão por 62 votos contra 47, sendo afinal regeitado em sessão de 7 do mez de dezembro.

O Senado também não se deixou ficar atraz.

Nessa casa do parlamento, os senadores João Barbalho, Almeida Barretto, Esteves Junior, C. Richard e Justo Chermont, na sessão de 10 de dezembro do referido anno de 1894, offereceram á consideração de seus pares, um projecto de lei que tomou o n. 43 e foi approved em 1ª discussão na sessão de 15 de dezembro do mesmo anno, acompanhado de uma indicação do senador Coelho e Campos, concebida nestes termos :

«Indico que a meza do Senado entendendo-se com a mesa da Camara dos Deputados, e, annuindo esta, seja nomeada uma commissão mixta, composta de tres membros de cada uma das Camaras para dar parecer sobre a materia do projecto, modificall-o ou substituil-o pela solução constitucional que mais consoante fôr com o caso de Sergipe, que determinou a apresentação do projecto.»

A commissão nomeada por força dessa indicação, foi a seguinte : senadores Correia de Araujo, representante de Pernambuco, Coêlho Rodrigues, do Piauhy, Gonçalves Chaves, de Minas, e deputado Martins Costa Junior, do Rio Grande do Sul, Benedicto Leite do Maranhão e Paulino Junior, do Rio de Janeiro.

Nenhuma outra commissão podia offerecer maiores garantias de idoneidade do que esta.

Regeitado este projecto, a commissão mixta elaborou um outro que foi apresentado no Senado, em sessão de 23 de setembro de 1895, o qual foi approved em 3<sup>a</sup> e ultima discussão, por 26 votos contra 19, em 8 de outubro seguinte.

Remettido á Camara esteve elle por alguns dias paralisado, até que, em sessão de 21 deste mesmo mez, surgiu á téla da discussão, em consequencia de um requerimento de urgencia do dr. Gaspar Drumond, representante de Pernambuco.

Este projecto, ultima tentativa do legislativo para a intervenção, foi regeitado a 26 daquelle mez por 91 contra 48 votos.

Conveniu saber-se que entre os votos vencedores figuram os dos deputados Bricio Filho e Francisco Glycerio, os mesmos que, extranhos á politica de Sergipe, deram o primeiro grito contra o assalto ao governo deste Estado.

A noticia de sua approvação no Senado motivou nos circulos politicos de Aracajú os mais descontraídos boatos.

Constou, desde logo, que o coronel Antonio de Siqueira Horta, em palestra de amigos, dissera que aguardava o seu resultado, na Camara, para tomar qualquer deliberação ; que, se ainda desta vez irracassasse a tentativa de intervenção, organisaria, de accordo com a Constituição, a resistencia armada para fazer respeitar a sua auctoridade.

O interesse de bem informar á Nação do que se ia passando em certa parte do seu territorio, levou o correspondente do «Jornal do Commercio», do Rio, que era então o auctor destas linhas, á transmitir aquelle importante orgão da imprensa fluminense, no dia 17 de setembro, um telegramma, dando conta do que se dizia.

No dia 20 sou intimado por carta do Chefe de Policia interino, a comparecer á sua presença, afim de dar explicações acerca desse telegramma, já então conhecido nesta capital, ao qual essa auctoridade rep'tava alarmante.

Não me julgando na obrigação de explicar-me, visto que não fizera sinão transmittir a noticia corrente nesta capital, deixei de attender aquelle convite-intimação. E para acautellar-me contra qualquer violencia procurei abrigar-me á sombra da justiça federal.

No dia 19, á frente de numeroso contingente de força policial, partira para a fazenda «Junco», do coronel Horta, por via fluvial, o tenente Gitirana, com ordem de trazer-o preso, e as 5 horas da tarde do dia immediato chegava a esta capital, acompanhado pelo mesmo tenente, que o trouxera illudido, fazendo-o acreditar num convite do governo para uma conferencia.

Melhor do que eu narrará este acontecimento o seguinte manifesto :

«Ao PAIZ.—*A minha prisão.*»

No dia 20 do corrente, por cerca de 9 horas da manhã, apresentou-se-me em minha fazenda «Junco» o sr. tenente de policia Gitirana, que disse-me vir da parte do coronel Valladão, convidar-me para uma conferencia. Respondi ao sr. tenente Gitirana que não a recusava, desde que o sr. Valladão a pedia de cavalheiro a cavalheiro. Feita esta observação e estabelecida a condicional, assegurou-me o sr. tenente que



era o coronel Valladão quem a solicitava

Em vista desta segurança do emissario do sr. Valladão, auctori-sei-o a dizer a esse senhor que no dia seguinte achar-me-ia na capital ; e que avisal-o-ia da minha chegada para ter logar a pretendida conferencia.

Observou-me o sr. Gitirana que o sr. Valladão instava para que me achasse na capital ás 11 horas da manhã deste mesmo dia. Eram já pouco mais ou menos 9 horas. Ponderei-lhe que era impossivel vencer a distancia de minha fazenda a capital para ahi achar-me a hora marcada ; mas que iria nesse mesmo dia para condescender com o pedido do sr. Valladão.

Immediatamente preparei-me e puz-me a caminho da capital. Mal, porém, aqui chegara e desmontava-me em casa do meu parente Alvaro Maciel, apresentou-se-me um moço, que disse ser Chefê de Policia, acompanhado de dois alferes de policia, intimando-me para ir até sua secretaria ! Surprehendido e comprehendendo que era victima de uma insidia inqualificavel de um homem que eu julgava ser um cavalheiro, observei ao pretenso Chefe de Policia que tinha vindo para uma conferencia com o sr. Valladão, a convite desse

senhor, e não para comparecer em sua policia, e por isso alli só iria preso e coagido ; accrescentando que já tinha feito o sacrificio de vir de minha fazenda á capital e que cumpria agora ao sr. Valladão, que pedia a conferencia, fazer o de vir ao lugar que designassemos.

Completamente enleiado, sem saber o que fizesse, o pretenso Chefe de Policia, que eu soube depois ser o bacharel Sa Barretto, sahio e voltou, tornou a sahir e voltar, não sei se para receber as instrucções do sr. Valladão, tomando afinal a resolução de levar-me preso á sua secretaria.

A' observação, que ainda fiz, de que, como tenente-coronel da Guarda Nacional, não podia ser preso sinão por um official de patente superior á minha, elle mandou chamar o capitão do exercito Ignacio Lobo, que disse ser o commandante da Policia do sr. Valladão, com os dois alferes para executar a sua ordem, ou antes do sr. Valladão, de levar-me preso á policia, qualquer que fosse o meio empregado.

Consigno aqui o nome do sr. Ignacio Lobo para que o Paiz e sobretudo o bravo exercito brasileiro veja como um official da primeira linha rebaixou-se, prestando-se a violencias de suppostas e arbitarias autoridades.

Ante á força, submetti-me.

Chegado que fui a tal secretaria da policia, que funciona em um quartozinho do pavimento terreo do Palacio do Governo, o pretenso Chefe entreteve-me por alguns momentos em attenciosa palestra, fallando-me sobre um telegramma que disse ter sido publicado no «Jornal do Commercio», do qual mandou lavrar termo, offerecendo-me depois para assignal-o ; ao que me recusei peremptoriamente, mesmo porque desconheço legitimidade em sua auctoridade.

Terminada essa comedia, disse-me o referido Bacharel : Agora o convido para ir a presença do coronel Valladão.

Nada mais tenho com esse senhor, disse-lhe, só irei do mesmo modo, preso. «Pois irá preso».

A's ordens de quem ? de s. s. ou do coronel Valladão ? Depois de um instante de vacillação, «á minha ordem» respondeu. Elá fui ainda coagido á presença do homem que attrahiu-me á capital, faltando á fé de cavalheiro, sob pretexto de uma conferencia, para sujeitar-me a taes violencias. O sr. Valladão, que já estava no salão á minha espera, repetiu-me as mesmas banalidades do seu Chefe de Policia, terminando por fazer-me responsavel por qualquer perturbação da ordem publica e civil



do Estado, tornando-me responsavel pela anarchia em que se debate.

Tive pena dessa figura de presidente assombrado diante de sua obra.

E' direito de todo sergipano, sem incorrer em crime de conspiração, reagir contra essa immoralidade que se chama governo de Sergipe, até com as armas na mão. Isto é o que devemos fazer quando a Constituição da Republica não fôr uma mentira; quando se exgotarem todos os meios legitimos e constitucionaes de reivindicarem as nossas liberdades e a nossa autonomia confiscadas pelas armas federaes em 30 de julho do anno passado. O telegramma do correspondente do «Jornal do Commercio», neste Estado, não tem outro sentido, pois exprime uma aspiração popular.

Depois deste ultimo acto de comedia, o sr. Valladão me deixou ir em paz.

Eis o facto como se passou. Conto-o sem commentarios, que ficarão para cada um fazer.

O sr. Valladão, sem negar a violencia, procura attenual-a, negando a circumstancia de haver-me pedido um conferencia!

Nunca imaginei que no exercito brasileiro, tão valente, tão cheio de pundonor, houvesse uma alta patente

capaz de uma traição tal que abste-nho-me de qualificar.

Aracajú, 22 de setembro de 1895.- *Antonio de Siqueira Horta*, vice-presidente do Estado.»

Concurrentemente com os órgãos do poder legislativo federal, agiam também os representantes desse poder no Estado.

O deputado Leandro Maciel Junior, no dia 24 de janeiro de 1895, perante o Juiz Seccional do Estado, dr. Mesquita Dantas, denunciou aos coroneis Valladão e Ferraz, capitulando o crime do primeiro nos arts. 109, parte 2ª, 165 e 164 do Cod. Penal e do segundo no art. 226 do mesmo Código.

Esta denuncia foi aceita e o processo seguiu a sua marcha regular, tendo sido os mesmos coroneis pronunciados no dia 30 de julho de 1895.

Eis o despacho do Juiz :

«Vistos os autos :

O bacharel Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel Junior denunciou ante este juizo dos coroneis Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, ex-chefe de policia da Capital Federal, e Carlos Olympio Ferraz, ex-commandante do 33 batalhão de infantaria aqui estacionado, como incursos, o 1º nos arts. 109, parte 2ª § 2º 111 e 113 e o segundo no art. 226 e ambos nos arts. 109, 2ª parte, § 1º 111, 165 e 169 do Código Penal.

Acceita a denuncia e tendo della sciencia legal o dr. Procurador Seccional, pediu vista para addital-a, de fls. 50.

Este, ao envez disto, allegou incompetencia deste juizo para conhecer e processar os crimes politicos commettidos pelos denunciados ex-vi da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894.

A argumentação do dr. Procurador Seccional, no intuito de invalidar a denuncia por incompetencia deste juizo, é de todo ponto, inprocedente, já em these já na hypothese dos autos.

A competencia para julgar e processar os crimes politicos, definidos no art. 111 do Cod. Pen., encontra apoio no art. 60, lettra *i* da Constituição Federal, no art. 115 lettra *i* do Decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, no art. 20 da Lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, no elemento historico da Constituição, no regimen actual do nosso governo, nas lecções dos publicistas americanos e no accordão do Supremo Tribunal Federal de 8 de maio deste anno, que consagrou a doutrina ampla, absoluta e incondicional do art. 60, lettra *i* da Constituição, firmando dest'arte, o principio da competencia da justiça federal para conhecer e processar os crimes politicos contra as auctoridades da União, como contra as auctoridades dos Estados.

A hypothese dos autos é perfeitamente cabivel nas disposições ci-



tadas, desde que o primeiro denunciado, coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão não praticou no character de Presidente do Estado de Sergipe os factos delictuosos constantes da mesma denuncia. Assim, clara e manifesta è a minha competencia para tomar conhecimento da denuncia de fls.

Si, por ventura, os factos delictuosos, capitulados na referida denuncia escapassem das amplas e genericas disposições constitucionaes já citadas e só tivessem apoio na disposição do art. 83 da Lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, incontestavel seria ainda a minha competencia para delles conhecer e para processar aos denunciados, visto como foram aquelles factos a causa e a consequencia que deveriam occasionar e que de facto occasionaram a intervenção armada federal, nos termos do art. 60 da Constituição.

Segundo, pois, as disposições citadas, improcedentes são as allegações de incompetencia do dr. Procurador Seccional.

Resolvida a preliminar e examinada a materia dos autos, julgo procedente a denuncia de fls. pelos seguintes fundamentos :

Os denunciados coroneis M. Presciliano de Oliveira Valladão, ex-chefe de policia da Capital Federal,

e Carlos Olympio Ferraz, ex-comandante do 33 batalhão de infantaria, abusando o 1º denunciado da posição de que então gosava ante o governo da União e o 2º executando as ordens daquelle emanadas, empregaram a força federal no pleito de 30 de julho do anno findo, ao qual representara-se candidato ao logar de Presidente do Estado o 1º denunciado embora inelegivel em face do art. 19 n. 3 da Constituição estadual. Dos autos se acha provado por documentos irrecusaveis, já pelos depoimentos uniformes das testemunhas de fls. a fls. que, diversos contingentes de força federal, aqui estacionada, foram mobilizados para diferentes municipios do interior do Estado, affin de assegurar o triumpho do primeiro denunciado ao cargo presidencial.

Igualmente se acha provado dos autos que esta força assim mobilizada praticara as maiores violencias, já aggredindo o eleitorado, já cercando os edificios em que deviam funcionar as mezas eleitoraes, já impedindo que as mezas legitimas funccionassem, já creando mezas illegaes e incompetentes, já forgicando eleições clandestinas, já praticando excessos de toda a sorte, como prisões de mezarios e de escrivães que deviam registrar as actas levando o excesso

até o morticínio e tudo isto por ordem dos denunciados e com o fim de garantir no pleito, que assim se faria a eleição do primeiro denunciado ao cargo de Presidente do Estado.

Ainda mais : apesar do primeiro denunciado dirigir em pessoa o pleito eleitoral, para melhor assegurar o seu triumpho, fez mobilisar um contingente do 26 batalhão de infantaria estacionado no visinho Estado de Alagoas e derramou-o por diversos collegios da margem do Rio S. Francisco.

Só a sua excepcional posição ante o governo da União poderia dar-lhe a faculdade de mobilisar a força federal estacionada no Estado e a que se achava em Estado differente para um pleito puramente estadual.

Os já citados documentos e depoimentos das testemunhas, confirmados pelo proprio segundo denunciado, quando confessa haver derramado a força federal por differentes municipios do interior, sob pretexto de prender desertores e manter a ordem nos referidos municipios que se achavam alarmados—o que levantou formal protesto do Presidente do Estado—que jamais houvera solicitado dos poderes competentes a intervenção da força federal para que esta podésse legalmente ser mobilisada,



trazem a prova irrefragavel dos factos articulados.

Para complemento da obra assim iniciada e para melhor garantir a futura posse do poder ao primeiro denunciado, coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, impediu-se a reunião da Assembléa diplomada e legalmente eleita em eleição regular, sem protesto de nenhum dos grupos que a disputaram, para que não verificasse os seus poderes na época regimental e em logar competente.

Desta missão encarregou-se o 2º denunciado, coronel Carlos Olympio Ferraz, áfim de satisfazer os planos e de cumprir as ordens do primeiro denunciado, pois em pessoa compareceu no recinto da Assembléa, acompanhado de officiaes e de praças disfarçadas do 33 batalhão, sob seu commando, conservando de promptidão no quartel o mesmo batalhão.

Impedida violentamente a Assembléa diplomada e portanto a unica competente para proceder a verificação dos poderes de seus membros, de seu regular funcionamento, uma turma de não diplomados apossara-se do recinto da Assembléa, verificou os seus poderes, já na ausencia de diplomas que não tinham, já das authenticas que lhes foram negadas pelo Presidente do Estado e fizeram

o reconhecimento de seus poderes e posteriormente apuraram a eleição do primeiro denunciado, coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, proclamaram-no Presidente do Estado, contra o disposto no já citado art. 19 n. 3 da Constituição estadual que o torna inelegível.

Obtido pelo primeiro denunciado, coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, por semelhantes meios illegaes e violentos e por um poder de facto, o seu reconhecimento ao cargo de Presidente do Estado e para melhor facilitar a sua ascensão ao poder, fez depôr o legítimo presidente do Estado, dr. Calasans, antes de terminado o periodo presidencial elevando ao lugar de presidente do Estado o presidente da Assembléa illegitima, dr. João Vieira Leite.

As provas dos autos, constantes dos documentos de fls. a fls. e dos depoimentos das testemunhas de fls. a fls. demonstram sufficientemente os factos articulados.

Diz a primeira testemunha:— sabe que a deposição do dr. Calasans, a que os denunciados tinham reduzido a uma sombra de Presidente, adiada para quando fosse preciso, foi resolvida afinal. para que a Assembléa legitima não tivesse um presidente que lhe sancionasse os actos

Disse mais: que é conceito publi-

co que o primeiro denunciado tinha, e somente elle, interesse na deposição do dr. Calasans e por isso persuade-se elle, testemunha, que essa deposição foi feita auctorisada por elle e por mando d'elle e esta crença firma-se ainda mais pelo facto de ter o primeiro denunciado conseguido do Presidente da Republica, a cujo lado então se achava, que a ordem para a restauração do dr. Calasans fosse burlada.

A segunda testemunha diz saber que a deposição do dr. Calasans estava preparada de antemão pelo coronel Valladão, no momento mais preciso e util aos seus fins, pois o dr. Sylvio Roméro dissera a elle testemunha que era coisa assentada nos conselhos politicos do sr. coronel Valladão.

Resolvida a deposição, (diz a testemunha) foi inegavelmente a bem do coronel Valladão.

A terceira testemunha confirma o depoimento da segunda.

A quarta testemunha, depois de referir diversas violencias, inclusive a deposição do dr. Calasans, diz :— «Todos esses factos se deram por ordem do coronel Valladão, apoiado pelo Vice-Presidente da Republica.»

A quinta testemunha, depois de referir os factos da denuncia e fallando sobre a deposição, diz :—que



tudo isto se fazia a mando do coronel Valladão, porque o proprio coronel Ferraz declarou que nada fazia sem ordem do dito coronel Valladão e que era apenas executor de suas ordens; que a deposição não se dera antes por não querer o coronel Valladão, que aguardava occasião mais opportuna, quando fosse preciso impedir o funcçãoamento da Assembléa regular, afim de não apurar a eleição dos legitimos eleitos presidentes.

A sexta testemunha confirma os anteriores depoimentos.

Por outro lado os acontecimentos que rodeiam os factos vêm provar que só o primeiro denunciado, coronel Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, poderiam aproveitar o impedimento da reunião da Assembléa diplomada e legitima e a deposição do legitimo Presidente, dr. Calasans. E, portanto, corroboram os depoimentos das testemunhas e as demais provas dos autos

Tão criminoso procedimento produziu perturbações de ordem publica, attentou contra o regimen federativo e contra a autonomia e soberania do Estado, pois jamais as deposições poderão ser um recurso legal contra poderes legitimamente constituídos.

No intuito de sanar essas perturbações e de reentrarem as cousas

no regimem legal, o Presidente deposto pediu ao Governo da União, nos termos do art. 6.º da Constituição Federal, as precisas garantias e este as deu em telegramma de 17 de setembro de 1894, não sendo porem cumpridas as ordens do governo pelo segundo denunciado por obstar-lhe o primeiro denunciado.

Era preciso conservar-se no poder o presidente illegitimo, dr. João Vieira Leite, para afastar futuras difficuldades que podessem prejudicar ao primeiro denunciado.

O manifesto de fls., os demais documentos que figuram nos autos e nos depoimentos das testemunhas de fls. a fls. confirmam e comprovam as allegações da denuncia de fls.

Por tudo isto e pelo mais que dos autos consta, julgo procedente a denuncia de fls. para pronunciar, como pronuncio, os réos Manoel Presciliano de Oliveira Valladão e coronel Carlos Olympio Ferraz, como incursos o 1º nos arts. 109 2ª parte, § 2º, 111, 160 e 169 do Codigo Penal, o segundo no art. 226 do mesmo Codigo e os sujeito á prisão e livramento pagas por elles as custas.

O escrivão lance os nomes dos réos no rôl dos culpados e contra os mesmos expeça ordem de prisão.

Aracajú, 20 de julho de 1895.—  
*Lourenço Freire de Mesquita Dantas*

Intimados deste despacho os coroneis Valladão e Ferraz, impetraram, pelo órgão do dr. Martinho Garcez, do Supremo Tribunal Federal, uma ordem de *habeas-corpus* que lhe foi concedida em sessão de 21 de agosto de 1895, com o seguinte accordão :

« SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL—

*Accordão em 31 de Agosto de 1895.*

—Vistos, expostos e discutidos estes autos de *habeas-corpus* que impetrou o dr. Martinho Garcez a favor dos coroneis Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, presidente do Estado de Sergipe, e Carlos Olympio Ferraz, ex-commandante do 33 batalhão de linha, pronunciados pelo juiz seccional do mesmo Estado, como incursos, este no art. 226 e aquelle nos arts. 109, 2ª parte, § 2, 165 e 169 do código penal, e sendo escusada preliminarmente a ausencia do primeiro paciente, por ter arguido receio de perturbação da ordem e o impedimento constante do art. 30 da Constituição sergipana; considerando que, não affectando à União os crimes politicos attribuidos aos pacientes, não se verifica a respeito delles á excepção instituida no art. 83 da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, porquanto, havendo o ministro da guerra ordenado ao 2º paciente a intervenção da força federal a favor do presidente de Sergipe, capitão José de Calasans, sob a condição expressa de ter sido a ordem



perturbada, conforme se vê do telegramma de 15 de setembro de 1894 junto em original a fl., á que é remissivo o do ministro do interior do dia seguinte, tal intervenção não se tornou effectiva, como aliás confessa o denunciante no traslado a fl., por ter julgado o paciente não existir a condição constitucional do caso — *podereis* — exarada na ordem do governo e tratar-se apenas de uma substituição da presidência do Estado, que se dizia vaga nos termos do art. 34 § 2.º da Constituição local, intelligencia esta acceita e approvada implicitamente pelo governo da União e explicitamente pelo commandante do districto militar, no telegramma original a fl.; considerando outrossim, que nascendo todas as questões suscitadas nos autos da duplicata da assembléa legislativa do Estado de Sergipe, dentre os tres poderes constitucionaes da União, não é ao judiciario que compete o julgamento politico da respectiva legitimidade, ou illegitimidade, julgamento que não foi proferido na 1ª sessão da 2ª legislatura do Congresso Nacional, durante a qual se deram os factos fundamentaes da formação da culpa instaurada contra os pacientes e que ainda pende de decisão do mesmo Congresso, por virtude de representação offerecida

este anno por uma das referidas assembléas ; considerando, finalmente, que, capitulando-se melhor os factos principaes arguidos contra os pacientes no art. 115 §§ 4.º e 5.º do código penal de mais severa comminação o juiz seccional, que rompeu a indivisibilidade do processo, delle exceptuando os co-autores ou co-réos ostensivos é ainda incompetente em relação aos pacientes, porquanto ambos têm fôro especial determinado na lei de 3 de dezembro de 1841, art. 245, código penal, art. 6 letra B, decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, art. 47, decreto n. 18 de 7 de março de 1891, art. 87, §§ 4.º e 5.º, Constituição Federal art 77, accrescendo que o presidente de Sergipe, antes do poder competente declarar illegitima a assembléa legislativa que apurou a sua eleição e o empossou do cargo, nem sequer pode ser obrigado a defender-se do crime de conspiração commettido contra os poderes do Estado, previsto na lei local n. 11 de 23 de julho de 1892, sem ter a mesma assembléa decretado previamente a procedencia da accusação, como é expresso no art. 34 § 1.º da Constituição sergipense : o Supremo Tribunal Federal, julgando, como julga, incompetente o juiz seccional de Sergipe para processar os factos denunciados a fl.,

manda que cesse, desde já, o constrangimento illegal que soffrem os pacientes, aos quaes se passará ordem de *habeas-corpus*, preventiva da prisão a que indevidamente foram sujeitos.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1895.—*Aquino e Castro*, presidente.—*Americo Lobo*.—*H. do Espirito Santo*.—*U. do Amaral*.—*Lucio de Mendonça*.—*Americo Braziliense*.—*Pindahyba de Mattos*.—*Bernardino Ferreira*.—*Macedo Soares*, vencido na preliminar.

A presença do paciente não é formalidade substancial do processo de *habeas-corpus*. Conhecendo *de meritis*, fui vencedor porque, quanto ao primeiro paciente, se commetteu crime politico, não é sujeito á jurisdicção federal; e quanto ao segundo, não recebeu ordem, incumbencia, recado ou qualquer insinuação por termos expressos ou dubios do marechal Floriano Peixoto para intervir nos negocios politicos de Sergipe, como se evidenciou na discussão do processo —*Fernando Osorio*.

Concedi a ordem de *habeas-corpus* impetrada, porque, attendendo ao processo e sua discussão, o considerei sem base e sem fundamento legal.—*Piza e Alneida*, vencido.—*Pereira Franco*, vencido.»

A queda do projecto da commissão mixta e a



concessão deste *habeas-corpus* não puseram remate ao conflicto que continuou a ser debatido com o mesmo calor de parte a parte.

No dia 14 de março de 1896, na qualidade de Presidente da Assembléa Legislativa, assumiu o governo do Estado o Padre Dantas, por ter partido em gozo de licença para a Capital Federal o coronel Valladão que, de volta, o reassumiu, na cidade da Estancia, em 11 de junho do mesmo anno.

Nada fez o Padre Dantas, neste curto periodo presidencial que mereça aqui ser consignado.

A 27 de julho do <sup>\*\*\*</sup>referido anno deixa definitivamente o governo, em virtude de renuncia, o coronel Valladão e passa-o ao Padre Dantas, que nelle se demorou até 24 de outubro seguinte.

Essa renuncia não modificou a attitudo da opposição, porquanto o Padre Dantas era um continuador da politica do seu antecessor.

A 30 do citado mez de julho procedeu-se á eleição presidencial. Os governistas davam como eleitos o dr. Matinho Garcez e o dr. Pereira Lobo, este para Vice-Presidente, e aquelle para presidente. Os opposicionistas, a seu turno, consideravam victoriosos nas urnas os drs. Davino Nomysio e Baptista Itajahy, continuando dest'arte, a dualidade de governo.

Antes de realisar-se essa eleição o general Francisco Glycerio, que era na occasião o supremo arbitro da politica do Paiz, tentou fazer uma conciliação entre os litigantes e neste sentido entendeu-se com o padre Olympio Campos que apontou para candidatos á presidencia de Sergipe os nomes dos seguintes cidadãos : drs. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio, Ascendino Angelo dos Reis,

Rodrigues Doria, capitão Salomão Rocha, dr. José Guimarães e capitão Moreira Guimarães, os quaes, por extranhos ás luctas politicas locaes, offereciam as maiores garantias para o restabelecimento da paz em Sergipe.

O general Glycerio escolheu, dentre estes, os drs. Ventura, Rodrigues Doria, capitão Salomão e, por conta propria, addicionou o nome do dr. Manoel Bomfim e apresentou-os ao coronel Valladão.

Entretanto, nenhum desses nomes foi acceito, sendo suffragado por este coronel o nome do dr. Martinho Garcez.

O coronel Valladão, em rigor, só deve ser apreciado sob o ponto de vista politico, pois foi neste caracter que elle pôz em relevo a sua personalidade.

Baixou alguns regulamentos, reformando o ensino publico, o monte-pio dos empregados estaduais e outros institutos ; creou a imprensa official e concorreu com a quantia de déz contos de réis para a construcção das linhas telegraphicas de Itabaiana e Villa-Nova.

Foram esses os actos mais notaveis occorridos em sua administração.

E' bem possivel que o animassem as melhores intenções a respeito de sua terra natal, mas a lucta, sem treguas, que sustentou durante o seu governo não lhe deu margem para cousa de maior relevancia conforme disse.

Sirva-lhe isto de attenuante em face ao austero tribunal da historia.



## XV

### **Padre Dantas**

Como se viu, nem no poder legislativo federal, nem no poder judiciario da União, para os quaes recorreram, encontraram os *mineiros* da Constituição remedio ao conflicto em que se achavam envolvidos.

Diante disto, só uma porta se lhes deparava— a revolução.

Dispondo de poderosos elementos de luta, se preparavam para uma reacção armada, no sentido de impedir a posse, a 24 de outubro de 1896, do novo Presidente dr. Martinho Garcez, quando são sorprendidos com um levante no corpo policial.

A disciplina rigorosa infligida pelo major Ignacio Lobo aos seus commandados, diz a imprensa de então, levou-os á desobediencia e á revolta.

E assim, no dia 4 de setembro, conflagrou-se grande parte daquelle corpo, depondo o commandante e em seguida o Presidente do Estado, padre Leonardo Dantas.

De um dos jornaes da época, colhi os seguintes informes :

«Sabedor do boato de sua imminente deposição, o Commandante da Policia, em a noite de 3 do citado mez, quiz prender dois ou tres infe-



riores, de quem mais desconfiava, para fuzilal-os, ao que se dizia, o que não realisou-se por terem se occultado os ditos inferiores.

No dia 4, cerca de 9 horas da manhã, apresentando-se um dos indigitados inferiores no quartel, foi chamado pelo capitão Boaventura, ao que respondeu que ia armar-se como é disciplina, para então apresentar-se, replicou o dito capitão, que insistiu para que sem demora fosse a sua presença o mesmo inferior, ao que este ainda recusou-se sob o fundamento de que ia armar-se.

Encolerisado, o capitão deu voz de prisão ao seu subalterno, ao que os demais soldados que estavam presentes gritavam que não estava preso e esse grito de rebeldia ou protesto foi repetido em todo o estado. Dado o grito de revolta, os soldados impediram o Quartel ao commandante e officiaes, soltaram os companheiros que estavam no xadrez, deram muitos tiros, o que fez suppor que havia tiroteio, verificando-se depois que toda a força fraternisou e que os tiros eram dados para o ar, não tendo havido um ferimento.»

De passagem pela rua de Pacatuba, os revoltosos, que eram em numero de 200, acclamaram commandante ao bravo major João Esteves, que na occasião por alli passava, o qual, mesmo á pai-

sana, tomou-lhes a vanguarda e com elles seguiu para a victoria ou para a morte.

Logo que soube da revolta o padre Dantas, mandou vir da cadeia a respectiva guarda e do Quartel praças de cavallaria, sob o commando do capitão Gitirana, para reforçarem a guarda de Palacio, tomando essas forças posição no oitão sul daquelle edificio.

Tudo isto, porém, fôra baldado, porquanto os revoltosos, João Esteves sempre á frente, alli penetraram sem que as respectivas guardas lhes offerecessem a menor resistencia.

Vendo-se perdido o padre Dantas, sahiu pelo portão do fundo de Palacio, acompanhado do empregado da Secretaria do Governo, Aristides Correia, e foi refugiar-se em casa do conego Diogo José de Sant'Anna, á rua de Larangeiras.

Acreditou-se no momento e ainda se afigura a muita gente que essa revolta fôra promovida pelo Padre Olympio Campos; entretanto assim não succedeu. Elle proprio, em carta que dirigira ao dr. Geminiano Brazil, narrando as peripecias daquelle rebeldia da policia, nega a sua coparticipação no movimento.

Ouçamol-o :

« Estou satisfeito, porque houve sergipanos, embora rudes soldados, que enxotaram o governo illegal e condemnado, que infelicitava o nosso pobre Sergipe, mostrando brio e dignidade.

*Não tive a gloria do movimento, pois sabe que só interviria em qualquer movimento armado, no dia 24 de outubro para empossar o*

dr. Davino, presidente eleito, no intuito de evitar outra usurpação como a de 1904.

Agora tudo baldado, visto a interpretação do dr. Prudente de Moraes.»

Ainda em aparte ao coronel Gouveia, na sessão de 9 de outubro, disse esse incansavel politico o seguinte :

«Por amor da verdade dos factos é que digo que a revolta foi uma surpresa para mim, porque realmente della não tive conhecimento.

Lamento não ter tido a gloria do movimento, porque considero uma gloria enxotar o governo que lá existe.»

.....  
«Acceito a responsabilidade moral da revolta ; entendo que os soldados praticaram um acto patriotico em enxotar o governo que está em Sergipe e lamento não ter tido a gloria de ser o auctor do movimento.

.....  
Eu teria muita satisfação em promover o movimento para a deposição, por qualquer meio.»

.....  
Assim que soube do movimento que apeiou da cadeira presidencial ao Padre Dantas, o dr. Prudente de Moraes mandou que a força federal collocasse-o novamente no governo.

Vou fazer conhecida do leitor a correspondencia então trocada entre o coronel Siqueira Horta e



os srs. commandante da força de linha e o Presidente da Republica, e a qual dá ao leitor a idéa nitida do que então se passou.

Eil-a :

«Commando do 26º batalhão de infantaria e da guarnição de Sergipe, em Aracajú, 5 de Setembro de 1896. —Ao cidadão coronel Antonio de Siqueira Horta.—De accordo com as ordens do governo federal, por intermedio do cidadão general commandante desse districto, em telegrammas de hontem ás 9 1/4 da noite por mim recebidos, deve a força federal repôr no governo o cidadão padre Antonio Leonardo Dantas, a quem o mesmo governo reconhece como legalmente constituido.

Assim, pois, sem difficuldade, dentro de um hora, a contar desta data, 8 1/2 da manhã, deveis evacuar o palacio, afim de ser cumprida aquella ordem, sem derramamento de sangue, pelo qual vos responsabilisarei, sem que mesmo possa garantir-vos a vida, no caso de resistencia.

Saúde e fraternidade. —*José Joaquim de Aguiar*, capitão commandante.

\*  
\*  
\*

«Palacio do Governo de Sergipe, 5 de Setembro de 1896.—Illustre cidadão commandante do 26º batalhão.

De posse do vosso officio de hoje datado, no qual me intimaes, de or-

dem do exmº cidadão ministro da guerra, para evacuar o palacio do governo dentro de uma hora, afim de ser, sem derramamento de sangue e sem mesmo garantia de vida, no caso de resistencia, reposto no governo do Estado o cidadão padre Antonio Leonardo da Silveira Dantas, a quem dizeis o governo federal reconhece como legalmente constituido, tenho a ponderar-vos que assumi o governo do Estado como vice-presidente, 1º substituto legal, na falta do presidente, ao passo que o cidadão padre Dantas, ainda que legal fosse o seu exercicio, occupava o governo por considerar-se presidente da assembléa estadual, isto é, 2º substituto.

Desde que o 1º substituto assume o exercicio do cargo, o que o exerce em 2º lugar não é deposto, como parece afigurar-se ao governo federal, certamente porque a hora (9 da noite) em que foi recebido por vós o telegramma a que vos referis no citado officio, não tinha ainda os exms. cidadãos Presidente da Republica e ministro da guerra recebido os telegrammas por mim passados, visto ter sido interdicto o telegrapho, até hontem á tarde, para os telegrammas por mim transmittidos.

Pondero-vos ainda que cumprindo-me, por dever civico, o meu posto de honra, ainda que com sacri-

ficio, e que os amigos que tenho a meu lado e a força policial então dispostos a manter o governo legal, que represento, não será sem em-  
prego da força que deixarei o exercicio do cargo de que estou emposado.

A' vista do exposto, para evitar conflicto desnecessario, permitti uma dilatação até que receba resposta dos meus telegrammas ao cidadão Presidente da Republica, podendo vós, se assim o entenderdes conveniente, transmittir estas minhas ponderações ao cidadão ministro da guerra, que parece estar informado de estar occupando o governo deste Estado um presidente acclamado revolucionariamente e não um eleito legalmente.

Saude e fraternidade. — *Antonio de Siqueira Horta*, vice-presidente do Estado.»

\* \*

*Telegrammas*—Exm. Presidente da Republica.—Aracajú, 4 de Setembro de 1896.—Consta vosso governo ordenára força federal garantir governo legal. Republicano da propaganda sob vossa orientação, confio apoiareis meu governo, unico legal, por tel-o assumido como vice-presidente, 1.º substituto legal.

Saudações. —*Horta*, vice-presidente do Estado.»



—«Palacio do Presidente da Republica—Rio, 5 de Setembro.—Coronel Horta—Aracajú.—Sem competência para conhecer da legitimidade dos poderes estadoaes, ao governo federal só cumpre, a bem da ordem, manter no exercicio desses poderes aquelles que os têm exercido effectivamente.

Foi por isso que, sciente de que o padre Dantas, segundo substituto do governo desse Estado, cujo periodo está prestes a expirar, fôra obrigado pela força policial a abandonar o palacio, attendendo a requisição d'este nos termos do art. 6.º n. 3 da Constituição Federal, providencieei no sentido de ser elle restituído no exercicio de seu cargo.

Não pode haver perturbação mais grave do que a consistente na deposição do governo do Estado pela força insubordinada.

E' extraordinario que v. s. considerando-se vice-presidente d'esse Estado só resolvesse assumir o exercicio agora, que o respectivo periodo está a findar, quando o cidadão que dizia-se eleito presidente conjunctamente com v. s. nunca assumio esse exercicio, preferindo continuar a desempenhar seu mandato de senador federal.

Apella v. s. para a propaganda republicana, mas esta nunca doutri-

nou que a violencia fosse meio regular de conquistar o poder.

Espero que v. s e seus amigos contribuirão para o restabelecimento da ordem no seu Estado, certo de que o unico caminho legitimo para chegar ao poder é a eleição, de accordo com a constituição e leis da Republica.—*Prudente de Moraes*, presidente da Republica.»

«Aracajú,<sup>\* \*</sup> 6 de Setembro de 1896.—Exm. sr. Presidente da Republica.—Não leve v. ex. a mal que eu responda o seu telegramma de hontem.

«Sem competencia, diz v. ex., para conhecer da legitimidade dos poderes estadoaes, ao governo federal só cumpre, a bem da ordem, manter no exercicio destes poderes aquelles que os tem exercido effectivamente. Foi por isso que, sciente de que o padre Dantas, segundo substituto do governo deste Estado cujo periodo está prestes a expirar, fôra obrigado pela força policial a abandonar o palacio, attendendo a requisição d'este nos termos do art. 6º n. 3 da constituição federal, providencieei no sentido de ser elle restituido e mantido no exercicio de seu cargo.»

Só julga-se, pois, v. ex. competente para conhecer do facto da

posse do poder e protegel-a, qual-quer que ella seja, com uma especie de interdicto possessorio politico, mantendo nella quando, ameaçado de esbulho, ou nella restituindo, quando esbulhado, o possuidor, seja qual for o titulo de sua aquisição !

Para conhecer da legitimidade do poder, da questão de direito, e resolvel-a, não tem v. ex. competencia alguma !

De sorte que a Constituição Federal só protege a posse do possuidor do poder, por mais viciosa ou criminosa que seja. Contra a violação do direito, o roubo do poder feito ao legitimamente nelle investido, ella não tem remedio algum !

E' uma doutrina, perdoe-me v. ex., que não vejo consagrada no art. 6.º n. 3, que v. ex. invocou, da Constituição Federal.

Se para restabelecer a ordem e a tranquillidade nos Estados, o art. 6.º n. 3 da Constituição Federal faculta ao governo federal intervir nos seus negocios peculiares ; se é verdade que a deposição de um governo constitue uma grave perturbação da ordem e tranquillidade publicas ; e que, portanto, a intervenção neste caso deve ir ao ponto de restituir o poder ao esbulhado, unico meio de restabelecer a ordem ; não é menos verdade, ha de convir v. exc., que



esta intervenção só pode ter lugar quando o depôsto fôr o legitimamente investido no poder.

Não podia estar no animo do Congresso Constituinte, de que v. exc. foi digno presidente, facultar essa intervenção para manter e restituir na posse do poder qualquer aventureiro, que delle se aposasse pela violencia, maxime havendo quem lhe conteste esta posse, allegando ter sido o legitimamente eleito.

A intervenção, portanto, do governo federal implica necessariamente a competencia para conhecer da legitimidade do poder do ameaçado de esbulho ou d' esbulhado, sobre tudo quando dá-se dualidade de poderes, como neste Estado, o que v. ex. reconheceu nas suas mensagens do anno passado e deste ao Congresso Nacional.

Portanto, se v. exc. não é competente para conhecer da legitimidade do poder, questão de direito, e intervir declarando-o, iambem não o é para conhecer da de facto, e intervir para manter e restituir na posse o ameaçado de esbulho ou esbulhado.

Dirá v. ex. que o art. 6.º n. 3 da Constituição Federal só faculta ao governo federal a intervenção, quando requisitada pelos governos estaduais.

E isto está no telegramma de v. ex.

Mas, sempre me pareceo o que os governos dos Estados, a que se refere a Constituição, não podem, nem devem ser os dos que os conquistarão pela violencia, e pela violencia os conservam.

Não creio, nem acredito que v. ex. creia, que a facultada intervenção refira-se a toda e qualquer governo legitimo ou não; é que sò possa ser requisitada pelo usurpador, que estiver na posse d'elle, e nunca pelo legitimo dono, fora d'elle pela usurpação.

Se a doutrina de v. ex. prevalecesse; se o interventor não tivesse competencia, em casos de contestação, sinão para manter e restituir a posse do possuidor, sem conhecer da sua legitimidade, ou do direito de que ella deve nascer, mal nos teriamos sahido da questão da Ilha da Trindade, porque o papel do nosso interventor limitar-se-hia a reconhecer a posse do poderoso usurpador contra o direito do fraco esbulhado.

Não acredito que v. ex. faça questão de uma posse injusta por mais ou menos tempo.

Mais vale um dia de posse do legitimo dono, do que uma eternidade do legitimo possuidor.

Bem sabe v. ex. que a prescrição não protege em tempo algum aquelle que possui sem justo titulo e boa fé.

A ordem publica, portanto, perturbada, que v. ex. invocou, para intervir restituindo o sr. padre Dantas no governo, um dos substitutos do usurpador, e cujo titulo de legitimidade é igualmente vicioso, mandaria que a intervenção de v. ex. fosse para manter no poder o legitimo eleito, d'elle afastado até agora pela violencia, uma vez que v. ex. não quiz antes intervir para lh'a dar como interventor.

« Não podia, diz v. ex., haver perturbação mais grave do que a consistente em deposição do governo do Estado pela força publica insubordinada.»

De accordo, mas distingo : quando a deposição é do legitimo governo do Estado. Quando é de um usurpador, como o deste é, não.

Mais grave perturbação do que a deposição de um tal governo é a sua constituição, em pleno regimen constitucional, pela força federal. V. exc. e o paiz todo sabem como elle se constituiu ; não ignorão a intervenção da força federal na eleição do sr. coronel Valladão e de seu substituto ; a expulsão do recinto da assembléa legislativa do Estado dos



seus deputados, eleitos sem contestação, e a constituição de um outro poder legislativo, feita por esta força, para reconhecer os seus eleitos ; a deposição em seguida do dr. Calasans, presidente deste Estado, sobre cuja legitimidade nunca levantou-se contestação alguma, quando estava prestes a findar o seu periodo governamental, e a aclamação para o seu cargo do presidente deste falso e criminoso corpo legislativo, feitas ainda por esta mesma força federal e empregados federaes figurando de povo !

E tudo isto fez-se impunemente, com connivencia, sinão por ordem reservada do governo federal !

Dirá v. exc. que em nada concorreu para a constituição deste governo ; que já o encontrou.

Mas, releve-me v. exc. que diga que o governo federal é um só ; é uma entidade moral, que só pode morrer com as instituições, pouco ou nada importando o individuo que o exerce.

Se este ou aquelle que o exerce transgride a Constituição e as leis federaes, cumpre indubitavelmente ao seu successor reparar o mal feito, restabelecer a ordem e a tranquillidade perturbadas pela violação desta Constituição e destas leis, assim como aos dois outros altos poderes fede-

raes promover e punir a transgressão criminosa.

Ha ainda uma mais grave perturbação da ordem e tranquillidade publica, a qual deveria ter provocado a intervenção de v. exc. : foi a manutenção e a restituição deste governo feito pela violencia, o qual, sem apoio algum na opinião, para viver, apenas empossou-se depôz juizes vitalicios ; demettiu juizes temporarios ; dissolveu pelo processo das deposições os conselhos municipaes e intendencias ; fez reformar por um ajuntamento illicito a Constituição do Estado fóra dos tramites nella prescriptos, e armado desta reforma e de seus celebres decretos, deu o ultimo golpe na magistratura vitalicia e temporaria, demittindo o que tinha escapado ás demissões e deposições.

Tão graves perturbações reclamavão de ha tempos a intervenção de v. exc. nos termos do art. 6.º n. 3 da Constituição Federal ; e se ella se tivesse dado, de certo não teria sido o Estado agitado por esta que provocou a intervenção de v. ex.

Desgraçadamente, porém, a Constituição e as leis da Republica, que não pormittem a constituição de governos sinão pela eleição, não tem remedio para empossar e manter aquelles que se fizerão por este meio, só offerecendo remedio contra as de-

posições dos que se constituirão pela violencia !

«E' extraordinario, diz v. ex., que v. s. considerando-se vice-presidente do Estado. só resolvesse assumir o exercicio agora que o respectivo periodo está a findar, quando o cidadão que disia-se eleito presidente conjunctamente com v. s. nunca assumio esse exercicio, preferindo continuar a desempenhar seu mandato de senador federal »

Antes de tudo, nada prova contra o meu direito o facto de nunca ter o cidadão eleito juntamente comigo, assumido o exercicio, preferindo continuar a desempenhar o seu mandato de senador federal.

O que, porem, é extraordinario é que diga isto v. ex., que conhece perfeitamente o celebre caso de Sergipe, e, portanto, as causas que nos teem privado de assumil-o.

Constituido pela violencia, o governo do sr. coronel Valladão em concurrencia com o nosso, de que maneira poderiamos assumil-o num paiz regido por uma Constituição ?

Pelo meio nella estabelecido : a intervenção do governo federal nos termos de seu art. 6º n. 3.

Porquê, é v. ex. mesmo quem diz, a Constituição e as leis da Republica não permitem que se conquiste o poder pela violencia ; e um



poder assim conquistado constitue a mais grave perturbação da ordem publica num Estado, caso de intervenção:

Deste meio, como amigos da ordem no nosso Estado e em todo paiz, foi que lançamos mão.

O que aconteceu ?

V. ex. declinou de sua competencia, remettendo a solução da dualidade de governo e de poder legislativo deste Estado, para o poder legislativo federal.

Um ramo deste poder, o Senado, legislou auctorisando o governo federal a intervir para collocar o legitimo presidente no poder, expellindo o usurpador ; o cutro, porem, entendeu que faltava-lhe competencia para legislar sobre o caso.

O poder judiciario federal, o ultimo dos altos poderes da Nação, por sua vez, julgou-se incompetente.

De sorte que o mal não tem mesmo remedio na Constituição ; e se o tem, é mesmo que não ter, porque ella não deu competencia a nenhum poder para applical-o (!), o que levou um acreditado orgão da imprensa da Capital Federal, a *Gazeta de Noticias*, a concluir que o unico remedio seria a revolução.

De que maneira, pois, queria v. ex. que nós assumissemos o exercicio ? !

Pelos meios legaes, não, porque ou não os ha, ou não ha, o que peor é, quem se julgue com competencia de executal-os.

Logo, deveria ser pelos meios violentos, por um desforço pessoal, que aliás não deixa de ser um meio legitimo de apossarmo-nos do que nos pertence, quando não ha lei ou autoridade que nos garanta o nosso direito.

Mas será possivel que fosse por esse meio que v. ex. pretendesse que nós já tivéssemos assumido o exercicio do poder ?!

Mas v. ex. que julga não ter competencia para intervir no sentido de restaurar o direito e restabelecer a ordem perturbada pela sua violação, teria intervindo do mesmo modo que agora para restituir na posse do poder aquelle que delle se apoderou pela violencia, para o que só lhe dá competencia a Constituição Federal !

De que modo, pois, pretendia v. ex. que tivéssemos assumido o poder ?!

Não conheço sinão estes meios, ou os legaes, intervenção da autoridade, ou os violentos, intervenção propria.

Melhor seria que v. ex. tivesse sido logo franco. Em vez de pedir ao Congresso, em sua mensagem do

anno passado e deste, a regulamentação do art 6º da Constituição Federal para intervir nos negocios deste Estado, o que era desnecessario, por que o governo federal intervem como e quando quer, como interveio o do antecessor de v. exc. para fazer este governo, e como acabou de intervir o de v. ex. para repol-o, reconhecesse logo o usurpador, e dissesse-nos que interviria para mantel-o e restituil-o na posse do poder, se tentassemos depol-o, que nos curvariamos diante da força, não tendo igual ou superior a oppor-lhe.

Eis ahi as causas, que v. ex. não ignora, porque até hoje não assumimos o exercicio.

Somos, o cidadão juntamente eleito commigo e eu, o legitimo governo do Estado. O facto de só agora o ter eu assumido, nada prova contra sua legitimidade. Só agora o assumi, porque só agora foi o usurpador enxotado pelas proprias forças de que cercou-se para manter-se, sem que, entretanto, eu e os meus amigos tivessesmos parte no procedimento dessas forças, no qual fomos envolvidos de improviso e por força das circumstancias.

O que faria v. ex. se, a 15 de Novembro de 1894, estivesse o poder de que investiu-se nessa occasião



occupado por um dictador apoiado pelas forças publicas ?

Resignar-se-ia v. ex. com a usurpação, deixando de assumir o governo, um, dous ou tres annos depois, logo que as forças abandonassem o detentor intruso do poder para apoiar o governo legitimo, somente pelo facto de ter elle a posse effectiva do cargo ?

Diz ainda v. exc. :

«Apella v. s. para a propaganda republicana, mas esta nunca doutrinou que a violencia fosse meio regular de conquistar o poder.»

E' justamente por saber que a propaganda republicana, de que foi v. exc. um dos chefes, e eu um dos mais modestos soldados, nunca doutrinou que a violencia fosse meio regular de conquistar o poder, que para ella appellei, convencido de que v. exc., não esquecido della, se não destituiu o sr. coronel Valladão e os seus substitutos, ao menos não os restituiria na posse de um poder, que conquistarão pela violencia.

Foi justamente por sabermos que a propaganda republicana nunca doutrinou que a violencia fosse meio regular de conquistar o poder que, apezar de eleitos, não obstante o emprego da força federal pelo sr. coronel Valladão, o senador Coelho e Campos e eu, para os cargos de pre-

sidente e vice-presidente no periodo prestes a findar, nunca empregamos os meios violentos para nos empossar ; recorremos aos legaes, restando-nos a triste e dolorosa convicção de que estes só protegem a posse do poder, ainda conquistado pela violencia e nunca a sua legitimidade !

Conclue v. exc. o seu telegramma :

«Espero que v. s e seus amigos contribuirão para o restabelecimento da ordem no seu Estado, certo de que o unico caminho legitimo para chegar ao poder é a eleição, de accordo com a Constituição e as leis da Republica.»

Se o restabelecimento da ordem neste Estado é, como v. exc. entende, a restituição na posse do poder daquelles que o conquistarão pela violencia e a sua continuação nella ; a vigencia das leis espurias e anarchicas que os usurpadores fizeram, a permanencia de seus magistrados, concelhos municipaes e intendencias, nomeados em lugar dos esbulhados ; a prisão de arbitrio ; o desrespeito ao *habeas-corpus* ; o imperio da prepotencia ; a ausencia da lei ; a fraude eleitoral ; o emprego da palmatoria para se castigar até mulheres casadas, etc., etc. ; sinto dizer, não deve v. exc. esperar a contribuição de meus amigos e minha para este restabelecimento.

Certos de que seremos esmagados pelas forças federaes, não lhes opporemos resistencia alguma, e nos resignaremos como fizemos, embora seja isto muito contristador para os espiritos sinceramente republicanos.

Sabemos perfeitamente, meus amigos e eu, que o unico caminho legitimo para chegar ao poder é a eleição, de accordo com a constituição e leis da Republica. Não foi por outro que a elle nos encaminhamos, ao contrario do sr. coronel Valladão, que a elle chegou pela violencia, como está na consciencia de v. exc. e de todo paiz.

E' extraordinario que v. ex., que assim pensa, tenha mantido e acabe de restituir um poder a quem a elle chegou manchado de sangue !

Parece pretender v. exc. que já agora o toleramos por amor de uma ordem, que não passa de uma oppressão, e nos aguardemos para conquistal-o pela eleição !

Mass sabe v. exc. que a eleição só é caminho legitimo para chegar ao poder, quando ha verdade nella.

E que garantias poderá v. exc. dar-nos para que a eleição neste Estado seja uma verdade, quando o sr. coronel Valladão, a quem a força federal o entregou, e que não tendo votos, apparelhcou uma machina eleitoral a sua feição para faser alista-



mentos clandestinos e eleições *à bico de penna* ? !

Devia esta resposta ao telegramma de v. exc., porque delle percebi que v. exc. tomou a mim e a meus amigos por ambiciosos vulgares, impacientes de possuir o poder, procurando conquistal-o por meios illegitimos. Me era preciso dissipar esta illusão.

Concluindo : é possível que no que tenho dito haja algumas franquezas rudes, porque nunca soube empregar outra linguagem sinão a da verdade, e esta é quasi sempre aspera ; mas creia v. exc. nenhuma foi posta com intenção de molestar ao venerando cidadão, que pela Patria republicana foi collocado na suprema direcção de seus gloriosos destinos. Saúde e fraternidade.—

*Antonio de Siqueira Horta.*»

De parte do commandante interino do 26 batalhão, capitão José Joaquim de Aguiar, duas commissões foram ao Palacio do Governo intimar o coronel Siqueira Horta para evacual-o.

A primeira, composta de 3 officiaes do mesmo batalhão, fôra portadora do officio daquelle commandante, já do leitor conhecido, e dêra o praso de uma hora para a pretendendida evacuação e a segunda, composta de quatro officiaes, restringira aquelle praso a um quarto de hora apenas.

Se bem que com elementos para reagir, por contar com a policia, o coronel Horta não o fez para evitar uma hecatombe e renunciou o governo,

sendo nelle reempossado c Padre Dantas, a quem uma outra commissão de officiaes fôra buscar em casa do conego Diogo José de Sant'Anna, onde continuava elle refugiado.

Feito isto foi a cidade guarnecida por força federal.

Na praça de Palacio houve disparos desta força contra alguns soldados de policia que desarmados para ella se encaminhavam, occasionando essa escaramuça ferimentos em dous desses soldados e estragos em casas adjacentes.

Cumpre observar que nenhum desses soldados, contra os quaes fizeram-se aquelles disparos, fazia causa commum com os companheiros revoltosos.

De posse do governo; o padre Dantas perdeu a serenidade que deve ser o apanagio do homem de estado e commetteu alguns actos de verdadeiro arbitrio.

Desaposentou, demittindo funcçionarios legalmente aposentados e fêl-o baseado no cerebrino Decreto 120, quando é certo que ás suas disposições não podia o governo se acastellar para semelhante proceder.

Este decreto dispunha em seu art. 2.º n. 2, que o governo podia aposentar o empregado publico que delle menospresasse; mas dahi inferir-se que a reciproca seja verdadeira é dar ao acto legislativo um elasterio perigoso.

Nem mesmo a *contrariu sensu* poder-se-ia admittir tão extravagante interpretação.

Exonerou funcçionarios vitalicios, taes como professores e tabelliães, e consentiu na perseguição a adversarios. Em quasi todas as localidades, a violencia tornou-se a ordem do dia; entretanto

onde ella mais se accentuou foi nas cidades de Marroim e de Laranjeiras.

Alli fôra preso e arrastado á cadeia de Santo Amaro, onde muito soffrera, e depois ao quartel de policia de Aracajú, o dr. Horacio Martins.

Ameaçados de prisão, conseguiram foragir-se os cidadãos José Alipio de Oliveira. Luiz de França Mello, Benicio Viauna e Dantas Filho.

Promovera taes violencias naquella cidade o dr. Sebastião de Andrade, erigido então em chefe politico.

Todos e ses cidadãos, conseguiram voltar aos seus lares, amparados pelo *habeas-corpus* que lhes concedera o Juiz Seccional, dr. Mesquita Dantas.

Outros opposicionistas, e entre estes o major João Esteves, que aliás já estivera preso, continuaram foragidos, até que o governo federal fez baixar o seguinte decreto de amnistia :

« DECRETO N. 406

*de Novembro de 1896*

Concede amnistia a todas as pessoas que tenham tomado parte no movimento de 4 de setembro do corrente anno, occorrido no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Resolução.

Art. unico. Ficam desde já amnistiadas todas as pessoas, que directa ou indirectamente, tenham tomado parte no movimento de 4 de setembro do corrente anno, occor-



rido no Estado de Sergipe, ou nos factos a que elle se referem ; revogadas as disposições em contrario.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.  
*Alberto de Seixas Martins Torres.»*

Em Laranjeiras, um mez precisamente após a revolta, isto é, no dia 4 de outubro de 1896, dentro do quartel, foi assassinado por um sargento do respectivo destacamento, a tiros de revolver, um pobre homem do povo, de nome Francisco Retirante, alli recolhido, e a quem se attribuia co-participação na revolta.

O governo do Padre Dantas, força é dissel-o, não obedeceu ás normas do verdadeiro senso administrativo.

O insuccesso, porem, dessa revolta não desanimou os antagonistas á politica dominante.

E' assim que houve tentativa para impedir a posse do dr. Martinho Garcez e para isto chegaram a se reunir elementos materiaes, não tendo sido ella posta em execução, por ter o General Francisco Glycerio dissuadido desse intento a um dos seus chefes.

Disso nos dá conhecimento o actual senador federal, Padre Olympio Campos, nos seguintes periodos :

«Fui ao Rio de Janeiro em outubro de 1896 e lá demorei-me dez dias tratando dos meios de impedir a posse do presidente, dr. Martinho Garcez, em 24 de outubro desse anno, o que não foi definitivamente tentado por ter o General Glycerio, actual Senador pelo Estado de S. Paulo, me telegraphado para a Bahia que o Pre-

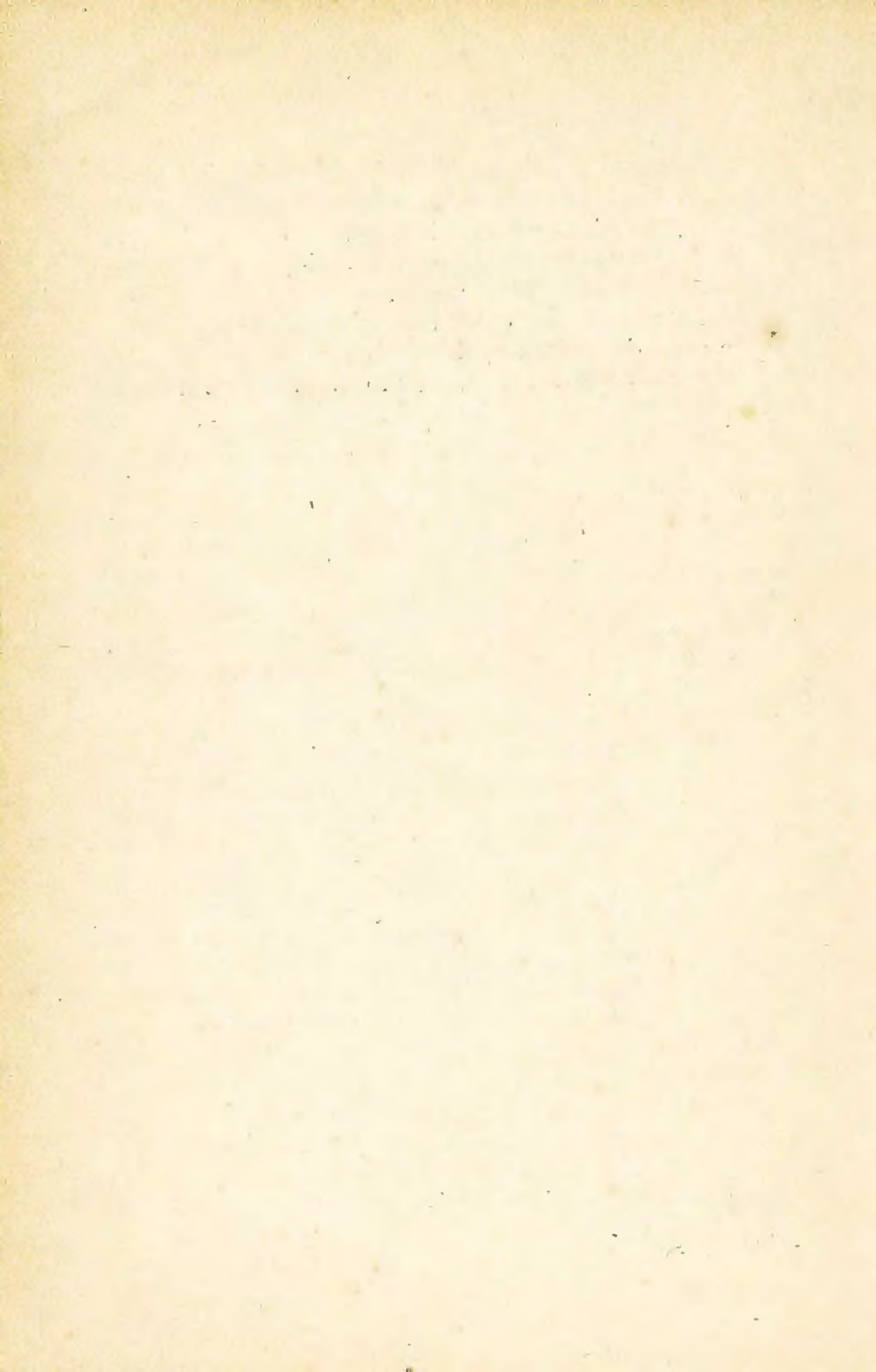
sidente da Republica apoiaria o presidente que houvesse sido eleito pela situação dominante.» (\*)

Em algumas localidades forças de paisanos chegaram ainda a movimentar-se.

Malograda mais esta tentativa para o restabelecimento da ordem constitucional, o dr. Martinho Garcez assumiu o governo a 24 de outubro de 1896.

---

(\*) Politica de Sergipe—1904.





## XVI

### Martinho Garcez

Elle se dizia animado dos melhores intuitos a respeito dos negocios de Sergipe e os patenteou em documento publico. A realisarem-se as promessas feitas no seu—Manifesto—dado á estampa no «Diario Official» de 21 de julho de 1896, Sergipe iria atravessar, em sua administração, um periodo de paz e prosperidades.

Aprecie o leitor alguns trechos deste manifesto :

«Em relação ao voto, que é o alicerce poderoso do regimen republicano, a minha politica será a do mais absoluto, mais sincero e mais intransigente respeito a liberdade do eleitor.

«Seria um dia de deshonra da minha vida aquelle em que pela violencia, pela ameaça, pela fraude ou pela corrupção, conspurcasse a soberania das urnas ou a vontade do cidadão ; não só porque, como republicano, quero ver a Republica forte, nobre, feliz e invencivel pelo respeito, e amor do povo, como porque venho de uma lucta de muitos annos

pela imprensa, em prol do direito, da liberdade e da justiça.

«Eleito presidente do Estado, não levarei para o Governo nem paixões, nem odios, nem prevenções.

«Se por vezes a minha linguagem tem sido rude, mas verdadeira sempre em referencia aos meus adversarios, é porque ella salta sangrando do coração ante o quadro desolador e sombrio em que Sergipe se debate e que sinto desenrolar-se na imaginação, quando escrevo ou quando fallo.

«O que puramente, sinceramente, ardentemente desejo é fazer uma politica sergipana, isto é, politica de convergencia e de acção de todos os bons elementos de actividade intellectual e industrial, politica de conglamação de todos os bons sergipanos que amam o pequeno, bello e feraz, mas infeliz torrão, em ordem a desenvolver o seu progresso moral e material, enriquecendo-o pela intelligencia, ennobrecendo-o pelo trabalho.

«O que sinceramente desejo é organizar os serviços publicos que carecem ser organisados : prestigiar a justiça e a instrucção publica, elevando o nivel desta e tornando aquella independente e sobranceira ás paixões politicas ; iniciar o serviço de colonisação e perfeita localisação de

immigrantes ; crear o credito real no Estado para dar expansão á lavoura ; impulsionar o commercio directo com o estrangeiro ; levar a effeito a construcção da estrada de ferro da Capital a Simão Dias ; impulsionar a navegação dos nossos rios ; auxiliar lavouras ou industrias novas ; sanificar a Capital do Estado, dando-lhe pelo menos agua, exgotos e illuminação.»

Este manifesto, como terei occasião de demonstrar, no tocante a liberdade eleitoral, foi apenas para *inglez vôr*.

Os adversarios do dr. Martinho Garcez acreditaram que elle daria cabal cumprimento ás promessas feitas nesse documento.

São da «Folha de Sergipe», órgão oppisicionista, os seguintes conceitos, a esse respeito :

«—Tudo por Sergipe, e nada contra o direito.

«Folgamos em dizer que esta é a synthese do programma do sr. Garcez, o que quer dizer que fraternizam nos mesmos intuitos em bem do Estado, governo e opposição.

«Fossemos nos levar pela solidariiedade de s. ex. com a situação Valladão, diriamos logo que o seu programma é uma mentira, um escarneo atirado á face do povo sergipano ; mas não queremos julgal-o pelos precedentes, mesmo porque os primeiros actos de s. ex., á parte uns senões, talvez commettidos por



falta de informações dos seus auxiliares, destoam dos dos seus antecessores têm alimentado a esperança da realisação do seu e nosso programma.

«Assim, não indagamos o sr. dr. Garcez quem é, nem d'onde veio, mas tão somente para onde vai : os seus actos governamentais e politicos de 24 de outubro para cá são o unico objecto da nossa critica.

«Propalando que não fará um governo de politicagem, embora governe com o seu partido, o sr. dr. Garcez, se assim continuar a proceder, como começou, nos encontrará promptos a secundal-o, cada um na sua esphera de acção.

Do seu governo não queremos favores, mas tão somente a execução do seu programma.

Afiançamos que s. ex. não receberá da nossa parte uma censura injusta ou uma expressão irritante ; e para não melindrar susceptibilidades dispensar-lhe-hemos o tratamento e deferencias admittidas no uso da imprensa para com os representantes do poder publico.

«Ninguém tenha a malicia de divisar em nosso procedimento algum laivo de lisonja ao novo governo, que, entretanto, dizendo-se do partido republicano federal, de que somos o legitimo orgão neste Estado,

pode identificar-se comnosco, si executar o programma desse partido.

« O nosso intuito é altamente patriótico e declaramol-o :

«E' fazer opposição exclusivamente constitucional ao governo do sr. dr. Martinho Garcez, para que s. ex., se nada conseguir fazer em bem do Estado, não tenha occasião de dizer, como o sr. Valladão, que imbecilmente confessou nada ter feito pelas difficuldades insuperaveis creadas pela opposição.

«Muitas vezes dissemos a seus antecessores, mas em vão, que procurassem com um governo de justiça e da ordem fazer esquecer o vicio de origem.

«Sergipe tudo nos merece e por elle não olhamos sacrificios.

«Acreditando o sr. Garcez de bôa fé, confessamo-nos á vontade em tratar com o seu governo que veio, ao que diz, reorganisar o Estado, implantando o respeito á lei e ao direito.

«Nesta porfia em que governo e opposição querem dar arrhas de mais patriotismo, o publico será o juiz, e nós mesmos teremos a coragem civica de concorrer para a glorificação do novo governo, se de tal mostrar-se digno, como temos a grandissima satisfação de haver arrancado ao sr. Valladão a confissão de

que não poudes submeter-nos com seus processos inquisitoriaes.»

Cedo, porem, sentiram-se lesilludidos.

O dr. Martinho, logo na primeira oportunidade que se lhe offereceu, affastou-se do compromisso assumido perante o Estado, no alludido manifesto..

O voto que, segundo declarara, seria para elle ponto de honra, não mereceu de sua parte o respeito que era de esperar.

Interveio no pleito eleitoral de 30 de dezembro de 1896, já consentindo na ida de força policial para o interior do Estado, onde os elementos do seu partido eram escassos; já pretendendo sophismar a lei n. 246 de 7 dos citados mez e anno, votada exclusivamente para regular aquelle pleito.

Esta lei dispunha em o seu art. 2º que « nos Estados onde tivesse havido renovação de concelhos municipaes, em cumprimento de lei promulgada na vigencia dos respectivos mandatos, reduzindo o tempo de duração destes, só eram competentes para o desempenho das funcções eleitoraes, os membros dos concelhos substituidos e os seus immediatos em votos.»

Isto não convinha aos dominadores da época. D'ahi os embaraços que se procurou crear á execução da lei alludida.

Os seguintes officios provam o que fica dito.

« Exm. cidadão Presidente do Estado—Na qualidade de presidente do Concelho Municipal desta capital e em cumprimento ás leis vigentes, que regem os processos das eleições federaes, fiz publicar editaes convocando os concelhos municipaes e



os immediatos em votos aos concelleiros de numero, para affectuar a constituição das mezas eleitoraes no dia 12 do corrente mez, e, ao mesmo tempo convocando o eleitorado para comparecer á eleição que se effectuará no dia 30, designando os edificios em que devem funcçãoar as quatro secções em que está dividida esta parochia; mas, lendo no jornal —«Folha de Sergipe», uma noticia de que a lei eleitoral ultimamente votada pelo Congresso Federal está sancionada, e dispondo essa nova lei regras oppostas ás leis vigentes —qual a de serem as mezas eleitoraes constituídas por eleições feitas pelos membrós do concelho passado —entendo de mim ser rasoavel fazer a consulta que ora vos faço: Deverá o Concelho, de que sou presidente, continuar a cumprir em todas as suas prescripções as leis vigentes que regulam a especie, ou deverá suspender o seu funcionamento e cumprimento de taes leis e esperar que a lei ultimamente votada tenha a sua execução neste Estado, dada pelo poder competente?

Concelho Municipal de Aracajú,  
10 de dezembro de 1896.—O presidente do Concelho, *Ananias de Azevedo.*»

—«Palacio de Sergipe, em Aracajú, 10 de dezembro de 1896.—Sr.

Presidente do Concelho Municipal de Aracajú—Respondo ao vosso officio de hoje com a transcripção dos seguintes textos do Decreto n. 752 de 12 de julho de 1890 :

As leis da União e decreto do governo federal obrigam :

a) Na comarca da capital de cada Estado no terceiro dia depois da sua reprodução na folha official ou de annuncio na mesma, de terem sido remettidos pelo correio os exemplares destinados ás autoridades competentes para a sua execução.

b) Em todas as outras comarcas, no terceiro dia depois da publicação feita pelo juiz de direito em audiencia, ou, na falta, findo o mesmo praso da letra anterior, augmentado de tantos dias quantos 3.0 kilometros mediarão entre a capital e a séde da comarca.»

Dessas duas disposições é claro que, tendo sido o projecto de lei eleitoral publicado no *Diario Official* de hontem, da Capital Federal, não tem força obrigatoria nesta cidade e neste Estado sinão depois das formalidades legais da publicação.

E como a lei n. 3. de 26 de janeiro de 1892 está em vigor para o processo eleitoral e só depois de conhecida a outra lei, deverá aquella deixar de ser respeitada e cumprida, nada têm os Concelhos Municipaes

com a noticia de ter sido sancionada a nova lei, porque o dever desses concelhos é respeitar e cumprir a lei em vigor.

Publicada a nova lei eleitoral depois das providencias preliminares inclusive a organização das mezas eleitoraes, ficará sem execução o art. 2º na parte referente aos extinctos Concelhos Municipaes, sendo respeitadas e cumpridas pelas mezas todas as outras disposições da lei contidas em 13 artigos que envolvem medidas salutaes e que o voto do eleitor seja respeitado e mantida a liberdade e decoro do pleito eleitoral.

Saude e fraternidade.—*Martinho Garcez.*»

Como se vê, a resposta do dr. Martinho envolve um sophisma, por quanto pelo art. 2º do Decreto por elle citado, o «governo, *em casos urgentes*, pôde auctorisar a transmissão do texto da lei ou decreto, inserido no «Diario Official», por via telegraphica ou telephonica, ordenar a sua execução, findo o praso da publicação local.»

E o governo transmittiu por telegramma ao dr. João de Araujo Lima, Procurador Seccional do Estado, todos os textos daquella lei.

A despeito de tudo isto, o dr. Martinho persistiu no seu intento e mandou que as mezas eleitoraes fossem organisadas com os membros dos concelhos vigentes.

Temos a confirmação disto nas circulars que



em data de 11 e 13 de dezembro dirigio o governo aos Juizes de Direito e ao Chefe de Policia.

A imprensa registrou com extranheza este facto tanto mais quanto era certo ter o coronel Gouveia Lima, em nome do dr. Garcez, lançado da tribuna da camara federal um repto, que foi acceito, a.s. deputados Olympio Campos e Geminiano Brasil, seus adversarios, para que as mezas eleitoraes fossem compostas de elementos mesclados, dos dous partidos.

O dr. Martinho pretende explicar seu procedimento, neste particular, do seguinte modo :

«A lei foi publicada no «Diario Official» da União no dia 10 de dezembro. No dia 7 porem, isto é, no mesmo dia em que subio á sancção, o Ministro do Interior transmittiu a, *sem data e sem numero* aos presidentes e governadores de Estado ; no dia 8 ás 8 horas da manhã recebi-a eu. O dia 8 de dezembro foi feriado por ser o da padroeira desta cidade e por isto estiveram fechadas todas as repartições publicas, inclusive o «Diario Official.» A lei portanto, só poderia ser publicada no dia 10, dia em que deviam se reunir em todo o paiz os concelhos municipaes para os trabalhos preliminares da eleição.

«A lei veio tão ouriçada de erros telegraphicos, que me obrigou a dirigir ao sr. vice-presidente da Republica um longo telegramma que foi publicado aqui e no Rio nos «Diarios Officiaes »

«Alem dos erros telegraphicos eu consultava ao unico poder competente, não só sobre os meios de que deveria lançar mão para obrigar os conselhos municipaes a entregarem aos extinctos conselhos livros e listas de eleitores, como ainda sobre o modo de ser cumprido, no caso especialissimo de uma lei tardiamente votada, o decreto n. 572 de 12 de julho de 1890, pela manifesta collisão entre os dois actos legislativos.

«Sem desconhecer a procedencia das duvidas que sitiavam o meu espirito, o sr. vice-presidente da Republica respondeu-me que só o poder legislativo, na verificação de poderes, poderia resolver-as. Antes de me chegar esta resposta recebi da estação central da Pajuca, no dia 11, longo telegramma rectificando e corrigindo os erros do telegramma do dia 7. pelo que, sem demora, mandei publicar no «Diario Official», no dia 13, a lei eleitoral *sem data e sem numero*. Os meus adversarios que desconheciam o que se passava, e que sabiam ter sido a lei sancionada no dia 7, porque o sr. vice-presidente da Republica teve a suprema gentileza de dirigir um telegramma ao sr. dr. Coelho e Campos, participando-lhe ter sancionado a lei, attribuiram-me o intuito de querer occultar a sua publicação e, julgando-me pela

craveira dos seus sentimentos politicos, telegrapharam ao sr. vice-presidente da Republica, affirmando que eu desrespeitara o telegramma do sr. ministro do interior e occultara a publicação da lei, pelo que, por seu secretario particular mandou o sr. vice-presidente da Republica a integra da lei ao sr. procurador seccional que só a recebeu depois de ter eu ordenado a sua publicação no «Diario Official», tanto que só a fez publicar em edital no mesmo «Diario» no dia 16 de dezembro.

«No dia 12, em todo Estado os concelhos municipaes haviam eleito as mezas eleitoraes. Publicada no dia 13 a lei de 7 de dezembro, ella não podia retrahir a actos praticados antes de sua publicação e annullal-os, tanto mais quanto a sua obrigatoriedade dependia de preceitos terminantes do decreto n. 572 de 12 de julho de 1890. Consultado pelo presidente do concelho municipal desta capital, respondi que na impossibilidade physica e absoluta de ter execução o art. 2.º da lei, as eleições deveriam correr perante as mezas organizadas de accordo com a lei n. 25, de 26 de janeiro de 1892.»

Ao espirito menos atilado resalta, á primeira vista, que esta explicação do dr. Garcez não o fórra de qualquer censura, porquanto a execução da lei neste Estado não estava dependente de sua publi-



cação na imprensa indigena, como se deduz do art. 2.º do fallado Decreto 752 ; bastava que esta publicação tivesse sido feita na imprensa official local, que era, no caso, a da capital da União.

Como é facil de comprehender-se do exposto, houve duplicata na eleição.

Os opposicionistas fizeram-na perante mezas organisadas de accordo com aquella lei e effectuou-se ella nos edificios da Caixa Economica e da Capitania do Porto, na capital, e no interior em repartições federaes.

Contra os cidadãos Alfredo Franco e Teophilo Fontes, por terem, este na cidade da Estancia e aquelle em Aracajú, como presidentes dos extinctos concelhos municipaes convocado eleitores para essa eleição, as respectivas justicas locais promoveram processos que foram archivados, por ter o mesmo Procurador Seccional avocado os autos, visto tratar-se de um facto que, se envolvia criminalidade, estava sujeito a competencia da justiça federal.

Depois de um anno de administração, no correr do qual reformou differentes ramos do poder publico, baixando nada menos de doze regulametos, partiu para o Rio de Janeiro, em goso de licença, o dr. Martinho Garcez.

Assumiu a administração no character de vice-presidente o dr. Pereira Lobo.

O seu governo foi de pouca duração.

Em telegramma ao Presidente da Republica elle queixou-se de que o General Roza Junior, então em passeio neste Estado, e o dr. Mesquita Dantas pretenderam depol-o. Este facto, porem, não teve a importancia de que se revestem os acontecimentos desta natureza.

O dr. Pereira Lobo não se limitou ao expedi-

ente de tarifa, como é praxe seguida pelos governos interinos ; praticou actos e celebrou contractos.

Entre aquelles alguns foram considerados de hostilidades ao Presidente a aos seus mais affeicoados partidarios. Dahi a discordia, que comecou a germinar no seio do partido dominante. Essa discordia, a principio latente, explodiu por fim, como teremos occasião de vêr. A tendencia era para a formação de dous grupos. De um delles, o mais affeicoado ao dr. Martinho, era figura saliente o secretario do governo, coronel Apulchro Motta, que por isso, incompatibilisou-se com o dr. Lobo.

Aborrecido com o que se passava no Estado, conforme declarara, alem de doente, o dr. Martinho renunciou o mandato e neste sentido dirigiu ao vice-presidente uma mensagem que deixou de ser apresentada á Assembléa, em sua sessão ordinaria, por ter esta, logo que soube daquella renuncia, solicitado, por telegramma, a sua retirada. Os pedidos instantes de amigos, e ainda mais, a interferencia do chefe do seu partido, o coronel Valladão, que era chamado por cartas e telegrammas para evitar o rompimento formal entre aquelles grupos, receiosos de que, confirmada a renuncia, os adversarios conseguissem eleger o Presidente, demoveram o dr. Martinho a regressar ao Estado, onde chegou a 20 de março de 1898, tendo, neste mesmo dia, reasumido o governo.

Cordial foi a recepção que a elle fizeram o dr. Pereira Lobo e demais amigos ; entretanto tudo isto era apparente, a julgar pelos ultteriores acontecimentos.

A vinda do dr. Martinho adiou apenas o rompimento, não o evitou, porem, como suppunha o coronel Valladão.

Inteirado do que se fizera em sua ausencia, das «injurias que lhe eram irrogadas no proprio palacio presidencial», conforme declarou em documento publico, tomou deliberação contraria a de que vinha animado, e, em mensagem que dirigiu á Assembléa por elle convocada extraordinariamente com o Decreto n. 263 de 22 de Março, declarou que retirava a sua renuncia do cargo de Presidente, por já ter cessado o motivo que a determinara.

São da citada mensagem as seguintes palavras :

«Não é preciso saber lêr por entrelinhas para ver que o fim principal da vossa convocação foi o exercicio da exclusiva competência, que vos outorgou o art. 17 n. 5 da Constituição. *Causas politicas* e o meu estado de saude me levaram a querer entregar em vossas mãos o honroso mandato que recebi do povo sergipano. Felizmente as brisas fagueiras e sadias da minha terra natal restituiram ao meu organismo as forças perdidas na Capital Federal, e tendo embarcado convalescente, acho-me vigoroso e forte, disposto ao trabalho intellectual, que tem sido todo o encanto de minha vida e disposto a todas as fadigas por amor do engrandecimento e progresso de Sergipe.

E' com sincero desvanecimento que vos abro uma pagina da minha enternecida gratidão.

Quando aqui cheguei, ha menos



de um mez, manifestando a minha inabalavel resolução de renunciar, do norte ao sul do Estado e ao meu derredor, sem excepção de um só amigo politico, levantou-se uma corrente de manifestações tão carás e tão sinceras para a retirada da minha renuncia que, deante de minha resistencia tenaz, surgiu a idéa, que tomou volume extenso, de não acceitardes a renuncia por um pomposo pronunciamento de affectos, transformando-a em uma licença de seis mezes.

Comprehendeis quanto os máos e os invejosos poderiam adulterar os sentimentos vossos e do povo sergipano e tornar-me participe da vossa generosidade affectuosa. Resistir seria uma grosseria de coração. Nessa dolorosa situação concentrei-me e aguardei os acontecimentos politicos.

Mais do que a saúde, as cisuras abertas no seio do nosso partido com a perda de municípios importantes, cujos chefes tinham sido alvo de acintoso desprestigio, como o de Aracajú, Capella, Itaporanga e Boquim, trabalhavam no meu espirito desgostos profundos, como a idéa de abandonar o posto de sacrificios e o logar de combatente politico aqui e fóra d'aqui. Felizmente, hoje que nosso partido, congraçado e forte

tem vida e pujança que nunca teve, e vós todos vos achaeis convencidos de que qualquer trapo de despeito ou de intriga de familia não pode ser bandeira á cuja sombra se reunam homens independentes e livres, eu me sinto com forças bastantes desanuviado o espirito de vellos de tristezas, para dirigir os destinos do Estado e da politica á cujo serviço, durante quatro annos, puz toda a minha dedicação, toda a minha coragem, a minha palavra e a minha penna, e que, pela força do direito, sahio triumphante e victoriosa, politica cujo leirna posso concretisar nestas duas palavras :—altivez e dignidade.»

.....  
Cabe aqui referir um facto que constituiu, mais tarde, um capitulo notavel nos annaes da politica sergipana.

Durante a sua estada no Rio, o dr. Martinho Garcez foi procurado para um accordo no sentido de pôr termo á luta politica que, de tres para quatro annos occupava a attenção de todo o Paiz:

A proposta para este accordo lhe fôra feita pelo deputado Felisbello Freire, por intermedio do notavel jornalista fluminense José do Patrocinio, amigo commum.

O ponto marcado para a conferencia em que deviam ser discutidas as bases do accordo, foi o Palacio do Cattete.

De feito, no dia aprasado, alli compareceram as partes accordantes, e em presença do dr. Pru-

dente de Moraes, tra'aram de assumpto, nada ficando resolvido, como se vai ver.

Entretanto o dr. Felisbello dava como concluido o accordo, em telegramma ao padre Olympio Campos.

Neste meio tempo chega ao Estado o dr. Martinho Garcez, em 20 de Março, como ficou dito.

Dias após a sua chegada, o padre Olympio Campos manda a Palacio o coronel Alfredo Franco entender-se com elle sobre o assumpto daquelle telegramma. A esse emissario respondeu o dr. Martinho que na conferencia entre elle e o dr. Felisbello nada ficara assentado a respeito, pois que o dr. Prudente de Moraes se recusara a ser fiador do accordo.

Entre a affirmativa do dr. Felisbello e a do dr. Garcez, contradictorias, o padre Olympio, em seu nome e nos dos companheiros Leandro Maciel e Coelho e Campos, telegraphou ao Presidente da Republica inquerindo do caso.

Em resposta a este telegramma, o dr. Prudente de Moraes disse ter assistido a fallada conferencia e nada ter ficado resolvido porque o dr. Martinho exigia, como preliminar de qualquer accordo, a sua responsabilidade para a fiel observancia do mesmo; accrescentando que uma nova reunião havia sido marcada, mas não chegara a realizar-se, segundo lhe constara.

Ante essa resposta, o padre Olympio, ainda em seu nome e nos dos drs. Coelho e Campos e Leandro Maciel, appellou para o patriotismo do dr. Prudente de Moraes no sentido de ser o arbitro do accordo, cuja realisação dependia unicamente de qualquer palavra de s. ex. ao dr. Garcez.

O dr. Prudente replicou dizendo que lhe era



grato ver terminá-la a luta de Sergipe, fazendo os seus amigos accordo com dr. Garcez, affirmando ter dito a esse que confiasse na palavra dos seus adversarios, mas recusava-se a ligar a isto a sua responsabilidade por entender, como chefe da Nação, não dever prestal-a em assumpto daquella natureza.

Com a recusa do dr. Prudente, o padre Olympio mandou propôr ao dr. Garcez um accordo sem fiadores, somente garantido pela palavra de ambos, o que sendo acceito, deu logar ao accordo Garcez-Olympio, que operou a mutação no scenario politico de Sergipe.

No dia 12 de abril a Assembléa em reconhecimento de poderes, excluiu do numero de seus membros, alguns amigos do dr. Lobo. E' digno de nota pela singularidade de seus conceitos o parecer que os depurou.

Eil-o :

«A primeira commissão de inquerito, depois de minucioso exame e debate sobre os diplomas expedidos aos cidadãos dr. João Vieira Leite, capitão Messias Valladão, Candido do Prado Pinto, capitão Ivo do Prado Montes Pires da Franca, padre Antonio Leonardo da Silveira Dantas, major Antonio de Oliveira Bezerra e João Menezes.

Considerando que nullos de pleno direito são os actos em que intervem dolo, fraude e simulação e que este principio que regula as relações juridicas de individuo a individuo,

prevalece nas relações políticas de cidadão a cidadão:

Considerando que dividido, como se acha, o Estado, em duas únicas correntes políticas ou dois únicos partidos, o que apoia o governo do Estado e tem por si a maioria dos sergipanos e o que representa a opposição, sob a bandeira do partido republicano:

Considerando que a nenhum desses dois partidos políticos, únicos que têm votos no Estado, pertencem os cidadãos acima declarados:

Que por isso seus nomes não podiam ter tido, como não tiveram, os suffragios das urnas e que, por conseguinte, os diplomas que lhes foram dados são o resultado do dolo politico; é de parecer que sejam os mesmos declarados nullos pelo vicio intrinseco que os torna insubsistentes para todo e qualquer effeito politico e que sejam reconhecidos e proclamados deputados, como legitimos representantes dos dois únicos partidos políticos que congregam os votos do eleitorado sergipano os seguintes cidadãos: capitão José Candido Rodrigues, dr. Landelino de Oliveira Freire, pharmaceuticos Horacio Martins e João Martins Penna, major José Antonio Correia, coronel Antonio Carvalho de Souza Leal e major José Amancio Bezerra.

Sala das commissões no paço da  
assembléa legislativa do Estado de  
Sergipe, 12 de Abril de 1898. (As-  
signado) — *Ananias de Azevedo.* —  
*Silva Mello.* — *Daniel Campos.*»

No dia 18 do mesmo mez, sob proposta do de-  
putado Ananias de Azevedo, a Assembléa votou  
uma moção, investindo o dr. Martinho Garcez de  
todos os poderes de chefe do partido que a mesma  
Assembléa representava.

Estavam as coisas neste pé, quando o dr.  
Martinho demite dois cunhados do dr. Lobo e res-  
cinde o contracto por elle feito para fornecimento  
á policia.

O vice-presidente não mais frequentou as ro-  
das officiaes e a acção do coronel Valladão não se  
fez esperar.

A primeira manifestação de rompimento entre  
o dr. Martinho e o coronel Valladão, foi o seguinte  
telegramma deste áquelle :

«Nunca vos fui desleal, não  
serei agora. Politica nos irmanou  
campanha dignificação Sergipe em-  
prehendida e realisada por nós. Ga-  
nancia e perfidia nossos melhores  
amigos hoje nos separam.

Lamento sinceramente ; diz-me  
consciencia que sempre procurei re-  
tribuir-vos em amistosa dedicação  
as gentilezas recebidas. Reconheço  
que a minha solidariedade nada  
vale e della não careceis para felici-  
tar nossa terra, alem dos predica-  
dos proprios, sobram-vos dedicações,  
agora, que sois governo em vespas



de receberdes nova, espontanea solicitação da Assembléa. O resto vae em carta.—*Valladão.*»

Ao mesmo tempo que isto fazia o coronel Valladão communicava-o ao vice-presidente e ao coronel Gouveia Lima.

A este telegramma o dr. Martinho respondeu nestes termos :

«Não fosse vosso telegramma ao vice-presidente, declarando o rompimento solidariedade politica e que elle proprio andou mostrando, de porta em porta, como annuncio fagueiro de meu anniquilamento e que foi com foguetes festejado, durante a noite de trez do corrente sob as janellas do meu quarto de dormir, consideraria o telegramma que me dirigistes uma queixa de amigo e responderia como amigo dos mais estremecidos que tendes tido e companheiro dedicadissimo nas luctas politicas, inquerindo que cousas extraordinarias eu praticara para arastar-vos a tão extrema resolução.

Aquelle vosso procedimento, que não foi politico nem de amigo inhibe-me hoje de entrar em explicações. Affeito as luctas não as procuro, mas não as rejeito.»

O coronel Valladão, acceitando o repto, respondeu :

«Dr. Garcez. Hontem vos escrevi. Reprovo desacatos. Tambem affeito as luctas saberei sustental-as. E'

mesmo meu fraco lutar com os fortes. — *Valladão.*»

Resam as chronicas da epocha que o dr. Martinho Garcez, a despeito das cousas terem chegado a este pé, tentou ainda evitar a lucta e lembrou a amigos que tendo sido o pomo de discordia o dr. Lobo a este corria o dever de vir ao encontro dos acontecimentos com o insignificante sacrificio de sua renuncia ; que apresentada esta á Assembléa elle compromettia-se a acceitar o candidato escolhido para substituil-o, fosse quem fosse, compromettendo-se igualmente a afastar-se da politica.

Este alvitre foi por todos acceito e combinou-se que nma commissão, tirada do seio da Assembléa, iria ao vice-presidente, em nome dos interesses do partido, pedir a sua renúncia.

Emquanto isto se concertava, o coronel João Fernandes dirigia-se ao coronel Valladão pedindo a este para ajudal-os na consecussão daquelle desiderato. O coronel Valladão não se fez esperar e a sua resposta foi a seguinte :

«Presidente Estado. Respondo por vosso intermedio o telegramma que acabo de receber do nosso amigo João Fernandes.

Apulchro e Heraclito, unicos fomentadores de discordias. Não innocentarei Lobo dos erros politicos commettidos, mas que seriam facilmente reparados, se não houvesse calculado proposito em desmoralisal-o. Ninguém mais que Garcez nos inspirava confiança. pena foi não ter ouvido meus conselhos de amigo sincero para nunca faser Apulchro seu secretario.

Conheço bem os caboclos da nossa aldeia.

As cousas chegaram ao ponto em que sobre um de nós tem de se manifestar a confiança dos amigos e correligionarios e não prescindindo dessa prova. Eis minha proposta : Garcez e Lobo renunciarão conjunctamente antes do dia 24, Accioli assumirá o governo e presidirá á eleição. Apulchro e Heraclito dispensados já dos cargos que exercem e substituidos por indicação da maioria dos membros da Assembléa e do Tribunal da Relação, constituindo congresso de amigos.

Garcez indicará seus candidatos tres nomes para cada cargo, eu os meus.

Sobre estes candidatos manifestar-se-á a convenção do partido de accordo com a lei organica. Votação nominal, não se admittindo delegações de poderes.

Os votos das localidades (cinco por municipio) serão tambem nominaes, lá mesmo dados perante directórios respectivos, ficando a cargo dos amigos do Tribunal da Relação a apuração geral, que será publicada.

Os candidatos que assim obtiverem maioria serão os do partido e conseguintemente suffragados.

Indico os seguintes : para Presidente — dr. Gonçalo Rollemberg,



coronel Gouveia Lima, dr. João Vieira ; para Vice-Presidente dr. Sebastião Andrade, coronel João Fernandes, capitão Ivo do Prado. Não podeis imaginar quanto sinto as cousas terem chegado a tal extremo, attentas as minhas relações pessoaes com Garcez.

Saudações.—*Valladão.*»

Este grito de guerra despertou assomos de revolta da parte do intermediario do telegramma transcripto, que o respondeu nestes termos :

«Coronel Valladão : o telegramma que, por meu intermedio, dirigistes ao coronel João Fernandes, foi para a cesta dos papeis sujos, porque a dignidade do meu cargo não permite ser vosso moço de recados. Não acredito que estivesseis em vosso juizo, quando pensastes dar-me o ridiculo papel de descer ao mesmo plano de Lobo para conjunctamente renunciarmos os cargos.

Nenhum titulo vos dá o direito de fazer-me imposições humilhantes.

Tendes exemplos recentes do que valem fatuidades de chefes politicos em luctas contra governos.

Não vos illudaeis, sereis vencido.

Ainda é tempo de salvar do desprestigio o vosso nome com esta solução unica—a renuncia de Lobo já.

Elegerei o candidato que o partido indicar, entregando-lhe depois o governo com a minha renuncia. — *Garcez.*»

O coronel Valladão ainda respondeu :

« Lobo não renunciará. Presigamos. — *Valladão.*»

Apesar desse firme proposito em não dar a renuncia do cargo o dr. Lobo cedeu, por fim, e entregou-a ao dr. Gonçalo Rollemberg, que por sua vez a entregou ao dr. Accioli. Logo pela manhã do dia immediato, quando devia ser ella apresentada ao poder competente, procurava o dr. Lobo a casa daquele em cujo poder, como ficou dito, estava a renuncia e pedia a sua devolução, no que foi attendido.

Deante de tudo isto nenhuma duvida podia restar. Entre o dr. Martinho e o coronel Valladão impossivel seria mais qualquer accommodação.

No dia 27 de abril a commissão de justiça da Assembléa, baseada em documentos fornecidos pelo Thesouro e outras repartições sobre factos allegados na mensagem do dr. Martinho Garcez, apresentou á deliberação da mesma Assembléa, denuncia contra o vice-presidente do Estado, dr. Pereira Lobo.

No dia seguinte, 23, é lido o parecer da commissão especial sobre a denuncia, o qual concluiu pela acceitação da mesma, afim de ser discutida.

No dia 25 do mesmo mez a Assembléa, por unanimidade de seus membros, approvou o parecer da commissão especial, julgando objecto de deliberação a mesma denuncia e remettendo copia della e dos documentos ao denunciado para responder no prazo e na forma da lei.

O dr. Lobo contava com o apoio e sympathia de alguns de seus collegas de armas do 26.º batalhão, inclusive o major dr. Avila Franca, engenheiro das obras militares, os quaes conseguiram movimentar aquelle batalhão para a pratica de hostilidades ao presidente Martinho Garcez.

O dr. Avila Franca assume a responsabilidade da direcção do jornal opposicionista—«O Paiz»—e apresenta extensa denuncia a Assembléa estadual contra o dr. Martinho Garcez, articulando contra este falta de moralidade publica e particular.

Esta denuncia é, pela meza da Assembléa, após a sua leitura, atirada á cesta dos papeis sujos.

Repetiam-se frequentemente conflicts entre praças do exercito e da policia.

Deante da intervenção da força federal na politica do Estado; o dr. Martinho solicitou providencias ao Presidente da Republica, que as deu immediatamente

Este procedimento do dr. Prudente de Moraes foi alvo de uma moção da Assembléa estadual.

Por ordem do governo veio syndicar desses factos o general de divisão Roberto Ferreira, commandante do districto, a que está subordinado Sergipe.

Dos seguintes documentos, colhidos na imprensa official da epocha, melhor se poderá apreciar essas manifestações hostis da força de linha contra o dr. Martinho Garcez.

«Palacio do Governo, em Aracajú, 5 de maio de 1898.—1ª secção, n. 13—Sr. Dr. Chefe de Policia—Recommendo-vos que me envieis,



com a maxima urgencia, todos os documentos colhidos em relação aos acontecimentos havidos nesta capital, nestes ultimos dias entre a força de linha e a policial, fazendo-os acompanhar de relatorio circunstanciado, afim de que possa satisfazer á requisição que me acaba de ser feita pelo exm. sr. general de divisão Roberto Ferreira, em officio n. 2 de hontem datado.

Saude e fraternidade.—*Martinho Garcez.*»

—«Secretaria da Policia do Estado de Sergipe, em Aracajú, 5 de maio de 1898.—Ao Illm. e Exm. Dr. Martinho Cezar da Silveira Garcez, digno presidente deste Estado.—Exm. Sr.—Neste momento chegame ás mãos um officio de v. ex., determinando que com a maxima urgencia envie, acompanhado de circunstanciado relatorio, os documentos referentes a conflictos dados entre praças do 26 Batalhão de infantaria e praças do Corpo de Policia do Estado.

A urgencia recommendada por v. ex. inhiibe-me de expor longa e detidamente os factos, relatando pequenas circumstancias que pouco influem sobre o fim que visa o presente relatorio.

Os factos se passaram do seguinte modo.

Os srs. tenente-coronel Manoel Nonato Neves de Seixas, major Petronillo de Carvalho Rangel, tenente Antonio Bemvindo Ramos, do 26 batalhão, major de engenheiros Avila Franca, esposando a causa do vice-presidente do Estado, dr. José Joaquim Pereira Lobo, denunciado perante a Assembléa Legislativa, cumulativamente com outros cidadãos, firmão um telegramma contra o presidente do Estado, transmittindo-o aos diversos municipios.

No dia 21 do mez proximate findo, ás duas horas da tarde, mais ou menos, o intendente de Itaporanga transmittiu a v. ex. o referido telegramma em sua integra.

Da intervenção das altas patentes do batalhão 26 na politica estadual facil era prever as consequencias.

As quatro horas da tarde deste mesmo dia, o referido telegramma era, em boletins, distribuido pelas ruas da capital ; nesta mesma hora trava-se renhido conflicto entre praças do 26.º e do corpo de policia na rua do Arauá desta cidade e grande agrupamento de pessoas do povo se realisava em frente do quartel do batalhão 26.

Mandei immediatamente recolher ao respectivo quartel as praças do corpo de policia, conseguindo com

esta providencia evitar consequencias mais funestas do que as do dia 21. No dia 22, ás 6 horas da tarde, tendo o intendente municipal decretado a prisão de dous individuos, no lugar denominado —«Matadouro»— requisiu quatro praças, que foram, conforme consta do officio do intendente e parte do fiscal da municipalidade, aggredidos por crescido numero de soldados do 26.º batalhao, que impediram a realisação das mencionadas prisões.

Afim de evitar de modo absoluto que novos encontros se dessem entre praças dos dous corpos, ordenei que a alimentação fosse fornecida no quartel aos soldados do corpo policial, até que o governo da União providenciasse de modo a assegurar a manutenção da ordem e tranquillidade publica.

No dia 25 do referido mez, ás 11 horas da manhã, mais ou menos, duas praças de policia que transitavam pelo mercado publico, conduzindo um sentenciado, foram aggredidas por vinte e tantas praças do 26.º batalhão, inclusive algumas, que armadas de sabres Clonblain se achavam postadas em frente ao indicado edificio.

Neste conflicto foi gravemente ferida a praça de policia de nome Concencio Bispo dos Santos, que salvou-se atirando-se ao mar.

Na tarde deste mesmo dia alar-



mou-se a cidade, espalhando-se de um extremo a outro a noticia de que o batalhão 26.º ia atacar o palacio do governo.

Não vos posso, entretanto, affirmar se tal boato tinha ou não fundamento.

Deste dia em diante, acredito que devido a proxima chegada do intrepido sr. general de divisão Roberto Ferreira e á extrema prudencia com que hei procedido, nenhum outro facto importante se deu.

Esta noite, porém, segundo affirmam pessoas dignas de toda fé e entre estas os srs. drs. Bemvindo Pinto Lobão e Simeão da Motta Rabello, um grupo de perturbadores da ordem publica passou nas proximidades do palacio do Governodoeste Estado, dirigindo palavras injuriosas e aggressivas á pessoa de v. ex. as quaes não foram ouvidas por ter alguém mandado a musica de policia abafar com os sons dos instrumentos a voz dos insultantes.

A policia do Estado, do dia 21 para cá, sente-se coacta no desempenho de sua missão.

Pela segunda vez recebo officio do sr. Intendente da capital communicando-me que «O Paiz» continúa a ser publicado sem o prehenchimento de formalidades prescriptas por lei.

Em confirmação do que venho de

expor cumpre-me declarar a v. ex. que «O Paiz» tem a sua typographia, situada nas immedições do quartel do batalhão 26., e moradores da mesma rua affirmam que de certa hora em diante crescido numero de praças do 26., lá permanecem. Dentre estes lembro-me do nome do cidadão Manoel Pereir de Oliveira.

E' esta, exm. senhor, a exposição fiel dos factos, quasi todos comprovados pelos documentos que junto vos envio.—*Heraclito Diniz Gonçalves*, chefe de policia.»

Em consequencia de sua intervenção nos negocios do Estado, o dr. Avila Franca foi dispensado da commissão que aqui desempenhava e chamado ao Rio.

Em ordem do dia 12 de maio o general Roberto Ferreira recommendou aos seus subordinados toda moderação, fazendo ver que o soldado não se deve immiscuir em questões locaes.

No dia 20 do mesmo mez, a Assembléa Legislativa decretou a accusação do vice-presidente dr. Pereira Lobo e enviou o processo respectivo ao Tribunal Mixto, que o condemnou a 4 de julho.

A sua condemnação foi unanime, convindo salientar a circumstancia de terem feito parte desse tribunal julgadores que na vespera protestavam a maior dedicacão ao dr. Lobo.

Este Tribunal era assim constituido—drs. Accioly de Menezes, José Guilherme da Silva Martins, Bricio Cardoso, dr. Francisco da Silva Mello, dr. Davino Nomysio de Aquino, Gonçalo Vieira de

Mello, Honório de Magalhães Carneiro, João Martins Penna e Benilde Roméro.

Dous dias depois, isto é, a 22, reuniu-se a convenção do Partido Republicano Federal e, após animada discussão, no correr da qual tomaram parte activa, além de outros, o coronel Gouveia Lima, ficou convertido aquelle partido em—Constitucional Sergipano—e acclamado como seu chefe o dr. Martinho Garcez, sendo destituído do supremo mando da politica dominante o coronel Valladão.

Houve apenas mudança de nome, as figuras eram as mesmas, com pequenas excepções.

Dest'arte foram corroboradas as seguintes palavras d'aquelle coronel em carta aos seus amigos :

*Existe indubitavelmente uma miragem enganadora que faz com que esses bons e generosos amigos vejam em mim uma entidade extraordinaria, dispondo de força superior aquella de que realmente disponho.*





**Daniel Campos e Apulchro Motta**

Submetto-os á mesma epigraphie porque, tratando-se da politica de Sergipe, não se comprehende um sem o outro.

Ambos governaram o Estado interinamente, como presidentes que foram da Assembléa Legislativa.

Aquelle esteve no poder de 8 de abril a 24 de julho, de 1898, data em que reassumiu o govereo o dr. Martinho Garcez ; e este de 14 de agosto de 1899 a 24 de outubro do mesmo anno.

Quanto a elles serei breve, como breve fôra a passagem dos dous pelo governo.

Foi sob proposta do primeiro, em mensagem dirigida á Assembléa, que se pretendeu fundar uma Academia de Direito nesta capital.

Para as despesas com a installação e custeio desse instituto de ensino chegou a ser consignada a verba no orçamento, mas não passou disto.

O segundo, nenhuma medida administrativa, de ordem moral ou material, poz em pratica que o colloque em destaque.

Ambos foram grandemente combatidos e em represalia empregaram medidas taes, que mereceram acerbos accusações de seus adversarios.

São tão recentes os seus actos e tão vivos se

conservam na retentiva dos seus contemporaneos que me dispenso de infleiral-os para uma revista.

\*

Termino aqui a tarefa<sup>\*\*</sup> que me impuz.

Fiz ligeiras chronicas e nada mais ; os historiadores que completem a obra.

Resta-me a convicção de que na apreciação dos homens e factos que avultaram em Sergipe, nos dez ultimos annos transcorridos, fui fiel observador do *summ cuique tribuere*—da sabedoria dos romanos.

\*

Dada a permanencia<sup>\*\*</sup> das ciscumstancias actuaes, eu creio sinceramente no futuro de Sergipe.

Ha oito annos passados, elle não era mais que a imagem viva do desespero.

Os seus filhos trabalhados por dissensões e luctas partidarias, dávam a ideia de gladiadores sedentos de vingança nos circos canibalescos da Roma dissoluta.

Com a chamada fraternisação da familia sergipana, completa transformação se operou no seu scenario politico.

De trinta e tres municipios decadentes pela acção de uma politica bastarda e de represalias, enfraquecidos pelo odio de seus habitantes, surgiram 33 patrias pequeninas, é certo, mais aparelhadas para as conquistas do aperfeiçoamento moral e material.

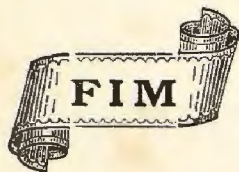
Eu fio sinceramente do seu futuro.

Pela encosta de suas azuladas serranias e pela extensão de seus fecundos vales, o telegrapho estende a sua têa de fios, approximando as distancias elevando ás mais longinquas paragens o écho ruidoso da civilisação e do progresso.



Dia virá, e não muito longe, que o seu sólo será sulcado pelo trem de ferro que, galgando montanhas e vencendo planicies, deixará em sua rápida passagem o traço luminoso do patriotismo dos que se empenham para vel-o engrandecido e nobre.

Com distincto publicista eu me permitto dizer : —«Ah ! a visão que eu tenho de minha patria é a de um homem valido sobre um sólo valido—rodeado de instituições liberaes que attingem a elle e em que influe insensivelmente com seu voto, com sua contribuição e com seu exemplo—dominado unicamente pelo espirito superior do seu seculo.»





## INDICE

	PAGS.
Introdução . . . . .	III
Parallelo Historico . . . . .	1
Primeiro Triumvirato . . . . .	9
Segundo Triumvirato . . . . .	17
Governo Felisbello . . . . .	23
Augusto Cezar. . . . .	31
Mesquita, Horta e Mendes de Moraes . .	37
Vicente Ribeiro . . . . .	39
Junta Governativa . . . . .	51
José Calazans . . . . .	53
João Vieira . . . . .	85
Coronel Valladão. . . . .	95
Padre Dantas . . . . .	141
Martinho Garcez . . . . .	169
Daniel Campos e Apulchro Motta . . .	203























